UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

BRUNA MARIA BIAGIONI

Orientador: JOÃO MARCOS DE ALMEIDA LOPES

**Os limites do mínimo:
discussão sobre o modelo de moradia destinado ao povo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, área de concentração em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia. **(Versão corrigida)**

São Carlos – SP
2017

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B5761 Biagioni, Bruna Maria
Os limites do mínimo: discussão sobre o modelo de
moradia destinado ao povo / Bruna Maria Biagioni;
orientador João Marcos de Almeida Lopes. -- São
Carlos, 2017.
149 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura, Urbanismo e
Tecnologia) -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo,
Universidade de São Paulo, 2017.

1. Política habitacional. 2. Mercado imobiliário.
3. Dimensionamento mínimo. 4. Sociedade de
consumidores. I. de Almeida Lopes, João Marcos ,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor João Marcos, mais do que um orientador ele sempre representou para mim um grande exemplo de postura profissional, de ética e de luta. Agradeço profundamente pelo respeito e paciência que teve comigo durante períodos difíceis e inesperados que surgiram durante minha trajetória de pesquisa. Ele nunca me deixou desistir, foi sempre solícito e disposto a compartilhar seu conhecimento.

Agradeço aos meus pais, Sonia e Armando, pelo suporte, pela amizade e por terem sido sempre meus maiores incentivadores e meus maiores exemplos, esse trabalho é dedicado especialmente à eles. Agradeço ao meu companheiro, Adilson, por caminharmos de mãos dadas nessa jornada de aprendizado e crescimento, pelo carinho e por me ajudar a olhar para o mundo de um modo mais atento e sensível. Agradeço aos meus queridos irmãos, André, Neto e Carol, que constantemente me ensinam sobre coisas novas e me apoiam de maneira incondicional.

Agradeço também aos meus amigos que torceram por mim e que me entenderam durante o período que precisei estar longe de tudo. Agradeço ao grupo de pesquisa em Habitação e Sustentabilidade – Habis, pelo apoio e pela oportunidade de conhecer pessoas admiráveis que sempre me motivaram a nutrir esperanças de um mundo melhor.

Agradeço à Universidade de São Paulo, e especialmente aos professores e funcionários do Instituto de Arquitetura e Urbanismo – IAU.USP, por todo o suporte que recebi durante minha vida acadêmica. Agradeço ao CNPq e pelo auxílio financeiro que permitiu que eu me dedicasse a esse trabalho. Agradeço também aos professores Silke Kaap, Tomás Moreira e Pedro Arantes, pelos valiosos comentários que recebi durante a defesa dessa dissertação.

Por fim, não poderia de deixar de fazer um agradecimento em memória de pessoas que partiram recentemente e me deixaram aprendizados. O meu tio-avô, Estefano Adorni, que sempre esteve por perto de maneira doce e adorável, o Dr. José Roberto Polletti, que cuidou da saúde da minha mãe em um momento muito delicado e me serviu como um exemplo admirável de ética e trabalho em defesa do setor público, e a longeva amiga Maria, que me contou incríveis histórias sobre o passado.

A todos, meu muito obrigada.

RESUMO

BIAGIONI, Bruna Maria. **Os limites do mínimo: discussão sobre o modelo de moradia destinado ao povo.** 2017. 149 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

Este trabalho tem como objetivo discutir o modelo de moradia mínima destinado ao povo sob as condições do sistema capitalista neoliberal e apontar suas latentes contradições sociais e ambientais. Para isso, busca-se construir uma revisão histórica que recupera as origens da habitação operária durante o desenvolvimento da cidade industrial, ou seja, o momento em que a questão da moradia se estabelece enquanto uma dimensão de conflito. E, a partir disso, refletir sobre o modo como a habitação mínima foi sendo assimilada dentro do desenvolvimento do capital, inclusive através do movimento moderno, de modo a desmobilizar as resistências sociais através de uma cultura pautada pelo consumo. A presente pesquisa se concentra no esforço de desnaturalizar algumas das questões constitutivas do imaginário que cercam a questão da moradia a fim de apontar a gravidade dos efeitos da lógica econômica, que se baseia na acumulação de capital e que distancia a habitação de sua real finalidade enquanto direito social.

Palavras-chave: Moradia, Limites, Capitalismo, Dimensionamento mínimo, Mercado imobiliário, Indústria Cultural.

ABSTRACT

BIAGIONI, Bruna Maria. **The boundaries of minimum: discussion on affordable housing standards.** 2017. 149 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

The aim of the present investigation is to discuss minimum housing standards intended to a society under the conditions of the neoliberal capitalism system and to highlight its social and environmental latent contradictions. So, this work seeks to construct a historical review that recovers the origins of the worker's dwellings during the development of the industrial city, in other words, this is the moment when the housing issue is established as a dimension of conflict. From this, reflecting on how minimal housing has been assimilated by the currency development, including by the the modern movement, in order to demobilize social resistance through a culture based on consumption. Therefore, this research focuses on the effort to rethink the common sense that surrounds the housing issue, aiming to emphasize the impact of the economic effects, which is based on capital accumulation and that distances the housing from its real purpose as a social right.

Palavras-chave: Housing, Boundaries, Capitalism, Minimum Sizing, Real Estate Market, Cultural Industry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Projeto do arquiteto Henry Roberts para a Exposição Mundial de 1851.	11
Figura 2- Houses By Law, Ilford, Londres - Desenvolvimento em traçado regular ditado pelas normas de 1875.	12
Figura 3 - Credit Line: Harvard Art Museums/Fogg Museum, Transfer from the Carpenter Center for the Visual Arts, Social Museum Collection	13
Figura 4 - Karl Marx Höf	23
Figura 5 - Edifício de Narkomfin, construído em Moscou entre 1928 e 1929 por Ginzburg e Miljutin para 195 famílias, cerca de 1100 habitantes.	27
Figura 6 - Apartamentos duplex encadeados, concurso OSA de 1927; e projeto para módulo de cozinha compacto com divisória, 1928.	28
Figura 7 - Lindenhof de Martin Wagner e casas geminadas em Berlin-Dahlem dos irmãos Luckhardt	31
Figura 8 –Acima: Siemensstadt, ao lado: Onkel Toms Hütte; abaixo: Spansau-Haselhorst e ao lado: Reinickendorf.	32
Figura 9 – Exemplo de uma Mietskaserne	33
Figura 10 - Grossiedlung de Britz de Bruno Taut	35
Figura 11 – Na sequência: Brunnfeldstrasse , Praunheim e Westhausen	36
Figura 12 - Römerstadt	37
Figura 13 – Algumas construções da exposição Die Wohnung.	43
Figura 14 - Weissenhof Siedlung	43
Figura 15 – A cozinha de Frankfurt	45
Figura 16 – Exemplo da representação dos projetos que foram expostos em Frankfurt para habitação multifamiliar.	50
Figura 17 – Comparação de implantação com blocos laminares de diferentes alturas	52
Figura 18- Alexander Klein – Estudos sobre circulação e estudos sobre dimensionamento mínimo de moradias.	58
Figura 19- Exemplos de casas pequenas e cozinhas em 'A arte de projetar em Arquitetura', Ernst Neufert, 1936.	59
Figura 20 - Plantas de apartamentos para cinco e nove pessoas na proposta de La Ville Radieuse.	63
Figura 21 – O plano e imagens de La Ville Radieuse.	64
Figura 22 - Campanha de difusão da casa própria, nos EUA, anos 1920	87
Figura 23- Conjunto Residencial do Realengo e desenho do arquiteto Carlos Frederico Ferreira: esquema de sala para a unidade de moradia	92
Figura 24 - Vista do Conjunto e plantas-baixas	94
Figura 25 - Exemplos de conjuntos viabilizados pelo BNH.	98
Figura 26 – Exemplos de conjuntos promovidos pela CDHU.	100
Figura 27 - Exemplo de obras realizadas dentro do Projeto Cingapura.	100
Figura 28 - Exemplo da produção do PMCMV.	102
Figura 29 – Exemplo de ‘inserção urbana’ de um dos conjuntos do PMCMV	106
Figura 30- Reprodução da tabela de especificações para projeto de empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV, Fase 2 do programa – Resolução para apartamentos. Fonte: Cartilha do Programa divulgada pela CEF, acessada via construtoras.	111
Figura 31 - Reprodução da tabela de especificações para projeto de empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV, Fase 1 do programa. Fonte: Cartilha do Programa divulgada pela CEF, acessada via construtoras.	113

Figura 32- Comparativo dos mobiliários e suas áreas de influência: exigência da CEF e recomendação bibliográfica, respectivamente: Fonte: Elaborado pela pesquisa “Produção do Programa MCMV na região central do estado de São Paulo: inserção urbana e avaliação arquitetônica, construtiva e tecnológica”. Base de dados: Projetos dos empreendimentos fornecidos pela CEF/Construtoras. ____	114
Figura 33 - tabela de especificações para projeto: materiais básicos _____	116
Figura 34 - Lista de produtos disponíveis para financiamento pelo Programa Minha Casa Melhor, extraída da cartilha do programa.- Fonte: Website da Caixa Econômica Federal: https://minhacasamelhor.com.br/cartilha_minhaCasaMelhor.pdf acessado em 10/09/2016. _____	119
Figura 35- Uma moradia do PMCMV faixa 1, visita de campo realizada em 2014. Acervo pessoal	122
Figura 36- Richard Hamilton, Just what is it that makes today's homes so different, so appealing? 1956. _____	124
Figura 37 - Livia Corona - Moving Day. Zumpango, Mexico. 2000 _____	124
Figura 38 – Conjuntos residenciais chilenos da década de 1990, passando por um processo de reforma. _____	129
Figura 39 - Casas adquiridas com empréstimos Infonavit (Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores) no México, e que foram abandonadas por seus proprietários. _____	130
Figura 40 - Livia Corona - 47,547 Homes. Ixtapaluca, México. 2009 _____	131
Figura 41 - Overnight City II. Ensenada, México. 2009 _____	134
Figura 43 - Livia Corona - Student at Neighborhood Park. Fraccionamiento Cuatro Vientos, Ixtapaluca Mexico. 2000 _____	136
Figura 42 – Uma conversa entre crianças no estacionamento de um conjunto do PMCMV. Acervo pessoal. _____	139
Figura 44 - Livia Corona - Two Joint Houses as Model Home. Ensenada, México. 2000 _____	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1 - TEMPORALIDADES E REFLEXÕES	7
1.1 A ORIGEM DA UNIDADE MÍNIMA	7
1.1.1 A ORIGEM DA MORADIA OPERÁRIA	7
1.1.2 A UTOPIA E OS NOVOS PARADIGMAS	15
1.1.2.1 Realizações em Viena	22
1.1.2.2 Realizações Soviéticas	25
1.1.2.3 Realizações de Berlim e Frankfurt	29
1.2 A DISCUSSÃO DA HABITAÇÃO NA MODERNIDADE	39
1.2.1 O FUNCIONALISMO E A PRIMEIRA FASE DOS CIAM	39
1.2.2 A SEGUNDA FASE DOS CIAM E LE CORBUSIER	62
1.3 A HABITAÇÃO SOCIAL RUMO AO CONTEXTO NEOLIBERAL	73
1.3.1 A INDÚSTRIA CULTURAL E O INDIVÍDUO CONSUMISTA	73
1.3.2 O SONHO DA CASA PRÓPRIA E SEU VALOR DE TROCA	85
CAPÍTULO 2 – ESCALAS E UM MODELO	91
2.1 O BRASIL E A MORADIA MÍNIMA	91
2.2 O PMCMV	102
2.3 ESCALAS E LEITURAS	106
2.3.1 A CIDADE	106
2.3.2 A UNIDADE	110
2.3.3 O MOBILIÁRIO	118
CAPÍTULO 3 – LIMITES E CONTRADIÇÕES	125
3.1 A AMÉRICA LATINA	125
3.2 A CONTRADIÇÃO E OS LIMITES	131
3.2.1 O LIMITE DA PRODUÇÃO EXPONENCIAL	131
3.2.2 O LIMITE AMBIENTAL	134
3.2.3 O LIMITE DA ALIENAÇÃO	136
CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

INTRODUÇÃO

A habitação é um direito legitimamente conquistado e, acima de tudo, representa uma das necessidades mais essenciais ao ser humano. Seu tamanho e sua qualidade são importantes para a saúde, a segurança e o conforto; e a sua localização nas cidades é estratégica para a viabilização de um desenvolvimento social concreto e democrático para todos os cidadãos. Contudo, as políticas públicas dentro da lógica do capital vem progressivamente consentindo com práticas que tenham como finalidade a acumulação e a concentração de renda.

Sem a presença de agentes que ofereçam a resistência necessária para definir um modelo urbano mais justo, as periferias crescem, os muros sobem, as cercas se eletrificam, as casas populares se enrijecem em blocos cada vez mais precários. Os mínimos dirigidos à população mais pobre são aceitos como cânones e reproduzidos infinitamente, aparentemente como qualquer outro objeto de consumo. A indiferença dos mercados às consequências desse processo altamente desigual tem repercutido em efeitos cada vez mais insustentáveis do ponto de vista social e ambiental.

Formalmente o que tem se generalizado como resposta à demanda por moradias é o predomínio de extensas áreas monofuncionais ocupadas por rígidos e monótonos conjuntos de células unifamiliares, que por sua vez são construídas seguindo o dimensionamento mínimo exigido pela legislação e empregando o mínimo possível de qualidade construtiva. Nesse contexto, a produção de moradias populares no Brasil pode ser lida enquanto um campo altamente dominado pela prática privada e pelos limites econômicos, uma esfera da produção onde a qualidade arquitetônica aparece apenas em circunstâncias de exceção. Porém, tal fenômeno tem sido aceito com bastante resignação pela sociedade.

O presente trabalho tem como intenção investigar algumas das diversas camadas que constituem as dimensões econômicas e culturais do conceito de unidade mínima habitacional, enquanto padrão de moradia popular contemporâneo brasileiro, e questionar suas contradições e ambiguidades latentes. Busca-se compreender de que modo o sistema econômico conduz o pensamento hegemônico à favor dos interesses do mercado, e como ele se transmuta em forma de sensibilidade, contribuindo com a manutenção desse modelo de expansão das cidades.

A escolha do tema da pesquisa teve origem no desconforto com a realidade da produção habitacional brasileira e na dificuldade de encontrar sentido para a prática da arquitetura nesse

contexto. Compreender o processo financeiro que tem regido a construção de moradias na atualidade tornou-se um dever fundamental, contudo buscar assimilar o modo como esses processos atingem nossa sensibilidade é uma demanda tão ou mais urgente. Afinal, qual é o sentido das cidades que estamos construindo? Porque aceitamos a imposição desse modelo de produção regido pelo interesse econômico que banaliza o valor de uso das moradias em favor da acumulação? Porque aceitamos a promoção de um modelo de moradia que se estabelece no limite da precariedade?

O que narramos nos capítulos a seguir é uma tentativa de investigação sobre a origem do problema da moradia Brasil e uma reflexão sobre seus desdobramentos. Essa revisão do passado tem como principal objetivo refletir sobre a vinculação entre o sistema econômico capitalista e a cultura, portanto, sobre o modo como habitamos nossas cidades, como produzimos e distribuímos as moradias coletivamente. O primeiro capítulo será o responsável por essa retrospectiva histórica mais profunda que contextualiza o dimensionamento mínimo na modernidade.

Para abordar as questões econômicas que dizem respeito à habitação mínima faz-se necessário remontar o momento histórico no qual a moradia em solo urbano se estabelece enquanto um evidente campo de conflito. No ocidente, esse fenômeno teve início na primeira metade do século XIX, à princípio nos grandes centros da Europa, como a França e a Inglaterra, onde a industrialização passou por um emergente processo de intensificação, e depois generalizou-se no continente como um todo.

Nesse contexto, frente a impossibilidade de organizar o crescente contingente populacional que saía do campo em direção às cidades, a questão da moradia operária consolidou-se como um problema vultoso. Desde lá, começaram a surgir muitas contradições decorrentes da utilização dos mínimos recursos para o máximo aproveitamento do espaço edificado, ambiente que viria a servir como lócus da reprodução da força de trabalho do recém formado proletariado urbano.

Em seguida abordamos algumas das reações à esse processo de transformação das forças produtivas, propostas que buscavam novos arranjos sociais e urbanos como uma resposta ao modo de produção industrial. A primeira delas refere-se às propostas para cidades planejadas pelo chamado socialismo utópico. Através delas podemos refletir sobre o modo como esse grupo de reformadores ambicionava definir a natureza humana e encontrar a fórmula para uma sociedade harmoniosa delineando cidades ideais que uniam vida, moradia e trabalho. Apesar

das propostas pleitearem compensar os impactos sociais da prosperidade alcançada pelos industriais, elas claramente não levaram em consideração as condições de exploração e de desigualdade que já estavam enraizadas e que constituíam as bases do capitalismo industrial.

As propostas do socialismo utópico e também do emergente reformismo burguês foram diretamente rebatidas pelo socialismo científico que deflagrou de modo contundente a dinâmica do sistema capitalista, a exploração do trabalho e suas contradições. Em oposição aos utópicos, o socialismo científico procurou estruturar as condições de instalação de uma sociedade sem classes e, por este motivo, não indicou uma resposta autônoma para a questão da moradia. A questão da escassez de moradias, portanto não poderia ser corrigida com a simples construção de novas casas, ela demandaria uma reorganização total da sociedade e concernia na superação do modo de produção capitalista.

Sem uma fórmula para responder ao problema da falta de moradias para a população trabalhadora uma série de propostas desenvolvidas sob governos socialistas surgiram como uma maneira de minorar os problemas urbanos decorrentes do adensamento das cidades. Entre os exemplos apresentados estão os casos de Viena, de Moscou e da Alemanha. Este último caso é analisado mais profundamente porque conduz à problematização do dimensionamento da moradia e seus condicionantes econômicos na modernidade. Foram arquitetos racionalistas de tendência socialista, principalmente os alemães, que dominaram a discussão sobre a habitação mínima na primeira fase dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura moderna).

O segundo CIAM, conhecido como *Die Wohnung für Existenzminimum*, trouxe para o debate a questão da ‘moradia para mínimo nível de vida’, o evento tratou, sobretudo, de problemas habitacionais, ampliando progressivamente seu campo de estudo sobre habitações de baixos custos e a racionalização da construção. Além da discussão técnica sobre o dimensionamento e os condicionantes econômicos da produção de moradias voltada para a população operária, abordar os CIAMs nos ajuda a compreender o ideário moderno e o mundo simbólico que foi criado conjuntamente ao processo de industrialização.

O contexto da guerra e a consolidação do capitalismo tiveram grandes rebatimentos na produção habitacional, essas experiências europeias foram amplamente difundidas no Brasil. A figura de Le Corbusier, completamente centralizadora na discussão sobre a arquitetura a partir da segunda fase dos CIAMs, teve uma relação direta com a formação da disciplina no país. Durante esse processo a figura de Le Corbusier surge, segundo afirma Colomina (1996), como um grande publicitário da vida moderna, um arquiteto que difundiu uma intensa retórica sobre

a sociedade maquinista e a relevância da industrialização na construção, mas que também estava completamente envolvido com o capital do monopólio industrial.

A conclusão deste primeiro capítulo busca problematizar o modo como paulatinamente a cultura foi colonizada com a finalidade de sustentar um modelo de consumo insaciável, e portanto, o lucro ilimitado dos grandes acumuladores de capital. Essa “fundamental manipulação dos desejos humanos para ganhar dinheiro”, como indica Harvey (2016), organiza e estrutura uma sociedade competitiva e altamente vinculada ao consumo.

A “sociedade de consumidores” [...] representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos daquela cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível – e uma condição de afiliação. (BAUMAN, 2008, p.71)

O segundo capítulo começa com uma breve revisão da produção de programas habitacionais no Brasil e chega até o Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa revisão aborda o caráter econômico da produção habitacional no Brasil. A análise do PMCMV se atenta aos limites do programa, que apesar do grande impacto positivo no campo social conserva uma série de contradições sociais que contribuem para a consolidação das prerrogativas neoliberais no Brasil, entre elas a exploração da mão-de-obra e o monopólio das grandes construtoras.

Já o terceiro capítulo expande a análise do PMCMV à uma escala regional e o coloca em comparação com outras iniciativas semelhantes que vem sendo constituídas na América Latina desde os anos 1980. As perspectivas sobre a produção habitacional em países como o Chile e o México reforçam a emergência em reavaliar a questão da moradia a longo prazo, problematizando os efeitos das políticas influenciadas pelo neoliberalismo e seus impactos estruturais na periferia do capitalismo global.

Em síntese, essa pesquisa busca problematizar o modo como os limites e as justificativas econômicas que vem determinando o projeto e a produção de moradias de interesse social produzem consequências gravíssimas no campo social e ambiental. Esses limites estão amparados na alienação da “sociedade de consumidores” e no modelo de desenvolvimento que separa os indivíduos dos saberes e da produção, condicionando a provisão de moradias a um modelo que incentiva o consumismo, o monopólio e a especulação. Portanto, refletir sobre as implicações desse processo é o objetivo deste trabalho que se esforça em buscar compreender quais são os limites do mínimo na produção habitacional.

Capítulo 1 - TEMPORALIDADES E REFLEXÕES

1.1 A origem da unidade mínima

1.1.1 A origem da moradia operária

Para conceituarmos a questão da moradia mínima no Brasil consideramos necessário recuperar historicamente o momento onde o desenho da habitação popular passa a refletir os novos paradigmas apresentados pela economia capitalista. O surgimento do sistema capitalista decorre do processo de desintegração do modelo feudal, contudo, é em meio ao século XVIII que a Europa começa a passar por uma série de mudanças significativas no setor produtivo que aceleram a revolução industrial e intensificam as mudanças sociais e urbanas que irão influenciar diretamente os modos e os modelos de se morar no contexto ocidental. A Inglaterra é o país que inaugura esses novos processos e, portanto, serve como exemplo dos primeiros efeitos massivos determinados por esse modo de produção, circulação e consumo promovidos pela grande indústria.

Até a primeira metade do século XVIII, a Inglaterra era um país majoritariamente rural, mesmo as sedes industriais, em sua maioria, ocupavam o campo. Como aponta Benévolo¹, “enquanto o trabalho com minérios de ferro é feito com carvão de lenha, os altos fornos surgem onde quer que existam bosques; a indústria têxtil baseia-se na organização do trabalho à domicílio” (BENÉVOLO, 1976, p.69). Através de maquinários, próprios ou cedidos pelos empregadores, os camponeses e suas famílias revezam o trabalho de tecelagem e fiação com o trabalho no campo, e é neste contexto e nessas condições que eles habitam.

Já durante a segunda metade do século XVIII o surgimento de uma série de inovações do setor produtivo passam a ocasionar uma quantidade sem precedentes de interações entre forças técnicas e socioeconômicas com grandes desdobramentos urbanos. Segundo afirma Frampton, a produção em larga escala de trilhos de ferro e o desenvolvimento da semeadeira mecânica repercutiram no crescimento da produção metalúrgica e da agricultura de modo a

¹ O presente trabalho se apoia, sobretudo neste primeiro capítulo, na obra de Leonardo Benévolo e, também de Kenneth Frampton. Apesar desses autores estarem inseridos numa tradição historiográfica que Manfredo Tafuri chamou de “crítica operativa”, ou seja, ideologicamente legitimadora da produção moderna, suas obras constituem uma abordagem enciclopédica da arquitetura e constituem a base teórica que vem orientando o ensino de arquitetura no Brasil durante anos. Por tratar-se de um pensamento hegemônico que aborda a arquitetura com grande ênfase na produção e no consumo, consideramos interessante colocá-lo em perspectiva.

transformar totalmente as cidades existentes e, também, propiciaram o surgimento de novos núcleos urbanos.

No caso da metalurgia, a produção de ferro inglesa multiplicou-se por quarenta entre 1750 e 1850 [...]; no caso da agricultura, depois dos *Enclouse Acts* (lei para cercar terras) de 1771, a lavoura ineficiente foi substituída pelo sistema de quatro colheitas. Enquanto uma foi valorizada pelas guerras napoleônicas, a outra foi motivada pela necessidade de alimentar uma população industrial que crescia com rapidez. (FRAMPTON, 2008, p.13).

Já na passagem para o século XIX, o tear a vapor não somente estabeleceu a produção têxtil como indústria em grande escala, mas também contribuiu para o desenvolvimento e para a disseminação de fábricas à prova de incêndios e com múltiplos pavimentos. Esse novo modelo se diferenciava radicalmente da indústria têxtil doméstica que contribuiu para a manutenção da economia agrária na primeira metade do século XVIII. Neste contexto, aponta Frampton, “a manufatura tradicional foi forçada a abandonar sua base predominantemente rural e concentrar o trabalho e a fábrica, primeiro perto de cursos d’água, depois, com o advento da força motriz a vapor, perto de jazidas de carvão” (FRAMPTON, 2008, p.13). A alteração do modo de produção se deu em rapidez e volume impressionantes, concentrando o trabalho em solo urbano, “com 24.000 teares a vapor em produção em 1820, a cidade manufatureira inglesa já era um fato estabelecido” (FRAMPTON, 2008, p.13).

A tração a vapor acelerou o processo de concentração urbana que acabou por constituir uma infraestrutura nova, fato marcado pela ampla expansão da rede de ferrovias estabelecida em 1860 na Grã-Bretanha. Analogamente, o advento da navegação à vapor de longa distância, após 1865, permitiu uma mudança de escala nos deslocamentos de massa, o que aumentou a migração de europeus para outros continentes e possibilitou a ocupação dos territórios coloniais: desenvolveram-se as “cidades de planta quadriculada do novo mundo” (FRAMPTON, 2008, p.14). Enquanto isso, em grande parte da Europa, “a obsolescência militar, política e econômica da tradicional cidade murada europeia levou, após as revoluções liberais nacionais de 1848, à demolição das muralhas e à extensão da cidade, antes finita, a seus já fluorescentes subúrbios” (FRAMPTON, 2008, p.14).

Naquele momento, as casas mais simples e cortiços habitadas pelos trabalhadores eram ambientes completamente insalubres, com clara finalidade de exploração econômica, e que não ofereciam condições adequadas de insolação, ventilação, além de contarem com péssimas instalações sanitárias. Acima de todos os riscos, a falta generalizada de infraestrutura e de condições de higiene no ambiente urbano, facilitaram a disseminação de violentas epidemias

como tuberculose e cólera entre as décadas de 1830 e 1840. O acúmulo de lixo e excrementos e a ausência de um sistema de escoamento de resíduos, aliada às constantes enchentes, constituiu a principal causa da recorrente incidência de doenças.

Ainda no final do século XVIII, a autoridade pública não possuía praticamente nenhum controle sobre atividades particulares. Nesse primeiro momento os governos não constituíram mecanismos que regulamentassem a produção privada e, inclusive, passaram a vender as propriedades fundiárias públicas, segundo Bernoulli (1946 apud BENÉVOLO, 1976) à conselho de Adam Smith, a privatização das terras tinha como finalidade saldar os débitos públicos. De tal modo, em diversas cidades, a construção de edificações, principalmente moradias, ficam exclusivamente controladas pela especulação privada, e “as exigências especulativas impõem sua lei à cidade: forte densidade de construções, crescimento em anéis concêntricos em torno dos velhos centros ou dos lugares de trabalho, falta de espaços livres” (BENÉVOLO, 1976, p.71).

Benévolo caracteriza a relação direta que a construção das novas moradias operárias tem com o lucro de construtores. Segundo o autor, as moradias, bem como a remuneração e as condições de trabalho dos recém chegados operários da indústria, estavam reduzidas ao nível mínimo da sobrevivência e dependiam exclusivamente da livre iniciativa. Esse nível mínimo é oportunisticamente aproveitado pelos especuladores a fim de lucrar com a construção de casas precariamente construídas:

Grupos de especuladores – os *jerry builders* – encarregam-se de construir filas de casas de um andar, que mal servem para morar, tendo como objetivo somente o máximo lucro: ‘desde que ficassem de pé (ao menos temporariamente), e desde que as pessoas que não tinham outra escolha pudessem ser induzidas a ocupá-las, ninguém se importava se eram higiênicas ou seguras, se tinham luz e ar ou se eram abominavelmente abafadas’ (BENÉVOLO, 1976, p.71).

Para além da baixa qualidade das edificações o maior problema, segundo Benévolo, não correspondia aos elementos individuais: casas, estradas, instalações, mas, sobretudo, aos problemas gerados quando esses elementos eram reunidos em confronto com os limites das cidades. Tratava-se de um problema de densidade: “As consequências concretas saltam a seus olhos e a seu nariz: a insalubridade, o congestionamento, a feiura” (BENÉVOLO, 1976, p.74). Ainda segundo o autor, o crescente aglomerado urbano é incapaz de absorver em sua totalidade as demandas infraestruturais, como a gestão de resíduos líquidos e sólidos, que então se tornam absolutamente visíveis e problemáticas. Diferentemente do que acontecia no campo, onde a

falta de infraestrutura era compensada, ou mesmo suprimida, pela abundância de espaço entre as edificações.

Como a prioridade dentro da demanda de concentrar o maior número de pessoas dedicadas à produção era o fornecimento de abrigo, as demais funções do espaço já não tinham mais lugar certo e muito menos dimensão suficiente. Desse modo, a circulação de pedestres e carros, as brincadeiras das crianças, a criação de animais domésticos, e assim por diante, torna-se uma sobreposição perturbadora dentro das estreitas passagens entre as casas. “O ambiente que resulta dessas circunstâncias é feio e repulsivo além de todo o comentário; como em um grande aquário, a infecção de cada parte infecta rapidamente o conjunto” (BENÉVOLO, 1976, p.74).

Mediante àquela condição, os governos passaram a tomar atitudes com relação a esses ambientes infectos, promovendo reformas sanitárias e colocando em prática leis para as novas construções e para os extensos conglomerados existentes, de modo a amenizar esses problemas causados pelo crescimento desordenado das cidades. Porém, as ações das autoridades na Inglaterra foram precedidas pela atuação de associações privadas de auxílio filantrópico, que apesar de terem um alcance bastante limitado, repercutiram de forma bastante relevante, trazendo à tona o problema da insalubridade e demonstrando para a opinião pública que a melhora dos bairros precários era possível com o aparato técnico então existente.

A propagação de um grave surto de cólera, da França para a Inglaterra, fez que as autoridades londrinas encomendassem ao então assistente da Comissão dos pobres, Edwin Chadwick, uma investigação sobre a origem do surto, que resulta em 1942 num relatório chamado: *An Inquiry into the Sanitary Conditions of Labouring Population in Great Britain*; seguida pela criação da Comissão Real sobre o Estado das Grandes Cidades e dos bairros populosos de 1844, que passou a impor às moradias requisitos higiênicos mínimos e da promulgação da Lei da Saúde Pública de 1948, que serviu como base de toda a legislação subsequente. Tais leis determinavam que as autoridades locais teriam responsabilidade legal por serviços como fornecimento de água, tratamento de esgoto, coleta de lixo, manutenção de vias públicas, inspeção dos matadouros e o enterro dos mortos. (FRAMPTON, 2008, p.14-15).

Tais medidas também foram posteriormente empregadas na França, sobretudo na Paris de Haussmann, durante sua reconstrução entre 1853 e 1870. Mesmo na Inglaterra o resultado da legislação foi, segundo Frampton, “tornar a sociedade vagamente consciente da necessidade de melhorar a habitação da classe operária; mas havia pouca concordância inicial quanto aos

meios e aos modelos para realizar essa melhoria” (FRAMPTON, 2008, p.15). Segundo Benévolo, foi mérito de Chadwick “haver aprendido com clareza as relações entre os problemas sociais e as condições físicas do ambiente” (BENÉVOLO, 1976, p.74).

Entre suas iniciativas dentro do governo para melhorar o ambiente na cidade industrial, Chadwick foi o inspirador da Sociedade para a Melhoria das Condições das Classes trabalhadoras, órgão que patrocinou a construção dos primeiros apartamentos operários em Londres em 1844, com projeto do arquiteto Henry Roberts. O primeiro experimento realizado foi um edifício de cinco pavimentos, com tijolos aparentes e janelas do tipo guilhotina. Cada apartamento contava com dois quartos, uma sala com fogão onde se cozinhava, uma copa onde se armazenavam os alimentos e um lavatório.

A mesma sociedade construiu posteriormente, entre 1848 e 1850, um conjunto de apartamentos na Rua Streatham, e um prédio operário prototípico de dois andares e quatro apartamentos, também projetado por Roberts para a Grande Exposição de 1851. Como endossa Frampton, “esse modelo genérico da reunião de apartamentos dois a dois em torno de uma escada comum iria influenciar o planejamento de habitações operárias durante o resto do século” (FRAMPTON, 2008, p.15). O modelo de habitação inglês passou por algumas alterações em virtude da intervenção do príncipe Albert após 1851. Entre elas estava o acréscimo de um terceiro dormitório, para que os filhos fossem separados por sexo. As unidades tinham área útil de aproximadamente 40m² e contavam com ventilação natural.

Figura 1 - Projeto do arquiteto Henry Roberts para a Exposição Mundial de 1851.

Em 1866, uma nova lei sanitária é promulgada, “a *Artisans’ and Labourers’ Dwelling Act* retorna ao argumento da construção popular, introduzindo o conceito de expropriação com indenização inferior ao valor do mercado que, de agora em diante será um dos pontos fundamentais de todo programa urbanístico” (BENÉVOLO, 1976, p.80). Outras intervenções do Estado ocorrem entre 1875 e 1890, quando todas as leis sanitárias e as leis sobre construções populares são unificadas através da Lei da Habitação das Classes Trabalhadoras. Contudo, o encarecimento das unidades torna-se um impeditivo para o acesso da massa trabalhadora que continua refém das unidades mais precárias e distantes: “As limitações introduzidas pelas leis tornam, assim, mais caros os alojamentos, e os inquilinos que não se encontram em condições de suportar os aumentos são impelidos para novos alojamentos precários em zonas mais periféricas”. (BENÉVOLO, 1976, p.80)

Portanto, essas primeiras ações que tinham a intenção de normatizar e aumentar a qualidade das moradias acabavam sendo pouco eloquentes, segundo Benévolo, elas remediavam as deficiências higiênicas mais graves, porém implicaram nos alinhamentos mecânicos e obsessivamente uniformes de muitos bairros operários daquele período. A produção dos especuladores seguia o típico exemplo da lógica smithiana da época, a qual, “após haver fornecido um tipo de construção relativamente sólido e que funciona, pensa poder tolerar muitos exemplares desse tipo, ao infinito, sem que as coisas mudem” (BENÉVOLO, 1976, p.71). As figuras que ilustram os bairros ingleses desse período demonstram a rigidez e a monofuncionalidade dessas áreas:

Figura 2- Houses By Law, Ilford, Londres - Desenvolvimento em traçado regular ditado pelas normas de 1875.

Em 1893, o conselho municipal de Londres começou a construir apartamentos para operários sob a nova legislação, nesta oportunidade, o Departamento de Arquitetura tentou melhorar a qualidade da habitação operária e se esforçou fortemente para, segundo Frampton “desinstitucionalizar a imagem dessa habitação, adaptando o estilo doméstico *Arts and Crafts* para construir prédios de seis andares” (FRAMPTON, 2008, p.15). O Millbank Estate, construído no local da antiga Penitenciária Millbank, uma área central, foi um importante exemplo de apartamentos construídos para a classe trabalhadora. Trata-se de um projeto emblemático em muitos aspectos, pois, ao contrário de antigos projetos de habitação de grandes dimensões, cada unidade contava com seu próprio banheiro e o conjunto possuía pátios espaçosos e áreas verdes que propiciavam melhor qualidade para a vida de seus moradores.

Figura 3 - Credit Line: Harvard Art Museums/Fogg Museum, Transfer from the Carpenter Center for the Visual Arts, Social Museum Collection

Contudo, a despeito de sua relevância enquanto exemplo de qualidade arquitetônica e urbanística, o projeto do Millbank Estate se destaca justamente por ser uma exceção à regra da produção de moradias populares daquele período. Apesar de abrigar mais de 4 mil trabalhadores, a construção deste conjunto acabou sendo pouco relevante do ponto de vista quantitativo, já que proporcionalmente ao número de unidades construídas com fins especulativos ela constituiu uma resposta pouco expressiva. Esse fato é bastante recorrente na abordagem historiográfica da arquitetura, sobretudo no campo da moradia destinada à população trabalhadora, os exemplos icônicos contrastam numericamente com a produção massiva de moradias praticadas pela livre iniciativa privada.

Esse exemplo reforça o caráter especulativo da provisão de habitação popular e os limites da ação do Estado naquele contexto. O desenvolvimento da cidade industrial capitalista é uma consequência dessas tensões em meio a uma série de inovações. Como indica Benévolo, os novos métodos da urbanística moderna seriam oriundos de dois fatos: “a natureza vinculante

das novas realizações técnicas – especialmente as ferrovias – e as medidas pleiteadas pelos higienistas a fim de serem remediadas as carências sanitárias das instalações paleoindustriais” (BENÉVOLO, 1976, p.74). Essa relação entre a técnica aplicada à circulação e a normatização dos espaços no sentido de atender à salubridade ambiental, caracterizou o processo de produção de cidades, e principalmente, da suburbanização.

A última década do século (XIX) presenciou mudanças radicais nos métodos de construção de cidades e nos meios de acesso urbano, mudanças essas que em conjunto com o plano quadricular, logo transformariam a cidade tradicional numa região metropolitana em permanente expansão, em que as moradias e o núcleo urbano concentrado são ligados por uma rede de transportes suburbana contínua (FRAMPTON, 2008, p.20).

Sobre a relevância e o desenvolvimento da estrutura de circulação das cidades industriais, cabe aqui citar a importância de problematizar as contradições que se consolidam com o processo de crescimento urbano da cidade no sistema capitalista. Para Aymonino, “a cidade burguesa existe (se realiza e se expressa) na continuidade viária, como elemento funcional-representativo e como instrumento para ‘ignorar’ as zonas subalternas que resultam desta continuidade” (AYMONINO, 1972, p.29). De tal modo a cidade se centra em determinadas rotas, eixos viários, que ordenam a trama da estrutura urbana e que também deixam áreas cinzas. Nesse sentido: “A burguesia organiza e resolve uma parte da cidade, tanto espacial como figurativamente, e ‘usa’ a outra parte segundo a lei do máximo lucro, resolvendo em um único sistema dois fatos aparentemente contraditórios” (AYMONINO, 1972, p.29).

Ou seja, como aponta Aymonino, a origem da cidade especulativa é diretamente correlacionada com as dinâmicas de expansão urbana resultante dos processos econômicos vigentes. Assim, chegamos até aqui com uma constatação sobre o crescimento da cidade industrial, ela “pode ser ‘infinita’, mas sua dimensão se estabelece apenas através do desenvolvimento produtivo e pela consecutiva incorporação do solo como edificável (e portanto capaz de dar um rendimento) em cada ponto do próprio desenvolvimento”² (AYMONINO, 1972, p.27). Do mesmo modo, o desenho e a distribuição das moradias destinadas ao povo no contexto liberal acabam sendo resultado dos interesses econômicos daqueles que constroem especulativamente.

² Tradução nossa.

1.1.2 A utopia e os novos paradigmas

O descontrolo da cidade industrial e a expansão do problema da moradia acarretaram uma série de abordagens que pretendiam imaginar o futuro diante daquele universo de possibilidades emergentes. “Ao longo do século XIX, o esforço da indústria para encarregar-se do problema adquiriu várias formas, da fábrica ‘modelo’ e das cidades ferroviárias e fabris às comunidades utópicas projetadas como protótipos de um futuro Estado esclarecido” (FRAMPTON, 2008, p.15). Foram diversas as formulações que permitiram imaginar a vinculação harmônica entre o aparato industrial e o assentamento de comunidades trabalhadoras. Um dos pioneiros desse reformismo utópico foi Robert Owen, um industrial que transformou sua fição em New Lanark, na Escócia, numa fábrica-modelo, através de maquinário moderno, boa remuneração, jornadas moderadas, moradias salubres e educação, através da construção de creche e escola primária, próximas à fábrica.

Enquanto que, em seu tempo, as teorias de Smith eram normas de comportamento quase indiscutíveis, para os políticos e empresários, Owen seguia uma linha muito diversa de pensamento, baseada na análise sem preconceitos das relações econômicas, tanto assim que é considerado como um perigoso agitador. (BENÉVOLO, 1976, p.173)

Segundo Benévolo, as melhorias sociais propiciadas por Owen não o impediram de alcançar grandes lucros e o seu sucesso como industrial o motivou a continuar desenvolvendo seu projeto de sociedade ideal e fez isso, mais concretamente, através da elaboração de um plano para uma pequena cidade baseada num modelo de convivência ideal. Trata-se de uma comunidade, com população limitada a dois mil habitantes, e que, de maneira autossuficiente, revezaria o trabalho no campo e na oficina. Esse plano, exposto em 1917, estabelecia uma série de diretrizes formais e edificatórias balizadas por sua crença de desenvolvimento industrial e nos seus princípios de vida comunal. A proposta de moradia de Owen consiste na construção de blocos de um a quatro andares, com apartamentos privados que não possuiriam cozinhas. A descrição de Owen ajuda a compreender a organização do conjunto:

A alimentação de toda a população pode ser melhor e mais economicamente assegurada por meio de uma cozinha coletiva, e as crianças podem ser melhor entretidas e instruídas em conjunto, sob olhares de seus pais, do que de qualquer outra maneira [...] Uma grande praça, com forma de um paralelogramo, será adotada para reunir as maiores vantagens contidas na forma com os aparelhos domésticos da associação. Os quatro lados dessa figura podem ser adaptados a fim de conter todos os alojamentos particulares, isto é, quartos de dormir e as salas de estar para a população adulta, os dormitórios comuns para as crianças

sob tutela, as lojas e depósitos para mercadorias variadas, uma hospedaria, uma enfermaria, etc. Sobre uma linha que corte o centro do paralelogramo, deixando um grande espaço para o ar, luz e fáceis comunicações, podem ser erguidas igreja e os locais de culto, as escolas, a cozinha e o restaurante comunitário. (OWEN apud BENÉVOLO, 1976, p.174)

Apesar de sua capacidade de gestão, todas as iniciativas concretas depois de New Lanark fracassaram na passagem da teoria para a prática, mesmo assim, a precisão de Owen foi a de enxergar, em meio a um contexto muito turvo, um série de problemas sociais e urbanísticos com bastante clareza, e mais do que isso, com a intenção de transformá-los através de um modelo de sociedade mais igualitário. Posteriormente a Owen, outras propostas de cidades fabris paternalistas foram ensaiadas, a esse exemplo podemos citar a Saltaire de sir Titus Salt, que unia a planta industrial à “instituições urbanas tradicionais como igreja, enfermaria, escola secundária, banhos públicos, asilos, e um parque” (FRAMPTON, 2008, p.15).

Contudo, segundo Frampton, nenhum outro projeto daquele momento era comparável à visão radical de Charles Fourier. Publicado em 1829, o ensaio *Le Nouveau monde industriel* (O novo mundo industrial), apresentava a sociedade não repressiva de Fourier baseada no estabelecimento de comunidades ideais ou ‘falanges’, a serem estabelecidas em construções chamadas ‘falanstérios’. Projetado para ser inserido no campo, o falanstério seguia os moldes formais de Versalhes, e estava setorizado de forma que a área central atendesse a funções públicas, enquanto as alas laterais atenderiam a função de ateliers e alojamentos. “Sua economia seria predominantemente agrícola, suplementada por uma manufatura leve” (FRAMPTON, 2008, p.15). O assentamento comunal de Fourier, diferentemente de Owen, “não concede aos habitantes do falanstério alojamentos separados; a vida será desenvolvida como em um grande hotel, com velhos alojados no térreo, as crianças no mezanino, e os adultos nos andares superiores”. (BENÉVOLO, 1976, p.178). O manifesto de Fourier denota a pretensão de transformação social, mas também evidencia a contradição entre a promessa de uma sociedade mais igualitária e a garantia de lucro aos ricos presente em sua proposta.

O Falanstério será primeiro núcleo da nova sociedade... Começando com os proletários, para aqueles que precisam, sem necessidade de qualquer sacrifício dos ricos e prometendo-lhes lucro, vamos tentar mudar as condições de alimentação, de vestuário, de habitação, de salário e de trabalho da classe pobre... (FOURIER apud AYMUNINO, 1973, p.9)

Segundo Frampton, “a importância duradoura de Fourier está em sua crítica radical da produção industrializada e da organização social” (2008, p.15). Apesar das inúmeras tentativas de concretizar seu projeto, tanto na Europa, quanto na América do Norte, não houve êxito e o

mais próximo que o projeto chegou em sua realização aconteceu por outras mãos, através do industrial J.P. Godin, e o seu ‘familistério’. Trata-se de um complexo, próximo de sua fábrica, que compreendia três blocos residenciais, teatro, escolas, banhos e lavanderias públicas. Godin amenizou os aspectos mais radicais do fourierismo, especialmente dois pontos: ele passa a apoiar a iniciativa em uma indústria e aloja cada família individualmente. Contra todas as previsões a experiência de Godin foi bastante duradoura e se manteve graças sua forma cooperativa de produção. (BENÉVOLO, 1976, p.178)

De modo geral, as experiências dos reformadores utópicos enquanto perspectivas para o futuro não tiveram sucesso, e, como apontaram os socialistas científicos, um dos grandes erros cometidos foi a falta de compreensão do antagonismo de classe e uma grande ingenuidade em acreditar que a postura exploradora estaria fundada apenas na ignorância, e não no interesse das classes dominantes. Por isso, seus esforços teriam sido parciais e muito concentrados na arquitetura. Conforme Benévolo assinala, “a cidade ideal por eles imaginada penetrou na cultura moderna como um modelo pleno de generosidade e de simpatia humana, muito diverso da cidade ideal do Renascimento” (BENÉVOLO, 1976, p.182). Tal fato é importante para refletir sobre a influência que as ideias presentes naquele momento exerceram sobre as diversas propostas do movimento moderno, praticamente um século depois. Essa correlação entre as elaborações utópicas e as prerrogativas do movimento moderno, sobretudo a obra de Le Corbusier, serão discutidas mais à frente.

[...] a impressionante semelhança em muitas das propostas de Owen e Fourier – tais como a ‘unidade de habitação’ com número fechado de habitantes, as instalações centralizadas, a *rue intérieure* etc. – e algumas soluções que surgem insistentemente nos projetos contemporâneos. Até mesmo o número de habitantes dos falanstérios de Fourier – 1620 – corresponde àquela das pessoas alojadas na primeira *unité d’habitation* de Le Corbusier, e a densidade prevista por Owen, um acre por habitante, é a mesma indicada por Wright para Broadacre. (BENÉVOLO, 1976, p.182).

Outro tipo de reformismo aparecia naquele momento alicerçado na alarmante escassez de moradia oriunda da revolução industrial, sobretudo na Alemanha, o reformismo burguês. Que, segundo Engels, “provocou naquela época uma enxurrada de tratados na imprensa sobre a ‘questão da moradia’ e deu ocasião a todo tipo de charlatanice social” (ENGELS, 2015, p11). Em função desse tipo de ocorrido, surge, ainda no final do século XIX o primeiro ensaio de Engels sobre o “problema da habitação”, uma coletânea de três séries de artigos escritos por Friedrich Engels, no ano de 1872, como resposta a alguns artigos publicados no *Volksstaat* (O Estado Popular), de Leipzig. “Nele faz um apanhado geral da situação da moradia na Alemanha

com o advento da industrialização, e faz críticas às soluções dadas na época, como por exemplo, a ideia de que a posse da moradia seria a solução dos problemas do proletariado”. (CASELLI, 2007, p.15)

Até aquela data (final do século XIX), a ala comunista do movimento operário não havia dado um peso excessivo aos problemas da moradia ‘popular’ ou econômica, entendidos não como problemas específicos da sociedade moderna, mas como solução de alguns ‘males’ (tais como os da superdensificação dos bairros considerados populares, a falta de serviços, e de equipamentos, etc.) dentro da sociedade existente. (AYMONINO, 1973, p. 10)

A publicação de Engels foi mais do que uma resposta a uma série de teóricos e reformadores sociais burgueses e pequeno-burgueses, que utilizavam a publicação para apresentar suas teses sobre a provisão de moradias para população operária. Em sua réplica, Engels destrincha os argumentos que examinam as possibilidades para o incentivo de produção privada de moradias para a população trabalhadora, e rebate consistentemente o principal interesse do socialismo burguês: remediar a situação a favor de seus interesses. Nas palavras de Engels: “É da essência do socialismo burguês o desejo de eliminar todos os males da atual sociedade, mantendo simultaneamente seus fundamentos” (ENGELS, 2015, p.70). Abordar a crítica de Engels a respeito do reformismo burguês é relevante pois praticamente todos os tópicos levantados naquele momento remanescem na condição contemporânea, como, por exemplo, as iniciativas sociais dos capitalistas para um controle filantrópico da pobreza e da precariedade habitacional, que de modo geral visa manter a sociedade dividida como está, numa permanente aceitação das desigualdades.

Engels, em um de suas publicações no *Volksstaat*, rebate a sugestão de Sax, um socialista burguês, que defende que o Estado deveria revisar sua legislação da construção civil, minimizando certas exigências, para assim estimular a promoção de moradias para a classe trabalhadora, diz Engels: “Na Inglaterra, porém, a legislação da construção civil foi reduzida a um mínimo, as construtoras são livres como pássaros voando no ar e, ainda sim, há escassez de moradia”, e complementa: “E isso porque na Inglaterra, e agora (1872), constrói-se tão barato que as casas balançam quando uma carroça passa por elas, e diariamente há aquelas que desabam”. (ENGELS, 2015, p.95-96). Essa resposta demonstra o quanto o modelo de provisão de moradia, dominado pelo interesse especulativo, está tendenciosamente vinculado à baixa qualidade construtiva e, também, a uma constante luta contra a legislação edilícia para construir de modo ainda mais econômico, e consequentemente, mais lucrativo.

[...] a instalação de moradias para trabalhadores é capitalistamente rentável, mesmo quando não se pisa em cima de todas as leis sanitárias. Isso, no entanto, nunca foi contestado; há muito que todos sabemos disso. Todo e qualquer investimento do capital que satisfaça uma necessidade é rentável quando gerido de maneira racional. A pergunta é justamente esta: por que, apesar disso, perdura a escassez de moradia? Por que, apesar disso, os capitalistas não fornecem moradias saudáveis em número suficiente para os trabalhadores? [...] O capital – isso está definitivamente constatado – não quer eliminar a escassez de moradia, mesmo que possa. Restam apenas dois recursos: a ajuda mútua dos trabalhadores e o auxílio do Estado. (ENGELS, 2015, p.89-90)

Apesar de debater a problema da moradia, Engels não se debruça na questão com a intenção de indicar modelos formais ou mesmo apresentar um plano sobre a questão habitacional, pelo contrário, juntamente com Marx, ele destrói o mito de uma solução puramente urbanística para a contradição presente na cidade especulativa. “E se em parte ignoram as experimentações ou algumas conquistas parciais, porém, tem o mérito de estabelecer o objetivo real contra ao qual comparar as ideias urbanísticas e o sentido de seu progresso: a abolição concreta da antítese entre cidade e campo”³ (AYMONINO, 1972, 46-7).

Engels deflagra o fracasso da solução burguesa para a questão da moradia no potente antagonismo entre cidade e campo que é levado ao extremo pela sociedade capitalista. “A sociedade capitalista, longe de poder suprimir essa oposição, é forçada, ao contrário, a exacerbá-la diariamente” (ENGELS, 2015, p.80). A respeito da relação entre campo e cidade, Engels defende que diferentemente dos reformadores burgueses, os primeiros socialistas utópicos modernos, a exemplo de Owen e Fourier, reconheceram parcialmente a importância do equilíbrio entre cidade e campo nas suas estruturas-modelo. E através da interpretação do exemplo das comunidades utópicas ele explana sobre a real fórmula que resolveria a questão da habitação: “não é a solução da questão da moradia que leva simultaneamente à solução da questão social, mas é pela solução da questão social, isto é, pela abolição do modo de produção capitalista que se viabiliza concomitantemente a solução da questão da moradia” (ENGELS, 2015, p.80). O que não significa que os modelos utópicos tivessem encontrado uma resposta consistente, como aponta Benévolo:

A integração entre agricultura e indústria, entre cidade e campo, é resolvida de maneira mítica e inadequada, não leva em conta as grandes fábricas modernas que por vezes reúnem várias dezenas de milhares de operários, nem algumas orientações da agricultura moderna extensiva mecanizada. É certo, contudo, que a harmonia entre essas duas realidades diversas é a condição indispensável para

³ Tradução nossa.

reconstruir a unidade do ambiente e da paisagem moderna. (BENÉVOLO, 1976, p.182)

A abordagem de Engels rebate a afirmação dos reformadores burgueses de que o gradativo equilíbrio econômico entre a procura e a oferta resolveria o problema do acesso à moradia, ele critica a abordagem liberal que reitera sempre o argumento de equilíbrio do mercado como mecanismo de resolução de qualquer questão social e alerta sobre o efeito contrário: trata-se de “uma solução que sempre gera de novo seu problema, não sendo, portanto, solução nenhuma” (ENGELS, 2015, p.56). Coerentemente com tais premissas, Engels conclui seu estudo adiando a solução final para a questão da moradia, vista nessa perspectiva e com estas dimensões, até a tomada do poder por parte da classe operária, mas também sugestiona que o uso das moradias existentes já solucionaria, de modo circunstancial, a falta de abrigo para a população trabalhadora.

O modo como a revolução social poderia solucionar essa questão não só depende das circunstâncias do momento, mas também tem a ver com questões muito mais profundas, sendo uma das mais essenciais a supressão do antagonismo entre cidade e campo. Dado que não precisamos criar sistemas utopistas para instaurar a sociedade futura, seria totalmente supérfluo entrar nesse tema.

Uma coisa é certa, porém: já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real ‘escassez de moradia’. Naturalmente, isso só poderá ser feito mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem teto ou trabalhadores aglomerados nas moradias atuais; assim que o proletariado tiver conquistado o poder político, essa medida exigida pelo bem-estar público terá sua execução tão facilitada quanto outras expropriações e acomodações feitas pelo Estado atual. (ENGELS, 2015, p.56).

Mesmo indicando a possibilidade de redistribuição de moradias, dentro de uma condição socialista, que daria abrigo suficiente a classe trabalhadora num primeiro momento, Engels indica que a manutenção da forma-metrópole não seria adequada, pois ela manteria o antagonismo entre campo e cidade que é perpetuador do modelo de produção capitalista. E, do mesmo modo, reforça a contradição do estímulo à propriedade privada, que na abordagem dos reformadores burgueses é consolidada através do incentivo à produção de casas a serem adquiridas pelos trabalhadores através do pagamento de parcelas dedutíveis de seus salários. Na visão dos reformadores burgueses cada trabalhador viria a se tornar um capitalista através da aquisição de sua “casinha própria” (ENGELS, 2015, p.76). Engels compreendia o problema da moradia operária como parte indivisível da questão geral da habitação no contexto da cidade,

desse modo, ele refutava a postura filantrópica que tratava a moradia do trabalhador como um problema isolado e passível de ser resolvido em si mesmo.

É um contrassenso querer solucionar a questão da moradia e preservar as metrópoles modernas. As metrópoles modernas, contudo, somente serão eliminadas pela abolição do modo de produção capitalista, e, quando esta tiver sido posta em marcha, as questões que deverão ser tratadas serão de natureza bem diferente daquela de conseguir para cada trabalhador uma casinha que lhe pertença. (ENGELS, 2015, p.80)

Ele ainda esclarece que seria uma utopia preservar o agricultor e seu modo de vida e de produção nos moldes que eram conhecidos, ou seja, a relação entre cidade e campo não deveria estar pautada nos moldes reconhecidos antes da industrialização. A população rural somente sairia de uma condição de isolamento e de embrutecimento através de “uma distribuição o mais homogênea possível da população pelo campo”, e de “uma vinculação íntima da produção industrial com a produção agrícola, em conjunto com a expansão dos meios de comunicação, que desse modo se torna necessária” (ENGELS, 2015, p.132). Esses fatores, é claro, deveriam estar dentro de uma condição geral, a abolição do modo de produção capitalista.

Ao mesmo tempo que o socialismo científico trouxe grandes contribuições, constituindo os fundamentos que permitiram esclarecer as condições de produção numa sociedade de classes, ele, como já foi dito, não indicou um caminho a ser seguido para a realização formal de seu projeto político. Em decorrência disso, a questão da moradia foi defendida tanto no campo teórico, quanto em suas ocasiões práticas de modo mais contido, sobretudo antes da guerra. Como indica Aymonino, “o problema da habitação foi por conseguinte um setor ‘defensivo’ do movimento, um instrumento de afirmação da ‘dignidade’ – ainda que parcial – das emancipações da classe operária” (AYMONINO, 1973, p.10). Logo, as investigações à cerca da moradia dos trabalhadores esteve vinculada aos sindicatos, partidos, com a cultura popular, presentes em quase todos os países europeus como baluartes do pensamento e da ação socialista. O que, segundo Aymonino confere a forte caracterização social democrática das tentativas e realizações sobre o tema da habitação econômica.

Praticamente um século separa o ensaio de Engels das primeiras reuniões do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura moderna), que se concentram, nas edições de 1929 e 1930, em debater a questão da moradia como compêndio central da discussão sobre a cidade moderna. Mesmo que, segundo Aymonino (1973), a questão da moradia pareça não ter dado muitos passos adiante desde então, sobretudo através da preocupação burguesa com a moradia

dos trabalhadores; essa passagem temporal foi preenchida por experiências paradigmáticas, sobretudo com relação à uma abordagem coletiva dos conjuntos habitacionais.

Em seu livro, *La vivienda racional*, Aymonino levanta e examina três experiências, a de Viena, a da União Soviética, e de Berlim entre 1918 e 1930, e narra exemplos que tentaram unir a abordagem política com o programa habitacional. Mesmo que essas experiências tenham sido parciais é fato que estabeleceram parâmetros importantes influenciaram pesquisas posteriores. Até a produção de Moscou, que não teve participação direta nos Congressos, serviu “como um ‘fundo’ ao que muitas das intervenções se referiram para confrontar as próprias teses ou confirmar as próprias experiências”⁴ (AYMONINO, 1973, p.87).

1.1.2.1 Realizações em Viena

A peculiaridade das realizações do município de Viena entre 1929 e 1934, correspondem à primeira vez que, em um país capitalista, um grande e ambicioso programa buscou resolver a questão da moradia operária através de uma abordagem que correspondia, ainda que de modo parcial, com os princípios de Engels. As habitações produzidas naquele contexto não tinham como finalidade a criação de um modelo ou uma solução universal para a questão da moradia econômica, muito menos como modelo sociológico e econômico, como descreve Aymonino, mas os conjuntos habitacionais de Viena são relevantes por demonstrar a importante relação entre as intenções políticas e a concretização de programas que minimizassem as contradições da cidade.

O governo da cidade de Viena aprovou em 21 de dezembro de 1923 uma resolução que autorizava a construção de 5.000 apartamentos por ano, e quatro anos depois elevou o número para 30.000. “A característica marcante destes conjuntos habitacionais era a verticalização e a presença de pátios que serviam de espaço de lazer para seus moradores, os famosos *Hof* vienenses” (CASELLI, 2007, p.118). O *Hof* era o modelo dominante, trata-se de um “quarteirão de grandes dimensões e constituído de prédios de apartamentos distribuídos em torno de um único pátio central, dando continuidade à tradição estabelecida em Viena desde o século XVII” (COHEN, 2012, p.179). Numa primeira fase, que corresponde ao período entre 1923 e 1926, os apartamentos construídos pelo governo, eram de dois tipos 38m² e 48m². De 1927 a diante

⁴ Tradução nossa.

foram construídas unidades de três tipos: a menor com 21m², um único ambiente voltado à pessoas que moravam sozinhas, possuía um banheiro e um vestíbulo com forno à gás; a unidade com 40m², equipada com sala de estar, dois quartos, banheiro e cozinha; e por fim a unidade de 57m² com três dormitórios, sendo um deles pequeno, sala, banheiro e cozinha.

As moradias voltadas à população de baixa renda foram integralmente viabilizadas através dos impostos sobre a construção de habitações executadas pela iniciativa privada. E os aluguéis das unidades municipais, além de serem equiparados aos das casas mais antigas, cobriam os gastos de manutenção das unidades e dos equipamentos coletivos que atendiam os conjuntos. Paralelamente a construção de novos conjuntos, foram fundadas construtoras municipais, ou parcialmente municipais, e também cooperativas para a produção de mobiliário, responsáveis por substituir o mobiliário antigo por peças mais modernas que atendiam melhor o espaço mais exíguo das novas unidades padrão. Através de todos esses esforços, ao final de 1933, cerca de 11% das habitações de Viena pertenciam ao município. (AYMONINO, 1973, p.30-32)

O conjunto mais famoso, o Karl Marx *Hof*, com mais de um quilômetro de comprimento possui capacidade para 5.000 moradores em seus 1.400 apartamentos, com unidades de 30m² e 60m². Além dos jardins, o conjunto é composto por lavanderias, jardins de infância, centro juvenil, biblioteca, consultórios odontológicos e médicos instrumentados, farmácia, agência de correios, banhos públicos e galeria comercial.

Figura 4 - Karl Marx Höf

Aymonino ressalva que “nenhum dos conjuntos realizados é um ‘modelo’ de habitação para todos, tal como naquele momento vinha sendo elaborado pelo movimento moderno”⁵ (AYMONINO, 1973, p.33), contudo, a abordagem aplicada à Viena tem a capacidade de refletir sobre a cidade em seu conjunto, entendido enquanto unidade político-econômica e também formal, morfológica. Isso pressupõe o reconhecimento e a contabilização das unidades de moradia e dos conjuntos construídos anteriormente, dentro de uma dinâmica especulativa. Desta forma, as novas unidades produzidas pelo município “se vinculam com a tipologia especulativa, completando-a em suas deficiências e transformando-a em um padrão ótimo” (AYMONINO, 1973, p.33). Ainda segundo o autor, isso faz das manzanas de Viena implementadas naquele contexto, a melhor transformação possível do bloco residencial precedente, em função da sua capacidade de melhorar e completar os serviços e equipamentos locais.

Viena ‘desenvolveu-se’, quer dizer, assumiu uma forma e aspecto distinto do anterior, devido em parte às realizações enquanto município Socialista; isto por sua vez, tornou Viena uma cidade diferente das demais, precisamente porque coordenou as contradições da relação entre a moradia e os equipamentos urbanos em geral, com um programa que aplicava aos problemas setoriais um conceito geral de desenvolvimento de uma cidade moderna.⁶ (AYMONINO, 1973, p.34-35).

O modelo de construção perimetral das manzanas de Viena foram uma alternativa ao conceito de ‘bairro’, comumente implementado para a moradia econômica, e se difere das soluções cooperativistas, parcialmente inspiradas nas ‘cidades jardim’ inglesas, que pressupunham um distanciamento dos centros urbanos. A experiência vienense, de modo distinto, conserva a cidade tradicional, “organizando-a em linhas gerais e realizando-a através das ‘manzanas’, nunca de todo autossuficientes e sempre estreitamente correlacionadas, portanto, uma possibilidade de vida para a cidade compacta”⁷ (AYMONINO, 1973, p.37). Como reforça Aymonino, isso se deu graças a compreensão da questão da habitação em sua totalidade, de forma que não haveria, através dessa abordagem, sentido em construir novas periferias ou bairros satélites.

Nos exemplos vienenses, a autossuficiência – garantida pelos equipamentos de lazer e de educação, pela presença do comércio e dos serviços sanitários – se reduz a suas reais dimensões de resolver algumas exigências primárias, ou seja, desprovido de qualquer apego ideológico. Nesse sentido, não tem um valor focado na ‘defesa’ contra a cidade especulativa ou de um ‘mínimo vital’ que

⁵ Tradução nossa.

⁶ Tradução nossa.

⁷ Idem.

substitua o isolamento ou a distância da grande cidade, mas tem o valor de garantir um nível de vida igual, quando não melhor, ao das melhores áreas da periferia. A habitação econômica, pela forma específica em que foi realizada, adquire passivamente uma função de guia, influente sobre todo o setor comunitário que o circunda; dentro de suas especificidades, trata-se de uma alternativa a produção especulativa, uma resposta muito completa a ‘demanda’ posta em movimento pelo processo produtivo daquele período.⁸ (AYMONINO, 1973, p.37).

1.1.2.2 Realizações Soviéticas

A Revolução Socialista de 1917, estabelece na URSS uma nova organização da vida das pessoas, e pressupõe, também, uma nova lógica de ocupação das cidades. Em fevereiro de 1918, toda área urbana das cidades é transferida para as autoridades municipais, estatais e cooperativistas de modo que todos se tornam inquilinos de um bem comum. Em agosto do mesmo ano, o direito a propriedade individual é abolido. Em maio de 1918 foi criado o ‘Serviço para a planificação das cidades e dos centros habitados’, através desse mecanismo definiu-se que as soluções para a questão da habitação deveriam estar relacionadas às possibilidades e recursos existentes, e também que a habitação e os demais equipamentos deveriam constituir a cidade enquanto partes de um todo orgânico.

Em outubro do mesmo ano o ‘Comitê para a construção estatal’ teve suas funções definidas, e durante a ‘Campanha de edificação’ procurou uma forma de difundir novas ideias sobre a construção da cidade e das moradias, nesse sentido viu-se a necessidade de construir, um bairro composto de 8 a 12 edifícios habitacionais e equipamentos coletivos em Moscou, concebido como modelo experimental para a cidade no futuro. Em consequência dessa demanda foi promovido um concurso para um bairro ‘modelo’ nos arredores de Moscou, para cerca de 100 ou 200 habitantes, segundo Aymonino, o número exíguo de moradores demonstrava as restrições reais para uma experimentação em grande escala, que a frase ‘parte nova da cidade’ subentendia. (AYMONINO, 1973, p.75).

Na convocatória estavam definidos os tipos de construção: para as famílias, as habitações estariam equipadas com cozinhas; para os solteiros seriam sem cozinha; os edifícios deveriam ser de um ou dois andares e cada moradia unifamiliar teria acesso independente; o equipamento coletivo consistiria em uma cozinha comum, uma lavanderia, um banheiro público, um asilo e uma

⁸ Idem.

escola, uma sala de reunião, uma biblioteca, salas para a alfabetização, um centro comercial, uma garagem para caminhões, os escritórios de administração e um salão para debates e discussões.⁹ (AYMONINO, 1973, p.75).

O concurso, de fato, não foi realizado, o que restou como análise foi a evidente concentração de equipamentos em função do pequeno número de habitantes. Outra diferença dos modelos soviéticos, que não foi posta em prática, foi a orientação de que todas as famílias de trabalhadores deveriam dispor de um apartamento de pelo menos 50m² de área habitável. Na prática, o problema foi afrontado, num primeiro momento, seguindo a orientação de Engels, ou seja, “utilizando o patrimônio edificado existente, ainda que as condições de tal patrimônio [...] foram claramente inferiores, tanto qualitativamente, como quantitativamente, as existentes na Europa capitalista”¹⁰ (AYMONINO, 1973, p.76). Isso acarretou a coabitação nas moradias, levando ao limite o número de pessoas por habitação e saturando os equipamentos públicos existentes. O fato foi agravado principalmente para a população operária, que teve uma média de espaço cada vez menor:

Os operários das grandes cidades industriais são a parte da população menos favorecida na questão da moradia. A divisão da superfície habitável para os distintos grupos sociais, em uma série de cidades analisadas estatisticamente é a seguinte: para os operários de 5 a 6 m²; para os empregados de 6 a 9; para os artesãos de 6,7; para os profissionais liberais 10,9; para aqueles que não trabalham, 7,1.¹¹ (CECCARELLI apud AYMONINO, 1973, p.78)

Como contextualiza Caselli (2007), a situação econômica na Rússia se agravou durante e depois da Guerra Civil (1918-1922), quando mais de 20 milhões de pessoas morreram. Nesse período, a indústria decresceu abruptamente, a produção agrícola caiu pela metade e a construção civil foi quase paralisada, por consequência o déficit habitacional passou a ser um grave problema a ser solucionado. Até 1924 praticamente nada havia sido construído, e o governo reconheceu que, frente ao nível de deterioração das habitações, a moradia era a questão mais emergente da vida material dos trabalhadores.

Diante desta realidade formou-se um grupo de arquitetos sob a liderança de Moisei Ginzburg, a Associação dos Arquitetos Contemporâneos (OSA). Logo após sua fundação o grupo tornou-se multidisciplinar e admitia membros da sociologia e da engenharia. Segundo Frampton, a OSA assumiu como tarefa formular as tipologias e os programas para a nova sociedade socialista, bem como, questões mais amplas, como a distribuição de energia e dispersão da população. Nesse sentido seus interesses eram pautados em primeiro lugar, pela

⁹ Tradução nossa.

¹⁰ Tradução nossa.

¹¹ Idem.

“questão da moradia comunitária e a criação de unidades sociais apropriadas, e segundo, o processo de distribuição, ou seja, o trânsito em todas as suas formas” (FRAMPTON, 2008, p.209). Essa movimentação incentivou o governo a fundar um grupo de pesquisa para a estandardização da moradia.

Segundo Aymonino, a contribuição mais relevante dos soviéticos se deu através da busca por modelos alternativos, que, para além de serem modelos ideológicos e de comportamento, procuravam estabelecer novas relações entre o indivíduo e os grupos sociais. Tal investigação se deu desde a coletivização dos serviços domésticos, até a difusão de novos métodos educativos, e mesmo os modelos arquitetônicos buscavam uma abordagem que integrava a parte ao todo: “no sentido de verdadeiros protótipos a adotar como elementos ‘componíveis’ de uma estrutura urbana correspondente a nova sociedade que estava se construindo”¹² (AYMONINO, 1973, p.79). O protótipo mais interessante para a moradia coletiva foi o da ‘casa-comuna’, um projeto que durou uma década e teve a participação de arquitetos de diversas vertentes. Baseado nessas premissas algumas obras materializaram o conceito de ‘casa-comuna’:

A ‘casa-comuna’ encontra sua tipologia ideal em projetos e realizações como as de Lissagor, Sobolev, Oll, Ginzburg, Miljutin, que se aproximam muito dos estudos análogos de Le Corbusier para a ‘l’Unité d’habitation’: apartamentos duplex, rua interna ou rua corredor, serviços centralizados, algum equipamento coletivo, como jardim de infância, escola, clube e restaurante, etc.¹³ (AYMONINO, 1973, p.80)

Figura 5 - Edifício de Narkomfin, construído em Moscou entre 1928 e 1929 por Ginzburg e Miljutin para 195 famílias, cerca de 1100 habitantes.

¹² Tradução nossa.

¹³ Idem.

O bloco de apartamentos Narkomfin, equipado com cantina, ginásio de esportes, creche, biblioteca e jardim suspenso, ilustra o empenho da pesquisa sobre a moradia mobilizado naquele momento, e seu forte apelo à coletividade. Contudo, Ginzburg, arquiteto e líder do grupo de pesquisa sobre a moradia, tinha consciência de que o interesse pela vida comunitária não era transmitido aos moradores somente através da construção. Ele indica que ao invés da imposição da coletividade, deveria haver uma transição gradual e natural para o uso compartilhado de certas áreas.

Ele aponta como exemplo a iniciativa de projetar as unidades de modo isolado e equipadas com uma cozinha mínima, que pudesse vir a ser removida dos apartamentos posteriormente, quando o uso das cantinas coletivas se tornasse mais habitual. Ginzburg, portanto se mostra sensível às restrições da população, mas acredita que o tempo e a paulatina inserção de novos hábitos poderiam conduzir a um convívio comunitário mais profícuo; nas palavras do próprio arquiteto: “é absolutamente necessário incorporar certas características que possam estimular a transição para um modo de vida socialmente superior – *estimular*, mas não ditar” (FRAMPTON, 2008, p.210).

Figura 6 - Apartamentos duplex encadeados, concurso OSA de 1927; e projeto para módulo de cozinha compacto com divisória, 1928.

Até 1930 poucas obras que enfatizavam a vinculação entre ação social e arquitetura foram construídas. Neste ano surgem mais críticas à casa coletiva e, principalmente, contra a hipótese de que ela pudesse “constituir um instrumento para incidir profunda e definitivamente sobre as formas de vida e os meios de organização urbana herdados da sociedade burguesa”¹⁴ (AYMONINO, 1973, p.80). Segundo Frampton, as ‘comunidades supercoletivas’ são desacreditadas naquele contexto, não apenas pela falta de aceitação social, mas também, porque

¹⁴ Tradução nossa.

sua implementação não tinha respaldo tecnológico e muito menos recursos materiais passíveis de serem empregados em tal escala. Através de outra abordagem para a questão da moradia, algumas propostas de desurbanização encontraram aprovação dentro dos círculos oficiais, mas também não foram implementadas, nesse sentido, “era mais fácil conseguir a aceitação para um plano de ação teórico do que conceber um padrão econômico que pudesse ser genericamente aplicado em todo país” (FRAMPTON, 2008, p.211). Nenhum arquiteto russo participou dos congressos do CIAM, confirmando a crise que havia em 1930.

A incapacidade da OSA de desenvolver propostas suficientemente concretas para o planejamento em grande escala ou a criação de tipos que se ajustassem às necessidades e aos recursos de um Estado socialista assediado, em conjunto com a tendência paranóide de censura e controle que se manifestou sob o governo de Stalin, tiveram o efeito de eclipsar a arquitetura ‘moderna’ da União Soviética. (FRAMPTON, 2008, p.212-213)

1.1.2.3 Realizações de Berlim e Frankfurt

Segundo Kopp (1990), todos os países da Europa foram palco da concentração urbana e do êxodo rural durante a Revolução Industrial, mas o fato de a Alemanha ser um dos países mais industrializados no início do século XX, agravou e acelerou esse processo. Contudo, não havia estrutura para receber tal contingente, de modo que uma crise do sistema habitacional acabou por se instalar. Em decorrência disso, os alemães empenharam muitas frentes de pesquisa sobre a habitação mínima como uma forma de resolver esse déficit de moradias.

Com o fim da Primeira Guerra em 1918 a Alemanha passou por uma fase difícil, vivia-se uma era de fome e inflação alta, como consequência, tiveram uma grave crise habitacional. Com o auxílio de empréstimos do exterior o governo alemão conseguiu promover a construção de habitações municipais em larga escala, e no meio da década de 1920 conseguiu aliviar o problema habitacional. (CASELLI, 2007, p.23-24)

Ao mesmo tempo que o primeiro pós-guerra é marcado pelo clima de derrota e da revolução, por outro lado reafirma a influência de Berlim em toda Alemanha. A ‘socialização’ é o grande compromisso ideológico, político e urbanístico da república, o que inclui também a questão da moradia (AYMONINO, 1973, p.56). A problemática da habitação envolve uma perspectiva de desenvolvimento da cidade, contudo, apesar dos grandes avanços da metrópole até aquele período: os novos meios de transporte, o investimento em áreas comerciais, a recente

rede de iluminação, etc.; houve, justamente em decorrência dessas melhorias, um vertiginoso aumento do valor do solo urbano, e por sua vez, do preço dos aluguéis. Desse modo, a população mais pobre acabou por ser expulsa das áreas centrais, sendo encaminhada para os bairros periféricos da cidade.

A discussão sobre a socialização, [...] só afeta indiretamente a maneira de realizar os grandes conjuntos necessários e os modelos experimentais aos que se referiam as propostas concretas. As experiências realizadas na Alemanha e na própria Berlim não eram muitas, mas, no entanto, já tinham como influência as questões gerais relacionadas com a enorme densidade de cidades, as precárias condições higiênicas e construtivas das moradias operárias, a denúncia da especulação imobiliária, a alternativas parciais constituídas por complexos semirurais de casas individuais com pomar e jardim, até as propostas de autênticas cidades-jardim.¹⁵ (AYMONINO, 1973, p.64-65)

Segundo Aymonino, o rápido e intenso crescimento de Berlim implica que ela absorva os núcleos urbanos vizinhos e constitua em 1920 uma única unidade político-administrativa, a ‘Grande Berlim’, a cidade se adensa seguindo “um processo de ampliações sucessivas, entendidas mais como ‘agregações’ no decorrer do tempo, do que como ‘transformações’ gerais do antigo e do novo assentamento urbano”¹⁶ (AYMONINO, 1973, p.38). A implementação de um sistema metropolitano de transportes e a consolidação de uma série de zonas industriais e manufatureiras, faz de Berlim um dos maiores centros industriais do mundo na década de 1930.

Deste modo, veio se formando no decorrer do tempo uma cidade notavelmente ‘aberta’ em sua trama edificada, estruturada por ‘partes’ muitas vezes claramente individualizáveis (parques, bairros burgueses e operários, zonas industriais, bosques, centro representativo, centro comercial), que tem impedido em muitas áreas a contínua sobreposição e transformações que a conduzem a uma estrutura compacta da edificação.¹⁷ (AYMONINO, 1973, p.38)

Aymonino aponta, que Berlim era uma cidade aberta aos experimentos, e que isso resultou em notáveis possibilidades, por outro lado, isso também dificultou o desenvolvimento da cidade em uma perspectiva unitária. “Devido a sua formação, a cidade permite a ideologia funcionalista exercita-se em numerosas e qualitativamente importantes propostas parciais, mas evitou um projeto mais preciso de toda a sua complexidade”¹⁸ (AYMONINO, 1973, p.39). A própria conformação da cidade exigiu que ela fosse pensada e organizada através de um plano de zoneamento de grande porte, um esquema circular com um raio de 50 km. No esquema de Martin Mächler, a área central é ocupada por comércio e serviços, a área anelar por

¹⁵ Tradução nossa.

¹⁶ Tradução nossa.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

equipamentos de lazer e, por fim, os bairros industriais que também acolheriam os assentamentos operários.

As primeiras experiências a respeito da habitação econômica foram bastante parciais e fragmentárias, a primeira delas iniciada antes da guerra, entre 1911 e 1914, por Bruno Taut, o Akaziienhof. As poucas possibilidades técnicas limitaram aos arquitetos a construção de moradias isoladas, agrupadas ou geminadas; “como o Lindenhof (1918-1919) de Martin Wagner; as casas agrupadas (1922) de Mendelson; as casas geminadas em Berlin-Dahlem (1925) dos irmãos Luckhardt; o loteamento Freire Schalle (1925) em Berlim-Tegel, de Bruno Taut, etc”¹⁹ (AYMONINO, 1973, p.46). Como afirma Aymonino, foram experimentos esporádicos e que pouco contribuíram com novas hipóteses sobre a relação entre a moradia econômica com o desenvolvimento da metrópole, segundo ele “a ‘casa unifamiliar’, proposta como ideal, era na realidade impossível, tanto estética, como econômica e tecnicamente, se fosse adaptada enquanto protótipo para uma grande produção em massa”²⁰ (AYMONINO, 1973, p.65).

Figura 7 - Lindenhof de Martin Wagner e casas geminadas em Berlin-Dahlem dos irmãos Luckhardt

A ‘Política Oficial da Construção da República de Weimar’, vigente entre 1927 e 1931, consistiu um relevante programa onde o projeto e a construção de moradias de cerca de um milhão de moradias foram subsidiadas pelo governo, através do direcionamento do seguro social e do imposto sobre a propriedade. Através deste tipo de oportunidade, “o período entre guerras foi muito frutífero para a construção na Alemanha, novas formas, materiais e técnicas foram experimentados, colocando-a em uma nova fase da industrialização da construção”. (CASELLI, 2007, p.27)

Em 1925, com a nomeação de Martin Wagner como ‘diretor de planificação urbanística’, os intentos e aspirações dos pequenos grupos que discutiam a questão da cidade

¹⁹ Tradução nossa.

²⁰ Idem.

parecem começar a se organizar. Com isso a questão da moradia também passa a ganhar mais importância, buscam-se novos modos de expressão, uma nova linguagem que possa unificar a sucessão de espaços urbanos. Nesse sentido, “as grandes realizações da construção econômica constituíram ao mesmo tempo conquistas culturais do movimento funcionalista e conquistas estratégicas para aspirar a novos e mais importantes feitos”²¹ (AYMONINO, 1973, p.49). Intervenções relevantes naquele momento, ao menos quantitativamente foram: o bairro de Siemensstadt (1927-1929), o de Onkel Toms Hütte (1929-1931), o de Spansau-Haselhorst (1930-1931) e o de Reinickendorf (1929-1931).

Figura 8 –Acima: Siemensstadt, ao lado: Onkel Toms Hütte; abaixo: Spansau-Haselhorst e ao lado: Reinickendorf.

Desta forma, uma nova periferia começa a tomar forma, os novos assentamentos das massas são áreas autônomas, mas não autossuficientes, que se vinculam urbanisticamente à Berlim seguindo seu desenvolvimento histórico, “ou seja, como núcleos de sucessivas agregações”²² (AYMONINO, 1973, p.53). A nova solução, o bairro residencial conhecido como *Siedlung*, se concretiza através de blocos de quatro a dez pavimentos conformados em edifícios laminares, onde a relação da distância entre os edifícios e sua altura eram cuidadosamente planejados. De tal modo, o que se realiza na periferia busca se diferenciar ao máximo, tanto formalmente quanto com relação às questões ambientais e sanitárias, daquilo

²¹ Idem.

²² Tradução nossa.

que existia enquanto condição para a população trabalhadora. Os novos bairros surgiram como alternativa para os cortiços altamente adensados que haviam sido construídos, no século anterior, como solução à falta de habitação dos trabalhadores, a *Mietskaserne*.

O habitat operário, a ‘Mietskaserne’ ou casa de aluguel, não é produto do acaso e da improvisação, mas ao contrário, fruto dos estudos aprofundados sobre a maneira mais rentável de alojar o maior número de trabalhadores em um espaço tão reduzido quanto possível. As áreas urbanas são sistematicamente ocupadas por linhas paralelas de habitações de 5 a 6 andares, separados uns dos outros por pequenos pátios de 5 a seis metros de largura. Frequentemente é nesses pátios que se encontram o que quase não ousamos chamar de instalações sanitárias: latrinas coletivas e pontos de água destinados ao conjunto dos edifícios. É também para esses pequenos pátios que dão as habitações anunciadas na publicidade da época como ‘particularmente baratas’ e que são porões inteiramente abaixo do nível da rua os do pátio e ‘iluminados’ apenas por grades horizontais embutidas no chão. (KOPP, 190, p.30)

Figura 9 – Exemplo de uma Mietskaserne

As *Siedlungen* alemãs, segundo Kopp, expressam o resultado arquitetônico da união dos novos métodos científicos e higienistas. Em função dessas prerrogativas, e completamente balizados pelas condições econômicas, a materialização dos conjuntos expressa uma acentuada regularidade dos blocos monolíticos distribuídos pelo terreno de forma rigidamente espaçada. A intenção de valorizar a insolação e a ventilação das moradias obriga que a disposição dos edifícios obedeça um único sentido, ou seja, segue a melhor orientação solar. “Luz, ar, sol. A concepção mais favorável de conjunto, se levarmos em conta todas as considerações econômicas e de higiene, deveria ser obtida pelo ‘Zeilenbau’ (habitações em fileiras), de orientação norte-sul, com espaçamento suficiente entre essas fileiras” (GROPIUS apud KOPP,

1990, p.51). Essa intenção, que beira a obsessão de contrapor as péssimas condições do modelo precário de moradia oferecido pelos *Mietskasernen*, justificaria a evidente monotonia dos conjuntos: “A monotonia que resulta desses blocos, tão rigorosamente paralelos uns aos outros e colocados a espaçamentos rigorosamente idênticos, é a própria expressão dessa preocupação com a higiene, tão cruelmente ausente nos cortiços operários do passado” (KOPP, 1990, p.51). Ela adquire também um valor simbólico:

É verdade que esse tipo de construção gera uma grande monotonia particularmente evidente em algumas realizações de Ernst May em Frankfurt, mas bem menos nas de Bruno Taut em Berlim. Contudo, essa uniformidade, que não resulta apenas da escolha da orientação mais favorável quanto à insolação, mas também da repetição dos planos de habitação e dos métodos industriais de produção, é explicada na época como expressão da igualdade de todos em matéria de habitação. Todos tem os mesmo direitos e essa igualdade exprime-se visualmente pela uniformidade e a repetição. (KOPP, 1990, p.51)

Apesar do termo ‘todos’, acima expresso por Kopp, estar condicionado à apenas uma parte da sociedade, e não à uma universalidade totalizante, a intenção do reformismo aplicado às *Siedlungen* era a de se promover uma sociedade gradativamente mais justa e igualitária. Essas premissas e o cuidado em implantar os blocos na melhor disposição possível demonstram certos valores da arquitetura moderna naquele momento. Outro ponto que sustentava a defesa dos ‘blocos monótonos’ é a constante prescrição de que os conjuntos deveriam estar inseridos em uma área com espaçosas e confortantes áreas verdes, através desse princípio a expectativa era de transformar radicalmente a ideia de cidade, “do deserto de pedra que era até então, torna-se uma cidade onde a natureza está junto aos edifícios, acessível a todos, ao mesmo tempo um instrumento de ação sanitária e um local de relaxamento e repouso”. (KOPP, 1990, p.51)

Os novos bairros representavam uma resposta eficiente e sensível para a precariedade existente, e apesar do caráter predominantemente funcionalista, alguns projetos tocavam mais profundamente conteúdos idealistas, por exemplo, o arquiteto Bruno Taut, que em 1920 elaborou o princípio da ‘dissolução das cidades’, realizou várias *Siedlungen* para a GEHAG, uma cooperativa de empregados em Berlim, entre eles um conjunto realizado entre 1925 e 1930, a Grossiedlung de Britz. Trata-se de uma extensa composição de unidades conformando uma ferradura, o projeto tinha como referência o “espaço coletivo típico das aldeias construídas durante as campanhas prussianas nos séculos XVII e XVIII para colonizar o leste da Europa” (COHEN, 2014, p.185). Disposto em torno de um jardim com um lago, Taut criou diversos espaços públicos rodeados pelas casas geminadas de cores vibrantes, uma composição que

segundo o arquiteto buscava remeter ao espírito comunal, transmitindo aos moradores uma sensação de identidade local.

Figura 10 - Grossiedlung de Britz de Bruno Taut

Já o arquiteto Walter Gropius, que esteve durante toda a década de 1920 envolvido com a elaboração de projetos de baixo custo, aproximou-se mais da questão da moradia econômica em 1927, após demitir-se da Bauhaus. Nesse período, buscava melhorar os padrões habitacionais e urbanos na perspectiva de viabilizar assentamentos comunitários desvinculados das questões de classe. Seus projetos para Berlim em 1929 não foram realizados, mas segundo Frampton, representaram um significativo avanço, oferecendo serviços sociais mais abrangentes e um padrão de vida mais digno. Em 1929, Gropius publica um ensaio nomeado: ‘As bases sociológicas da habitação mínima’; posicionando-se à esquerda da socialdemocracia, manifestou ali a sua posição de que o Estado deveria envolver-se de modo mais prevalente sobre a construção de moradias populares (FRAMPTON, 2008, p.169).

Uma vez que a tecnologia opera no âmbito da estrutura da indústria e das finanças já que qualquer redução de custo que se obtenha deve, em primeiro lugar, ser explorada em benefício da indústria privada, ela só será capaz de oferecer habitações mais baratas e diversificadas se o governo aumentar o interesse da indústria privada pela construção de moradias através da melhoria das medidas de bem-estar social. Se a moradia mínima vai ser realizada em níveis de um aluguel capaz de ser sustentado pela população, o governo deve ser exortado a: 1º impedir o desperdício de fundos públicos com moradias de grandes dimensões [...] para as quais é preciso definir um limite máximo em termos do seu tamanho; 2º reduzir o custo inicial de estradas e serviços; 3º oferecer os terrenos para as construções e tirá-los das mãos dos especuladores;

4º liberalizar ao máximo as leis de zoneamento e os códigos de construção. (FRAMPTON, 2008, p.169).

A cidade de Frankfurt foi outro importante símbolo alemão na produção habitacional, entre 1925 e 1930 a prefeitura democrata de Frankfurt recrutou o arquiteto Ernst May para fundir os serviços de urbanismo e de obras da cidade, criando um órgão público de arquitetura. Durante este período, e através da padronização de elementos construtivos e da uniformização das unidades habitacionais, May consolidou uma postura construtiva bastante relevante. Com base no *Trabantenprinzip*, “o princípio da cidade satélite”, ele concentrou os investimentos em torno de Frankfurt, num cinturão de *Siedlungen*. Conjuntos como o Brunchfeldstrasse (1926-27), o Praunheim (1926) e o Westhausen, marcaram uma “transição do quarteirão fechado com pátio no seu interior para as barras paralelas, orientadas no sentido norte-sul em obediência ao *Zeilenbau* – a distribuição em linhas paralelas” (COHEN, 2014, p.180).

Figura 11 – Na sequência: Brunchfeldstrasse , Praunheim e Westhausen

A justificativa para a construção dos conjuntos habitacionais em regiões mais distantes do centro da cidade, para além de ser uma premissa urbanística, estava consolidada no fato de que os terrenos vazios melhor localizados estavam na posse da iniciativa privada, e seus custos eram muito altos para o orçamento do governo, logo, a construção de ‘cidades satélites’, distantes cerca de 45 minutos do centro, eram uma opção mais viável. De forma similar ao conceito das ‘cidades jardim’ inglesas de Howard, as *Siedlungen* “deveriam ser separadas da área central da cidade por cinturões verdes, planejadas para serem verdadeiros reservatórios de ar fresco para a cidade” (TEIGE apud CASELLI, 2007, p.116). Um exemplo de conjunto inserido em um terreno distante da área central e com topografia acidentada é o Römerstadt, a proposta ainda contou com a contribuição do paisagista Leberecht Migge, que conseguiu dar totalidade ao conjunto através do paisagismo e de uma rede de hortas que complementava os espaços coletivos.

Figura 12 - Römerstadt

May defendia a habitação unifamiliar como a forma ideal de se morar, e se esforçou ao máximo para baratear esse modelo de moradia, através de conjuntos construídos em fileiras, como casas geminadas. Mesmo sendo mais econômicos, os conjuntos de baixa-densidade não eram baratos o suficiente para serem acessíveis aos mais pobres. Isso, somado à crise econômica instaurada em 1929, incidiu na diminuição de área das unidades, assim, a área mínima estabelecida nos primeiros projetos que era de 40 m², foi reduzida para 36 ou 30 m² em alguns casos. Posteriormente, May sucumbiu a pressão de construir edifícios multifamiliares, mas optava por tipologias com a circulação aberta, que apesar de serem cerca de 10% mais caras,

eram compensadas pelo benefício de cada apartamento estar mais iluminado e ventilado. (TIEGE, 2002, p.208)

Minimizar os custos de construção era uma prerrogativa dos projetos de Frankfurt naquele momento, e a economia foi o fator que estimulou a investigação de novas formas e técnicas de racionalizar os componentes. Além disso, a escala dos empreendimentos possibilitou a experimentação de elementos pré-fabricados, em Praunhein e Westhausen foram empregados painéis de concreto pré-moldado cada vez maiores (COHEN, 2014, 181). *Plattenbauweise* é o nome do método construtivo usado nas casas unifamiliares neste período, um sistema que empregava grandes painéis de concreto armado, com 20 cm de largura, eles “vinham com acabamento da fábrica, eram de fácil montagem e só havia necessidade de acabamento feito na obra nas junções. Esses painéis tinham um excelente coeficiente de isolamento térmico, equivalente ao de uma parede de tijolos de 45cm” (TIEGE apud CASELLI, 2007, p.118).

No entanto, até aquele momento, a experiência de construir com métodos industrializados não provou ser mais econômica do que a construção com procedimentos tradicionais. O maior obstáculo se encontrava no fato de que as condições para a produção em série dos elementos construtivos simplesmente não existia. Além disso, como reforça Tiege (2002), as condições para a produção industrializada de uma casa é bastante distinta da produção de um automóvel, de modo que grande parte dos elementos industrializados voltados à construção civil necessitam de adaptações em função das características do terreno e das peculiaridades de cada projeto. Com relação a inovações de projeto, poucas experiências no sentido de desenvolver novos tipos de espaços coletivos foram feitas em Frankfurt naquele período, as mais significativas foram as lavanderias coletivas e salas de secagem (*drying rooms*), e em casos mais raros, centros culturais.

Apesar de todas as dificuldades é inegável o valor das experiências ocorridas em Frankfurt, as 15.000 unidades construídas sob a direção de May equivalem a mais de noventa por cento das moradias construídas entre 1925 e 1930 na cidade. Como reitera Frampton, “esse número impressionante dificilmente teria sido atingido sem a insistência de May na eficiência e economia tanto do projeto quanto da construção” (FRAMPTON, 2008, p.166). Surgiu naquele momento, através de uma abordagem objetiva e endossada pela realidade da produção e dos custos da edificação, a formulação e os estudos sobre o padrão do ‘mínimo para a existência’, que veio a se tornar o tema do Congresso dos CIAM de 1929. Com relação ao impacto na resolução do problema da moradia, houveram avanços, no entanto, o cerne da contradição não

foi atingido, mantendo as dinâmicas da cidade especulativa, “eram moradias em geral muito caras para a população mais pobre e findaram sendo ocupadas não por operários, mas pela pequena burguesia e por funcionários administrativos” (COHEN, 2014, p.185).

No contexto geral da Alemanha (naquele momento, República de Weimar) a quebra da Bolsa de Valores, e a conseguinte depressão econômica mundial, após 1929, criou um colapso ao Estado de bem-estar social que vinha sendo construído até então. Nesse sentido, os empréstimos foram suspensos, o comércio exterior se desestabilizou completamente e a Alemanha voltou ao caos econômico e político. Tal contexto teve o efeito de conduzir “a opinião pública do país a uma guinada à direita”, o governo alterou radicalmente as políticas habitacionais, que abandonou a linguagem vigente com um retorno às raízes tradicionais. Isso, como relata Frampton “praticamente selou o destino dos arquitetos alemães da Nova Objetividade. A imigração foi o único caminho que lhes restou, e foi assim que todos fizeram, cada qual segundo o matiz de suas convicções políticas” (FRAMPTON, 2008, p.170).

1.2 A discussão da habitação na modernidade

1.2.1 O funcionalismo e a primeira fase dos CIAM

O que estava por detrás das realizações alemãs apresentadas no tópico anterior é o surgimento de um movimento artístico, o *Deutscher Werkbund*, criado em 1907. O *Werkbund* foi uma resposta, dentro do campo da arte, arquitetura e design, para o emergente contexto maquinista que se consolidava, buscando aliar através de uma única linguagem a arte e a indústria. Nesse sentido, aqueles que compunham o movimento (e é necessário ressaltar que tratava-se de um grupo heterogêneo) buscavam por novas possibilidades artísticas através dos meios industriais modernos e das possibilidades de barateamento oriundas das novas técnicas de reprodutibilidade. Em meio a esse processo, a *Werkbund*, defende Schwartz, “foi uma tentativa fundamentada e até mesmo sofisticada de determinar a própria natureza do campo cultural sob as condições do capitalismo moderno” (SCHWARTZ, 1996, p.17). Ou seja, ela buscou reorientar a economia de mercado a fim de transformá-la “em uma força utópica, como transmissora de cultura.”²³ (SCHWARTZ, 1996, p.17).

²³ Traduzido por José R. P. Thiesen

No início do século XX a Alemanha estava em destaque em relação à arquitetura. Em primeiro lugar, a Alemanha não tinha grandes tradições arquitetônicas como a França e a Inglaterra. Em segundo, vivia uma industrialização recente e as estruturas sociais estavam muito ligadas ao passado. Essa relativa falta de precedentes facilitou a entrada de pessoas com ideias inovadoras, como artistas de vanguarda e teóricos, no comando de postos diretivos em uma sociedade em transformação. (BENÉVOLO apud CASELLI, 2007, p. 110)

No centro das preocupações da *Werkbund* estava a noção de tipificação, ou seja, a padronização com uma declarada intenção estética dos itens industrializáveis, para a sua posterior difusão entre as massas. Mediante as possibilidades da indústria, a *Werkbund* seria a responsável por estabelecer o ‘estilo’ de sua época, de forma que não copiasse ou aludisse ao passado, e esses conteúdos seriam empregados em exemplares passíveis de serem replicados infinitamente. Esse ‘estilo’ teria ainda uma função educativa, no sentido da formação de gosto da população, desse modo, afirma Kopp: “A difusão entre as massas desses exemplares tornados financeiramente acessíveis graças a diminuição de custos resultante da produção industrial é o instrumento para a educação dos consumidores” (KOPP, 1990, p.37). Logo, buscava-se enxergar as possibilidades contidas no barateamento dos produtos através de uma perspectiva de democratização do acesso de itens de melhor qualidade.

Estilo era justamente essa utopia. Apresenta uma figura do passado, tão tangível quanto irreal, que permitiu aos membros da *Werkbund* dismantelar, em tese, a hierarquia de arte superior e inferior, quebrar a fronteira entre arte e vida, e postular um espírito comum unindo a cultura. Através do conceito de Estilo, eles transformaram o estudo do passado em uma busca visionária: converter a linguagem degradada do Historicismo, que só podia ornamentar Torres de Babel, num conjunto de signos que convocassem de volta a voz perdida de dentro do círculo hermenêutico²⁴. (SCHWARTZ, 1996, p.25)

Esse conceito de tipificação seria bastante assimilado pela arquitetura, e era ideologicamente reafirmado pelos membros do grupo. Segundo Frampton, durante a Exposição *Deutsche Werkbund* em Colônia em 1914, Muthesius cita, entre os 10 pontos do *Werkbund*: “Essencialmente, a arquitetura tende para o típico. O tipo descarta o extraordinário e estabelece a ordem” (MUTHESIUS apud FRAMPTON, 1997 P.134). Baseado no *Werkbund*, surge na Alemanha, em 1919 (logo em seguida a 1ª Guerra), o movimento *Neues Bauen*²⁵ (Nova Construção). O *Neues Bauen*, influenciado pela revolução política, econômica e social ocorrida na URSS, “teve grande representatividade no cenário da construção civil, buscando soluções para os novos problemas surgidos com a Revolução Industrial do século XIX” (CASELLI,

²⁴ Traduzido por José R. P. Thiesen

²⁵ O movimento também foi conhecido como *Neue Sachlichkeit* (Nova Objetividade).

2007, p. 110). Naquele período entre guerras, a maioria das construções eram prédios de habitação financiados com recursos públicos, o que indicava a importância desse tipo de programa em detrimento de prédios institucionais e culturais.

A profissão de arquiteto, que era até então bastante conservadora e ligada às tradições, ganha novos contornos quando esse grupo de arquitetos passa a se interessar pelos problemas sociais. Muitos deles, mesmo que não engajados politicamente através de partidos, como Ernst May e Walter Gropius, vão reforçar a importância do compromisso social da arquitetura. Bastante motivados pelos princípios socialistas terão discursos heterogêneos, contudo complementares e resolvidos em colocar as considerações sociais em primeiro plano na nova arquitetura, segundo May: “Os arquitetos da nova arquitetura unem-se, sem distinção de nacionalidade, por sua compaixão pelas pessoas necessitadas, não podemos imaginá-los sem consciência social”. (MAY apud KOPP, 1990, p.46). Na mesma direção, Gropius afirma: “Não são mais vilas particulares, mas centenas de apartamentos que precisam ser construídos. Não mansões, para os ricos, mas boas casas, utilizáveis pelos operários, residências que respondam não a princípios estéticos, mas sim a dados objetivos” (GROPIUS apud KOPP, 1990, p.46)

Esses ‘dados objetivos’ referem-se a uma abordagem científica do problema da habitação, ou seja, a consolidação de métodos e abordagens que possibilitem o diagnóstico das necessidades dos moradores através de diversos instrumentos: “utilizando-se pesquisas, estatísticas e colaborando estreitamente com as organizações políticas e sindicais representativas daqueles a cujo serviço os arquitetos se colocam” (KOPP, 1990, p.46). Hannes Meyer, sucessor de Gropius na direção da Bauhaus, defende que a arquitetura tende a se tornar uma ciência, e seu objetivo seria a melhoria das condições de vida das massas e a sucessiva transformação da sociedade, é o que detalha Kopp no seguinte trecho:

A produção artesanal deve ceder seu lugar à produção industrial na construção; a ideia de série e de industrialização é central na nova arquitetura dessa época. Fabricar habitações como se fabrica automóveis permitirá, acredita-se, diminuir o preço, como aconteceu com o automóvel. [...] Outra ideia fundamental: a do funcionalismo. Para um problema corretamente colocado só pode haver uma solução: a certa, como em uma matemática, pois a arquitetura agora é uma ciência. Mas a nova arquitetura é também, no espírito de seus promotores, um instrumento de liberação social. (KOPP, 2009, p.50)

A famosa frase: “a forma segue a função”, empregada por Louis Sullivan em 1896, e antes dele por Henri Labrouste, teve origem através de um princípio biológico. O conceito de funcionalidade que já vinha sendo utilizado desde o século XIX, ganhou muita repercussão dada sua ‘útil ambiguidade’ e na década de 1920 o termo incorporou um sentido mais

matemático, “denotando o ajuste rigoroso dos espaços arquitetônicos à sua utilização por meio de dados e cálculos quantitativos” (COHEN, 2013, p.240). O funcionalismo passou a evocar o caráter científico da arquitetura de vanguarda.

Já a ‘liberação social’, estava inserida uma pesquisa que buscava novos modos de vida, sociabilidade e de interação com o espaço construído. Segundo Cohen (2013, p.185), um programa educacional chegou a ser criado para instruir os moradores nos novos hábitos e práticas que acompanhavam as novas possibilidades da habitação moderna. Os novos conjuntos foram equipados com espaços de uso coletivo, com a finalidade de reduzir o tempo e o desgaste oriundos das atividades domésticas, inclinadas por uma perspectiva bastante otimista: “as lojas cooperativadas, as creches, os jardins de infância, as lavanderias coletivas serão os ‘monumentos’ da nova arquitetura” (KOPP, 2009, p.50). Essa intencionalidade estava baseada na expectativa de uma vida mais comunitária, onde o pós-guerra representaria uma virada do crescente individualismo para um coletivismo de visão ampla, como ambiciona Ernst May.

Em 1927 uma mostra promovida pela *Deutsche Werkbund*, o “*Weissenhof Siedlung*”, foi uma tentativa de expor e divulgar as propostas da vanguarda para a moradia na época. A exposição, chamada *Die Wohnung* (A habitação), para além de mostrar uma nova arquitetura, expressava uma nova forma de vida potencializada por essas construções. O evento reuniu um grupo de 17 importantes arquitetos de diferentes nacionalidades, que aliados aos construtores e fabricantes de materiais de construção, estavam munidos com as tecnologias mais avançadas da época para construir 21 edificações. Para Aymonino, a exposição constituiu um manifesto cultural construído e, também, uma oportunidade especial, segundo ele: “Somente a conjunção dos melhores arquitetos com as grandes iniciativas das sociedades construtoras ‘sem pretensão de lucro’ permite a difusão de novas ideias e a sua demonstração concreta”²⁶ (AYMONINO, 1973, p.68). A exposição também teve importância, em um aspecto mais amplo, em reafirmar a arquitetura enquanto campo disciplinar e de sustentar o papel dos arquitetos enquanto artistas:

Os nomes dos melhores arquitetos internacionais estão representados com propostas de edifícios que respondem, sobretudo, a suas biografias de artistas: sua presença serve para testemunhar e demonstrar que a nova tendência figurativa não está limitada a alguns indivíduos ou a um grupo de reduzido de arquitetos, mas começa a adquirir distintas personalidades em diferentes países. É o princípio da raiz ‘internacional’ da arquitetura moderna, que se organizará no ano seguinte com os CIAM.²⁷ (AYMONINO, 1973, p.68)

²⁶ Tradução nossa.

²⁷ Idem.

Figura 13 – Algumas construções da exposição *Die Wohnung*.

Figura 14 - Weissenhof Siedlung

Esse campo de experimentação, onde os modelos ideais puderam ser realmente construídos, revelou, para além das possibilidades, as limitações daquelas propostas. A exposição ainda estava distante de estabelecer um parâmetro compositivo, ou seja, as relações espaciais ideais entre as edificações, para a implantação dos conjuntos habitacionais, ficou também aquém de exemplificar um modelo habitacional mínimo aplicável à demanda existente. Adolf Loos, em uma conferência sobre a *Siedlung* moderna, aborda a questão dizendo não saber ao certo se aquilo representava um conjunto de moradias voltadas aos trabalhadores, ou se: “o

que foi visto ali é somente um agrupamento de casas burguesas extraordinariamente belas”²⁸ (LOOS apud AYMUNINO, 1973, p.68). Além disso, haviam as limitações técnicas que, apesar do entusiasmo daquele momento e o fascínio pelas novas possibilidades tecnológicas, refletiam a falta de experiência e de adequação no emprego das soluções.

As edificações para a exposição foram construídas com o que havia de mais moderno na época, estrutura metálica, lajes térmicas, elementos pré-fabricados, onde todas essas novas técnicas construtivas foram expostas para apreciação do público. Todas as construções tinham lajes planas como cobertura, estuque branco nas fachadas e amplas janelas, aspectos que foram duramente criticados, as lajes por não serem adequadas ao clima e não respeitarem as tradições germânicas, e as grandes aberturas que seriam desagradáveis durante o inverno. (SCHOENAUER apud CASELLI, 2007, p.115-116)

Muitas das novidades desta exposição estavam dentro das unidades habitacionais, as plantas flexíveis permitiam adaptações por parte dos moradores, e o mobiliário exposto também apresentava a intenção ‘racional’ dos projetistas para um novo estilo de vida. Muitos novos equipamentos, como a cozinha planejada, foram apresentados durante o evento; a ‘cozinha de Frankfurt’, como ficou conhecida, foi desenvolvida pela arquiteta Grete Schütte-Lihotzky, que fazia parte da equipe de Ernest May, e tem origem na intenção de racionalizar as tarefas domésticas segundo princípios tayloristas.

A ‘cozinha de Frankfurt’ incorpora os principais conceitos de funcionalidade e de padronização possibilitados pela época, de forma a constituir um exemplo paradigmático do novo planejamento racional. Esse ambiente é frequentemente comparado a uma fábrica, ou a um laboratório, onde todas as ferramentas e instrumentos de trabalho estariam organizados na melhor disposição possível, afim de agilizar as tarefas. A cozinha de Frankfurt passa a ser considerada como um espaço de trabalho na esfera doméstica, de modo a refletir os novos padrões de sociabilidade estavam sendo constituídos durante a modernidade, inclusive no que se refere ao discurso sobre a liberação da mulher, que ‘teria mais tempo para si e para a família’.

Como afirmam Kapp e Lino, apesar da boa intenção em amenizar o trabalho da mulher, a proposta de Frankfurt segrega o trabalho doméstico do lazer, reiterando a divisão entre trabalho manual e intelectual. “Conversar, ler ou ouvir rádio se tornam atividades reservadas à sala de estar e hermeticamente protegidas dos odores e calores da cozinha, cujos bem equipados 8m² mal comportam duas pessoas” (KAPP e LINO, 2008, p.22). A cozinha é dimensionada para uma mulher com média estatura, um padrão convencionado naquele momento que acabava sendo excludente à qualquer um que não se adaptasse àquela condição ergonômica, e, sobretudo, continuava a poupar os homens do trabalho doméstico.

²⁸ Tradução nossa.

Portanto, a prerrogativa de uma ‘liberação da mulher’ esbarra em uma proposta que positivamente promete a integração das mulheres ao mercado de trabalho formal, assim como a democratização do acesso ao ensino, contudo, sobrepondo essas atividades ao trabalho doméstico não remunerado já existente. Nessa direção, Kapp e Lino esclarecem que o trabalho feminino simplesmente passou a acontecer entre dois pontos de dominação: “a dominação doméstica pelo homem e a dominação pelo capital; ou, para dizê-lo em outros termos, entre um falso idílio doméstico e uma falsa identificação da liberdade com a liberdade de vender a própria força de trabalho no mercado” (KAPP e LINO, 2008, p.15).

Figura 15 – A cozinha de Frankfurt

A evocação da praticidade não tinha como único interesse acelerar as atividades domésticas, tratava-se, em grande parte, do interesse em reduzir ao máximo o espaço demandado para o exercício de cada função dentro da moradia. Como afirma Frampton: “Os padrões mínimos de May ficavam na dependência de engenhosos espaços para armazenagem, camas dobráveis e sobretudo de uma cozinha ultra-eficiente que mais se assemelhava a um laboratório” (FRAMPTON, 2008, p.166-167). De forma semelhante, May tornou-se o pioneiro do uso das lajes de concreto pré-fabricadas, que inclusive ficaram conhecidas naquele momento como Sistema May. Um dos fatores que estavam por trás dessas inovações, tanto no desenho dos ambientes, quanto no dos componentes construtivos, era a necessidade de reduzir os elevados custos de construção dos conjuntos habitacionais ao mínimo possível, o que, involuntariamente, levava também à redução de áreas úteis.

Uma das questões centrais do *Neues Bauen* foi o esforço de se chegar a um parâmetro ideal do que seria necessário em uma residência para uma existência mínima, o *Existenzminimum*. Essa noção de mínimo estava completamente vinculada às questões

financeiras e econômicas, mas também estava respaldada pelo esforço daquele grupo em alcançar um ‘mínimo com qualidade’. Ernst May argumentava energicamente que o *Neues Bauen* se colocava contrário à moradia dita econômica, “econômica no sentido de miserável, que tornava a vida de seus ocupantes desconfortável e insalubre” (CASELLI, 2007, p.113). May defendia a diminuição de área das unidades, mas com a intenção de que isso garantisse que os aluguéis fossem compatíveis com a renda de seus moradores. Ele denuncia o cálculo simplesmente econômico:

Os arquitetos do ‘*Neues Bauen*’ desconfiam dessa palavra ‘econômico’ (...), pois sabem que é precisamente essa palavra que justifica toda essa miséria (das *Mietskasernen*). Porque era econômico, exilaram-se massas de pessoas do campo para as cidades, onde elas definharam. Porque era econômico, os preços dos terrenos tornaram-se exorbitantes nas grandes cidades. Porque era econômico, a altura dos cubículos para alugar construídos sobre esses terrenos não parou de crescer. Porque era econômico, o sol e a luz foram expulsos desses desertos de pedra. Nós arquitetos do ‘*Neues Bauen*’ lutamos sem trégua contra essa tal economia. Nós declaramos guerra aos defensores dessa economia ineconômica. Nós calculamos de outra maneira, colocando o bem-estar acima de todos os números. (MAY apud KOPP, 1990, p. 52)

Apesar dessa inquestionável condenação do que é ‘econômico’, o pensamento originado na *Werkbund*, como afirma Schwartz, apresentava uma mistura confusa de elementos anticapitalistas e pró-capitalistas (SCHWARTZ, 1996, p.120). Nesse sentido, ao mesmo tempo que denunciavam os efeitos da prerrogativa econômica que estaria por trás da produção especulativa, eles não deixaram de estetizar a economia capitalista. Essa discussão é fundamental e será retomada, contudo o que deve ficar claro até aqui é a intenção que movia aquele grupo era bastante otimista. A economia, dentro da racionalidade proposta e almejada pelo movimento moderno, vislumbrava assumir uma nova condição através da eficiência produtiva, dentro dessa acepção a técnica industrial teria um potencial funcional, artístico e simbólico transformador de toda a realidade. A descrição sobre a formação da *Werkbund*, antes da guerra caracteriza isso:

Os membros da *Werkbund* estavam tentando configurar um mundo no qual arte e economia pudessem falar a mesma língua. Mas como membros da burguesia, uma classe social cuja dominância na Alemanha não era segura, eles estavam experimentando em campo aberto, tentando definir seu próprio mundo antes de apresentá-lo como um conjunto coerente de representações para outras classes como o único mundo, o mundo verdadeiro, o mundo moderno²⁹. (SCHWARTZ, 1996, p.8)

²⁹ Traduzido por José R. P. Thiesen

Mesmo com essa conflituosa indefinição não se pode deixar de exaltar que havia naquela situação um grande e contundente esforço para que as moradias fossem construídas pelo Estado e financiadas por fundos públicos, esquivando a produção habitacional dos interesses da iniciativa privada, e da sua indissociável motivação pelo lucro. Isso garantiria, dentro daquela expectativa, certo controle sobre o mercado imobiliário e, desse modo, sobre o crescimento urbano da cidade especulativa. Sob a direção de Ernst May, como foi dito anteriormente, a cidade de Frankfurt criou fábricas municipais produtoras de diversos elementos constitutivos dos conjuntos edificados naquela época. Foi a primeira vez na Europa que a produção industrial de elementos para habitação foram empregados maciçamente. “O Governo estando responsável pela construção de habitação de baixa renda, em tese, deveria se preocupar com a qualidade do projeto e da construção” (CASELLI, 2007, p.113).

É necessário sublinhar que o desenvolvimento de um ‘padrão’ para a moradia mínima estava alicerçado em um pesquisa recém iniciada, ou seja, tratava-se de uma reflexão em condição embrionária e distante de ser definitiva. Ernst May estava bastante esperançoso que o desenvolvimento científico e a associação da arquitetura com outras disciplinas, sobretudo as de campos distintos, iriam culminar, a longo prazo, numa solução habitacional bem mais efetiva e ajustada às necessidades da população. Nas palavras do arquiteto: “Não podemos jamais dispensar o auxílio dos higienistas, engenheiros, médicos, se quisermos fazer da habitação para o mínimo existencial um produto perfeito” (MAY apud KOPP, 1990, p. 52). Ou seja, a resposta para a pergunta “como deve ser concebida a habitação voltada para a grande massa populacional?”, não seria uma resposta dada apenas pelos arquitetos, pois demandaria obrigatoriamente de uma visão mais complexa, que incorporasse diferentes escalas, a respeito dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Apenas levando em conta as necessidades biológicas e sociológicas do homem, conseguiremos afastar as teorias estereis e nos aproximaremos aos poucos do objetivo que consiste em construir habitações que, com um aluguel suportável, respondam às necessidades materiais e espirituais de seus habitantes. (MAY apud KOPP, 1990, p. 52)

Não por coincidência, no ano de 1929, Frankfurt torna-se sede do 2º Congresso Internacional de Arquitetura Moderno (CIAM), cuja temática é a habitação mínima. A cidade foi escolhida por suas realizações no campo da provisão de moradia. Os CIAM, segundo Frampton, poderiam ser compreendidos através de três etapas, que vão desde a primeira conferência, em 1928, reconhecido pela declaração de La Sarraz, e a última, realizada em Dubrovnik, no ano de 1956. A primeira fase, a qual o presente trabalho tem um interesse

especial, foi a que abordou, de forma bastante doutrinária, os problemas dos padrões mínimos de vida, principalmente na sua segunda edição sob o título “*Die Wohnung für das Existenzminimum*” (a habitação para a mínima existência), esse 2º CIAM ocorrido em Frankfurt, Alemanha, em 1929, buscava tratar a problemática da habitação mínima no novo contexto urbano no qual o mundo passava a se inserir, sistematizando o que seria o mínimo aceitável para uma família viver, desde a escala do mobiliário até a escala urbana. Aberto pelo arquiteto alemão Ernst May, o 2º CIAM originou também um grupo de trabalho que seria o responsável pela preparação dos temas a serem discutidos nos próximos congressos, trata-se do CIRPAC (Comitê Internacional para a Resolução do Problema da Arquitetura Contemporânea).

No ano seguinte, 1930, em Bruxelas ocorreu o 3º CIAM, intitulado, *Rationelle Bauweisen*, abordou ainda a questão da habitação, mas agora com um enfoque urbano maior, debatendo amplamente a questão da altura ideal das edificações, assim como o distanciamento entre os blocos, com a prerrogativa de estabelecer o uso mais eficiente do solo e dos materiais construtivos. Esses primeiros congressos foram, segundo Frampton, “dominados pelos arquitetos *Neue Sachlichkeit* (Nova Objetividade) de língua alemã, que tinham quase todas tendências socialistas” (FRAMPTON, 2008, p. 328).

Como se pode presumir até aqui, a delegação alemã era a mais avançada na área da habitação e por isso ela teve um papel predominante nos debates do Congresso. “São os arquitetos alemães, junto com Le Corbusier, que insistirão no fato de que o problema da habitação mínima não é apenas aquele colocado por sua área, composição e o preço de seu aluguel” (KOPP, 1990, p. 53). Esse grupo reforça a necessidade de que seus habitantes vivam “de outra maneira”; Em função dessa premissa, não apenas a concepção e a construção deveriam ser racionalizadas, de forma que o comportamento dos habitantes dentro das residências também deveria tornar-se racional.

Para essa racionalização três condições são essenciais: Viver “de outra maneira”, ou seja, que cada habitante tenha o seu próprio quarto “não importa quão pequeno”, dirá Gropius; que a cozinha seja concebida de maneira a simplificar ao máximo o trabalho doméstico e que a mobília, enfim, não imite o mobiliário burguês, mas seja, ao contrário, concebida em função de uma manutenção simples, de condições de vida higiênicas e de um preço baixo. Assim é toda a concepção de habitação que deve ser posta em causa.” (KOPP, 1990, p. 53)

A necessidade de criar um novo modelo de habitação era também importante para desvincular a nova arquitetura das possibilidades até então difundidas entre a população operária alemã, ou seja, o *Mietskasernen*, que representava o mínimo precário; e o ideal do

apartamento ‘burguês’ de dimensões reduzidas, que imitava a casa dos ricos, com sua compartimentação excessiva. A prerrogativa da arquitetura moderna era a de se desvencilhar da imagem de ‘casa ideal’ nascida da imaginação popular e trazer uma solução original e capaz de engendrar novos hábitos e um novo modo de vida. É nesse sentido que Kopp afirma: “Não é tanto o que os usuários desejam, mas sim o que ‘deveriam desejar’ que os arquitetos da nova arquitetura pretendem oferecer-lhes” (KOPP, 1990, p. 54). Desse modo, a arquitetura que resulta da preocupação com a moradia mínima deveria constituir uma passagem para um novo modo de viver, “ser instrumento de uma ‘*Neue Wohnkultur*’ (nova cultura de habitação)” (KOPP, 1990, p.54)

Não por coincidência, as ilustrações dos projetos apresentados no Congresso de 1929 eram apenas representações em planta, o que indica a intenção dos arquitetos em resolver a disposição dos espaços em seus pormenores, deixando a questão da ‘fachada’, tão importante para os arquitetos até então, em segundo plano. A planta também ganha importância, pois servirá como a base, um padrão, que depois de replicado definirá a totalidade da edificação na qual está inserida. “O processo se articula então por ‘acumulação’: várias camas formam uma casa; várias casas formam um aglomerado urbano, e vários assentamentos urbanos ‘são’ a cidade”³⁰ (AYMONINO, 1973, p.91). Isso definirá, em síntese, a relação entre a dimensão mínima individual e a dimensão mínima social, a célula e a cidade; justamente através dessa analogia Giedion introduz o 3º CIAM, de forma a sintetizar, como dirá Aymonino, o processo de casualidade que está na base dos estudos e das propostas dos Congressos: “Tal como a simples célula de habitação leva a organização dos métodos na construção, assim os métodos construtivos lavarão a organização de toda a cidade” (GIEDION apud AYMONINO, 1973, p.93)

Em Frankfurt são discutidos e expostos os exemplos para a habitação mínima, e segundo Aymonino, a discussão sobre o ‘mínimo’ naquele contexto ganha um sentido ‘relativo’, visto que o mínimo ‘absoluto’ seria aquele já empregado nas moradias especulativas disponíveis no mercado. O mínimo, portanto, além de sua dimensão biológica (do menor espaço necessário para o desempenho das tarefas domésticas), tinha também uma dimensão ‘cívica’, que para além da sobrevivência, seria indispensável para a existência social³¹. Logo, o mínimo pré-

³⁰ Tradução nossa.

³¹ Uma ressalva importante de Aymonino é sobre o termo ‘social’, que se difere de ‘sociedade’ para identificar um grupo menos favorecido: “E social, entretanto, não é a sociedade (dada ou prefigurada), mas é exatamente aquela parte do mínimo vital que pode estar relacionado com: os menos abastados, em termos genericamente sociológicos;

existente e consolidado pelos especuladores, sobretudo nas periferias urbanas durante os séculos XIX e XX, deveria ser substituído por um mínimo relativo “que é proposto como diferenciação qualitativa aos ‘mínimos absolutos’ estabelecidos pela especulação privada”³². (AYMONINO, 1973, p.90)

O "mínimo relativo" assim compreendido e programado não pode deixar de ser relacionado - como muitas das intervenções demonstraram - com condições existenciais biológicas e sociológicas. As primeiras referências ao indivíduo e as últimas como referência para o social. Em ambos os casos, como presumíveis condições objetivas, capazes de contrastar - precisamente por causa da sua objetividade - com a ordem social existente. Contrastar não no sentido de inverter o curso, mas de modificar uma "parte" da abordagem, o da construção econômica.³³ (AYMONINO, 1973, p.91-92)

Neste sentido, aponta Aymonino, o valor real de um imóvel não seria definido pela área, mas pelo número de camas que a moradia poderia agregar, entendendo a ‘cama’ não enquanto móvel, mas a relação entre este móvel e um espaço que permite a sua utilização de forma independente. Portanto é o alojamento individual, dimensionado através da cama, e somado às atividades familiares comuns, o que constitui os parâmetros que servirão de referência para o projeto das unidades. Em função disso, a abordagem de Boehm e Kaufmann no CIAM de Bruxelas, definiu, após uma análise de comparação de custos, que o mínimo vital seria uma unidade para 4 ou 5 camas como padrão agregativo-compositivo, com uma área resultante em torno de 40 a 42 m² (AYMONINO, 1973, p.94). Na exposição que ocorreu em função do Congresso de Frankfurt o tamanho das unidades publicadas variava entre 29,5 a 76,5 m² para casas unifamiliares; 24,7 a 52,7m² para unidades em edificações bifamiliares, e de 23 a 91,2 m² em edifícios multifamiliares.

Figura 16 – Exemplo da representação dos projetos que foram expostos em Frankfurt para habitação multifamiliar.

o trabalhador, a força de trabalho em termos de classe” (AYMONINO, 1973, p.90). Para o autor isso indicaria uma raiz ideológica da discriminação passível de ser atribuída ao emprego do termo social.

³² Tradução nossa.

³³ Idem.

Os diferentes posicionamentos dentro do Congresso de Frankfurt produziram um debate relativamente aberto e sem a pretensão de ser definitivo, ou seja, apesar do tom doutrinário, o evento não encontrou nenhuma conclusão totalizante sobre a área útil necessária para a padronização do ‘mínimo’. Um trecho da fala de Gropius no CIAM de Frankfurt, inclusive, leva em conta a relatividade do espaço mínimo em detrimento da sua localização; segundo o arquiteto: “O mínimo varia segundo as condições particulares de cidade e região, paisagem e clima. A mesma quantidade de espaço de uma moradia tem um significado diferente em uma rua estreita de uma grande cidade, do que em outra em um bairro afastado”³⁴ (GROPIUS apud AYMONINO, 1973, p.120-121). Essa coerente verificação, no entanto, ficou restrita aos fatores ambientais e não se desdobrou em um debate mais profundo sobre a qualidade do espaço socialmente construído. Gropius era um entusiasta de que as soluções construtivas aliadas a projetos atentos a questões geográficas e climáticas permitiriam a redução de áreas da moradia, sem prejuízos, e pelo contrário, com benefícios os moradores.

A chave da questão do mínimo nível de vida é reconhecível no mínimo de espaço, ar, luz, calor, que o homem necessita para desenvolver totalmente suas funções vitais mediante uma moradia; quer dizer, um *‘minimum vivendi’* em lugar de um *‘modus non moriendi’*. [...] Drigalski, Paul Volger e outros higienistas constataram que o homem provido das melhores possibilidades de ventilação e de iluminação, necessita, do ponto de vista biológico, apenas um reduzida quantidade de espaço habitável, sobretudo se os serviços técnicos do mesmo estão bem organizados.³⁵ (GROPIUS apud AYMONINO, 1973, p.120-121)

Nesse sentido, Gropius argumentava que a ‘administração’ de luz, sol, ar e calor, seria uma estratégia mais econômica do que aumentar a área das moradias, de modo que um projeto bem definido e implantado com amplas janelas e recursos técnicos seria a melhor opção de moradia para o futuro. Ele acreditava que a resolução da questão urbanística deveria ser pautada pelas demandas da habitação, desse modo, seria responsabilidade do desenho urbano possibilitar moradias mais adequadas; diz ele que “a obtenção de luz e de ar para todas as moradias deve ser verdadeiramente a meta de todas as leis urbanísticas”³⁶ (GROPIUS apud AYMONINO, 1973, p.121). No Congresso seguinte, Gropius vai se dedicar a encontrar regras para a implantação dos conjuntos que privilegiasse a entrada de sol nas unidades. A estratégia empregada será a de prever um cuidadoso distanciamento entre as edificações e ocupar esses

³⁴ Tradução nossa.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

espaços com áreas verdes. A regra que ele usa como parâmetro foi desenvolvida por Heiligenthal, que indica que a distância entre os blocos deve ser uma vez e meia a altura dos prédios em uma orientação norte-sul, duas vezes e meia para um sentido leste-oeste e o dobro da altura para uma implantação na diagonal (Hemisfério Norte). (GROPIUS apud AYMONINO, 1973, p.227)

Figura 17 – Comparação de implantação com blocos laminares de diferentes alturas

O Congresso de Bruxelas, em 1930, foi uma clara consequência do desenrolar dos assuntos debatidos no ano anterior, o encontro procurou examinar, segundo seu tema: os ‘Métodos da construção racional’. No que concernem esses ‘métodos’, buscou-se muito mais uma análise técnico-econômica dos conjuntos habitacionais, do que uma análise tecnológica da construção dos edifícios isoladamente. Uma das questões mais debatidas, naquela oportunidade, foi a altura das edificações; diferenciadas entre casas altas, médias e baixas. As definições sobre as escolhas mais apropriadas foram ponderadas através de parâmetros econômicos, sociológicos e higiênicos, numa tentativa de superar a discussão estritamente econômica, o termo ‘racional’ foi bastante empregado. Segundo Gropius, naquele momento: “racional é mesmo que econômico; quando empregado textualmente; mas no nosso caso compreende antes de tudo as necessidades psicológicas e sociais, para além das econômicas”³⁷ (GROPIUS apud AYMONINO, 1973, p.211).

Os debates do 3º CIAM buscaram definir tipologias edificatórias, casas geminadas, alinhadas, laminares, organizadas em três possibilidades, como foi dito, blocos altos, médios e baixos, estudadas e discutidas através da apresentação de projetos que serviram para apoiar

³⁷ Tradução nossa.

cada uma das hipóteses. A construção de prédios altos foi, provavelmente, a opção mais defendida entre os arquitetos participantes, sobretudo por Le Corbusier, que aproveita o CIAM de Bruxelas para apresentar as 17 pranchas de '*La ville radieuse*', com um reiterado discurso sobre a desagregação da cidade. Giedion, construindo a historiografia moderna, aponta a alteração do viés das discussões arquitetônicas, onde o bairro de baixa densidade das propostas de cidade-jardim deixa de ser a solução para a cidade moderna, e o adensamento passa a ser a proposta mais compartilhada:

Desde o movimento inglês da cidade-jardim, as autoridades buscam na habitação de pouca altura o único método de salvação das cidades. A consequência seria: a dissolução e a decomposição das cidades, contudo – e nisto Gropius coincide com Le Corbusier e os holandeses – a meta não seria a dissolução, mas a desagregação da cidade. Crescem as distâncias e as alturas das edificações, mas também crescem as áreas verdes em todas as superfícies disponíveis 'na terra e nos tetos'.³⁸ (GIEDION apud AYMONINO, 1973, p.193)

Enquanto a abordagem de Gropius se dá através de modelos com edifícios laminares convenientemente espaçados, a proposta de Le Corbusier ambiciosamente propõe que apenas 12% do solo urbano seria ocupado por edificações, através do adensamento gerado pelos edifícios em grande altura. Já Boehm e Kaufmann possuem uma abordagem muito mais pragmática, eles são os responsáveis pelos estudos mais detalhados sobre a viabilidade econômica dos conjuntos, de modo que calcularam os custos totais de construções de 1 a 14 pavimentos no contexto de Frankfurt. Um dos argumentos que justificaria a construção de edifícios altos era a diminuição dos custos do solo e da urbanização, que poderia chegar a 36%.

Contudo, as limitações do modelo de muitos pavimentos foram também bastante discutidas, entre elas estavam as barreiras tecnológicas como os sistemas de calefação central, caixas de escada e, principalmente, o emprego de elevadores (BOEHM e KAUFMANN apud AYMONINO, 1973, p.200). Eles chegaram a conclusão de que a solução de construir em altura não poderia ser sempre considerada como vantajosa, entretanto, a partir do sexto pavimento o encarecimento da obra seria compensado por outros fatores, como a economia com a infraestrutura urbana, viabilizando esse tipo de obra. Mesmo assim deixaram a ressalva: "Existem outros condicionantes importantes para decidir se no futuro deveremos ampliar a construção de edifícios de muitos pisos". (BOEHM e KAUFMANN apud AYMONINO, 1973, p.210).

³⁸ Tradução nossa.

A opção mais criticada para a urbanização das cidades foi a da construção de edifícios de média altura, esses modelos deveriam ser superados, segundo Gropius, pois não apresentavam “nem as vantagens da construção baixa, nem as da alta, da qual é inferior desde o ponto de vista social, psicológico e, em parte, também econômico”³⁹ (GROPIUS apud AYMONINO, 1973, p.232); de modo que a superação desse modelo, de 4 a 5 pavimentos, constituiria um progresso para a vida futura nas cidades. As justificativas sobre cada uma das tipologias propostas são:

A habitação unifamiliar com jardim oferece maior tranquilidade e isolamento, possibilidade de repouso, fácil acesso ao jardim, e fácil vigilância sobre as crianças. Entretanto não é conveniente como habitação mínima. É mais cara e exige mais tempo para de cuidado, requer longos deslocamentos e torna seus habitantes sedentários.

A habitação em um edifício comunitário assegura deslocamentos mais curtos, equipamentos coletivos centrais que economizam tempo e dinheiro para o cuidado da casa e para as iniciativas sociais; apresenta dificuldades para a vigilância das crianças fora da unidade por conta das distâncias verticais, mas é mais econômica como moradia mínima e favorece a consciência comunitária.

O edifício comunitário de altura média apresenta a desvantagem das distâncias entre os blocos serem muito reduzidas, da insolação escassa, das áreas ajardinadas exageradamente pequenas e de espaços reduzidos.⁴⁰ (GROPIUS apud AYMONINO, 1973, p.231-232)

O que se resume como proposta do Congresso, segundo Aymonino, é que a habitação isolada é uma opção que poderia ser mantida ‘como consumo induzido’, ou seja, poderia ser adquirida dentro do mercado imobiliário, mas que não atenderia às necessidades mínimas. Enquanto o tipo de edificação em altura com circulação externa seria o mais econômico para prédios entre 12 e 14 pavimentos, pela incidência menor de escadas e elevadores esse modelo atenderia às expectativas da unidade mínima para um aluguel proporcional ao salário dos trabalhadores (AYMONINO, 1973, p.94).

Apesar de toda a defesa em função de edifícios altos, o que de fato veio a se difundir mundialmente foi a solução mais criticada: a edificação média, com 4 a 5 andares e com um bloco de circulação para cada duas unidades por patamar. Aymonino pondera que motivos diversos, em países diferentes, levaram à disseminação desta tipologia, entre elas, questões como a formas de produção e o emprego de materiais tradicionais, bem como questões relativas a sociabilidade, já que não se trata de um modelo nem individual nem coletivo (AYMONINO,

³⁹ Tradução nossa.

⁴⁰ Idem.

1973, p.97). Cabe aqui destacar que desde os primeiros apartamentos operários em Londres em 1844, como foi visto no início deste capítulo, esse tipo de construção já era concebido como proposta mais popularizada pela provisão estatal e especulativa.

Para Neutra, que participa da discussão do CIAM a partir da realidade americana, a construção de conjuntos residenciais altos esbarraria no interesse da iniciativa privada, segundo ele “a iniciativa privada se dedica à construção de edifícios altos apenas quando existe a possibilidade de fixar aluguéis elevados”⁴¹ (NEUTRA apud AYMONINO, 1973, p.249), de modo que a elevação de preço por m² da unidade seria uma forma de ‘compensar’, através de uma margem maior de lucro, o risco financeiro enfrentado pelo promotor privado neste tipo de empreendimento. Por isso, a única alternativa, segundo o arquiteto para a viabilização da construção de edifícios altos de moradia popular aconteceria através de subsídios estatais ou de organizações sociais.

A disseminação de edificações de média altura não foi a única decepção posterior ao Congresso, a própria caracterização de cada uma das tipologias edificatórias, amplamente discutidas, acabou perdendo sua identidade, de modo que as postulações sobre o distanciamento adequado entre as construções e os cuidados com a insolação foram gradualmente esvaziados. Como afirma Aymonino, olhando para a situação a partir da década de 1970, “as casas altas, médias ou baixas permanecem como volumes a serem compostos segundo o ‘capricho’ ou a ‘regra’ do projetista, enquanto que as moradias tendiam a ser cada vez mais iguais umas as outras, segundo os padrões quantitativos”⁴² (AYMONINO, 1973, p.95). Ou seja, todo o esforço para vincular cada edificação a um elemento a ser relacionado com os demais através de uma série de regras de composição, tornou-se inócuo. Do mesmo modo, o zoneamento que limitava a densidade de cada área da cidade também converteu-se em um mero índice, desvirtuado de qualquer referência arquitetônica, e facilmente incorporado pelos interesses especulativos.

A posição de Karel Tiege, em Bruxelas, é bastante esclarecedora sobre os limites da discussão da questão da moradia dentro daquele CIAM. Ele aponta que os dados e as estatísticas trazidas para a discussão possibilitaram uma visão mais ampla sobre a situação da moradia para as classes de nível de vida mínimo. Nesse sentido, ficou evidente o caráter deficitário em todos os países analisados, contudo, segundo Tiege, as diligências trataram o problema da moradia

⁴¹ Tradução nossa.

⁴² Idem.

como se fosse uma simples decorrência do primeiro pós-guerra, e não uma implicação mais complexa, originada desde o êxodo rural gerado pela industrialização.

Segundo Aymonino, a fala de Tiege busca levar a discussão a uma dimensão global do problema, ainda que teoricamente, referenciando a abordagem de Engels. Desse modo, ele aponta que a escassez de moradias é um problema relativo e não absoluto, no sentido de que afeta diretamente os estratos mais pobres da sociedade, para quem o setor da iniciativa privada não tem o interesse de construir. Em decorrência disso essa população é continuamente expulsa dos centros urbanos, o que gera uma dinâmica de constante crescimento periférico (AYMONINO, 1973, p.96). Então Tiege usa novamente um argumento de Engels, para esclarecer que o problema da moradia não seria apenas um problema de construir casas, mas sim, sobretudo, um problema de distribuição de moradias:

Essencialmente, a falta de moradia não é uma consequência da carência absoluta delas ocasionada após a guerra, mas uma carência relativa de moradias acessíveis as classes de nível de vida mínimo. Em alguns países, o mercado habitacional alcançou um nível de equilíbrio, com exceção das casas populares, e os governantes constataram que o número de pessoas que buscam moradia não diminuiu, pelo contrário, a demanda de moradias do proletariado e das classes de nível de vida mínimo crescem continuamente.⁴³ (TIEGE apud AYMONINO, 1973, p. 253)

A crise econômica generalizada, segundo Tiege, implica numa progressiva escassez de habitação. E nesta dinâmica onde as necessidades de suprir a falta de moradias tendem a crescer, a maioria dos países demonstram não ter capacidade de construir novos edifícios voltados a quem realmente necessitava, e por mais subsídios estatais que fossem direcionados, mesmo as casas mais baratas tornam-se inacessíveis aos mais pobres. “Com todas as medidas de auxílio financeiro e social se obtém um barateamento da construção, muitas vezes à custa das classes mais pobres, enquanto os preços de aluguel ainda são inacessíveis para os trabalhadores”⁴⁴ (TIEGE apud AYMONINO, 1973, p.258). Nesse sentido, a verdadeira solução para o problema da moradia mínima, segundo Tiege, não pode ser alcançada com uma mera redução dos aluguéis, mas exige uma solução concreta da relação entre a renda dos trabalhadores e os preços de aluguel. A conclusão do crítico é bastante sensível à origem do problema: “As horríveis condições sociais e higiênicas das moradias do proletariado atual e o constante aumento da falta

⁴³ Tradução nossa.

⁴⁴ Tradução nossa.

de moradias só poderão ser resolvidos definitivamente eliminando a decadência e a miséria material, social e cultural de nosso tempo”.⁴⁵ (TIEGE apud AYMONINO, 1973, p. 259)

Para Kopp, as discussões da primeira fase do CIAM apenas tiveram o impacto de introduzir o problema, sem conseguir chegar a um consenso programático, ou a uma normatização aceita por todos os participantes. Contudo, foi uma importante contribuição no sentido de compartilhar experiências e soluções existentes em diversos países, “constituindo um passo importante em direção de uma espécie de internacionalização sociocultural dos problemas da habitação”. (KOPP, 1990, p. 53). Para Aymonino, os Congressos de Frankfurt e de Bruxelas representaram um grande esforço dos arquitetos “inovadores” em confrontar e discutir a dualidade entre quantidade e qualidade da habitação promovida nas grandes cidades, “esforço que, dentro do próprio CIAM, representou consequentemente o momento de maior ‘compromisso’ com os problemas políticos e sociais”⁴⁶. (AYMONINO, 1973, p. 98)

Contudo, a situação política e econômica daquele momento altera os rumos até ali delineados, o *Neues Bauen* começa a se dissolver em 1932, vítima da crise econômica americana deflagrada em 1929 e que afetou todo mundo. O nível de desemprego cresce absurdamente e o número de habitações construídas na Alemanha, por exemplo, cai para menos da metade. Enquanto a legislação é flexibilizada, as normas edilícias passam a permitir a diminuição de áreas e de conforto; nesse período as habitações destinadas ao povo alemão foram ainda mais afastadas dos centros urbanos. Dentro dos novos conjuntos a infraestrutura foi reduzida para além do mínimo, inclusive viu-se a necessidade de “destinar a cada moradia um pequeno pedaço de terra para que se pudessem cultivar algumas culturas de subsistência, uma pequena compensação para uma população que vivia em péssimas condições” (KOPP, 1990, p.66). Com já foi dito, durante a abordagem das ‘realizações alemãs’, os arquitetos que até aquele momento tinham feito parte do *Neues Bauen* encontram-se obrigados a emigrar, alguns para os Estados Unidos, outros para a União Soviética e alguns outros, de origem judaica, para a Palestina.

Nos anos seguintes, como aponta Aymonino, o interesse na questão da habitação mínima, ainda que reafirmando algumas conquistas concretizadas até então, se reduz aos limites econômicos e políticos da crise; em 1932, Martin Wagner apresenta os resultados do concurso ‘A casa ampliável’, claramente focado na produção de casas individuais isoladas

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

(AYMONINO, 1973, p. 98). Gradualmente, segundo Kopp, “a arquitetura ‘moderna’ que, na Alemanha, fora ‘uma causa’ não era nem mesmo um estilo” (KOPP, 1990, p.67). A arquitetura do Terceiro Reich, passa a se referenciar no classicismo para construir suas obras ‘de maior prestígio’, e recorre à uma reminiscência da casa camponesa para projetar as moradias populares.

O sonho *Werkbund* de um mundo transformado pela *gute form* e pelo monopólio industrial mostrara-se tão vão quanto as esperanças reformistas da burguesia dotada consciência social, cujo patrocínio de cinquenta anos dos movimentos Arts and Crafts e Art Nouveau chegaram a um fim abrupto devido a primeira guerra industrializada. Não era mais possível fantasiar sobre uma sociedade transformada pela arte, pelo desenho industrial e pelo teatro numa época em que encontrar abrigo de dimensões mínimas passara a ser um problema de máxima urgência. (FRAMPTON, 2008, p.115)

Conjuntamente aos acontecimentos políticos é necessário levantar questões internas à própria discussão da arquitetura. Ainda no final daquela década a justificativa estética do funcionalismo torna-se um mero slogan, “uma caracterização genérica à qual se associava todo tipo de arquitetura, no geral apenas implicitamente relacionada ao progresso da modernidade técnica e ao seu fundamento mecanicista” (COHEN, 2013, p.240). O que resumiria o funcionalismo a uma resposta operacional e muitas vezes apenas visual às mudanças daquele período. Em meio a isso, não foram os arquitetos modernistas os únicos a desenvolver estudos sobre a funcionalidade e a otimização da circulação nas edificações.

Figura 18- Alexander Klein – Estudos sobre circulação e estudos sobre dimensionamento mínimo de moradias.

Um grande exemplo é o trabalho desenvolvido pelo arquiteto Alexander Klein, um tradicionalista russo radicado na Alemanha, que “realizou uma extensa análise sobre os padrões de movimento dentro dos edifícios levando em conta o posicionamento dos móveis e possíveis obstruções” (COHEN, 2013, p.240). O trabalho do arquiteto foi organizado em diagramas que lhe permitiam comparar o desempenho do projeto em diferentes configurações. Em 1934, Alexander Klein publica seu estudo sobre ‘A casa funcional’, uma aplicação restrita e parcial de métodos de projeto apresentados em 1928 (AYMONINO, 1973, p. 99).

O desenvolvimento cada vez mais abrangente dessa postura analítica e classificatória veio a culminar na obra editorial consagrada como o maior *best-seller* de arquitetura de todos os tempos: “Arte de projetar em arquitetura” de Ernst Neufert, lançado em 1936. O livro que reúne plantas típicas, detalhes de construção e diagramas com escalas humanas em descanso e movimento. “Seus princípios ergonômicos permitem dimensionar com precisão todo tipo de espaço, da residência ao escritório, da cabine de um dirigível a um túmulo” (COHEN, 2013, p.241). Tendo sido escrito por um ex-aluno da Bauhaus, que também foi gerente do escritório de Gropius, o livro tornou-se referência para a arquitetura em todo o mundo indistintamente à qualquer ‘estilo’ ou ideologia. O trabalho de Neufert resume a intensão matemática que busca prever e catalogar todas as necessidades humanas na sua interação com a edificação visando a padronização da qualidade de uso do espaço. Na prática esse ‘manual de projeto’, apesar de contribuir para o desenho de ambientes que atendessem aos seus requisitos funcionais, também tem o poder de induzir um comportamento predefinido e automatizado das pessoas em sua interação com o espaço construído, limitando apropriações e usos imprevistos.

Figura 19- Exemplos de casas pequenas e cozinhas em 'A arte de projetar em Arquitetura', Ernst Neufert, 1936.

O raciocínio aplicado foi o de uma "taylorização" generalizada do espaço arquitetônico. Não só nos locais de trabalho, como também nas moradias e nos locais de lazer aplicaram-se as técnicas de cronometragem dos movimentos e moldagem ergonômica dos objetos. Que isso resulta também em melhorias imediatas para muitas pessoas, não altera o fato de a suposta otimização do uso dificultar a interação singular dos indivíduos com os espaços e objetos. A adequação plena extingue a utopia do prazer que caracteriza o luxo e retira dele sua contraposição original à necessidade. Suas normas restringem as possibilidades de uso, produzem comportamento automatizados e, com isso, suprimem boa parte das experiências possíveis. (KAPP, 2005, p.154)

Em uma visão geral, para além das possibilidades do maquinário, a industrialização influenciou o pensamento arquitetônico através de seus métodos de gestão e de produção. Ou seja, “a tipificação das edificações, a padronização de seus componentes e a racionalização do canteiro de obras são todas expressão da transferência para a esfera da construção de métodos industriais como o fordismo e o taylorismo” (COHEN, 2013, p.240). De maneira análoga, os estudos sobre o espaço doméstico também incorporaram os métodos de organização científica do trabalho, de modo que “as novas edificações para habitação e para fins educativos e culturais deveriam ter seus programas tratados como locais de produção” (COHEN, 2013, p.240).

Retomando a abordagem do início desse capítulo, temos que o *Werkbund*, enquanto formulação que precedeu o movimento moderno, trabalhou com a intenção de redirecionar a potencialidade da indústria em direção da arte, afim de que esse processo concretizasse a utopia do mundo moderno. Havia um grande esforço para que as pessoas renovassem seu modo de perceber os objetos da vida cotidiana. A era da indústria pressupunha uma nova cultura e os debates originados pelo *Werkbund*, abarcavam, por assim dizer: “a tentativa de compreender a essência de uma modernidade que era entendida como algo novo, capitalista e assustador, mas, ao mesmo tempo, aberto a negociações e intervenções” (SCHWARTZ, 2007, p.12). De tal modo uma série de prerrogativas sobre as possibilidades tecnicistas abriram caminho a estratégias e ações que direta e indiretamente organizaram a sociedade de consumo.

A máquina possuía a capacidade de produzir milhares de vezes bens de alta qualidade. Se estes fossem de um gosto impecável, tornar-se-iam eles próprios meios de uniformidade estética. O caminho a percorrer para chegar ali era longo. A indústria tinha de ser persuadida a produzir bens com responsabilidade estética, sem superfícies ornamentadas, e deixar que os objetos revelassem a sua verdadeira natureza. Deveriam deixar de tentar falar a linguagem da aristocracia do passado e mostrar, em vez disso, a realidade sobre a qual se baseava a modernidade: a produção industrial. Daí resultaram as tentativas do *Werkbund* de envolver representantes das artes aplicadas no processo de fabricação e de centrar a sua publicidade na qualidade e durabilidade das formas, contra a mudança rápida das modas. Os consumidores deviam ser educados. Isto deu lugar a várias campanhas publicitárias de elevada qualidade e ao apoio a concursos de decoração de vitrines. (SCHWARTZ, 2007, p.13)

A busca por uma relação convergente entre ‘forma’ e ‘economia’ sob as condições do capitalismo industrial, no entanto, não reconheceu as possibilidades de manipulação desse processo pelos produtores e pelos próprios consumidores, bem como as questões envolvidas no favorecimento de um modelo monopolista de produção. Dentro daquela conjuntura, como defende Schwartz: “Até se poderia dizer que o *Werkbund* tinha por meta utilizar a indústria capitalista para os seus próprios objetivos românticos (culturais) anticapitalistas” (SCHWARTZ, 2007, p.14). Também pode-se dizer que a intenção de persuadir a indústria para que ela passasse a produzir ‘bens com responsabilidade estética’ não representou uma resistência, pelo contrário, serviu convergentemente aos interesses da própria indústria. Isso fica bastante claro nas palavras do industriário Henry Ford ao assumir sua expectativa sobre a participação dos artistas no processo de produção:

Nós precisamos de artistas que tenham em conta as exigências do sistema industrial, de professores que o conheçam. De homens capazes de transformar a massa informe em um todo são e harmonioso, tanto do ponto de vista político como social, industrial e ético. Sacrificamos demasiado os dotes criativos e desperdiçámo-los empregando-os em fins menores: precisamos de homens que se proponham um programa de trabalho para realizar tudo que é bom, justo e desejável. (FORD apud TAFURI, 1985, p.52)

Fica claro que a própria indústria passaria cada vez mais a demandar a inovação e o potencial de inventividade artístico. Contudo, como ressalva Tafuri, Ford não convida os intelectuais a participar diretamente no controle da produção, o que ele espera é uma contribuição deles na ‘atribuição sentido’ aos ciclos de produção. Quem toma as rédeas do modo e do ritmo de produção não são os artistas, mas sim as corporações que tem como primeira finalidade o lucro. Portanto, dirá Tafuri que “a utopia torna-se funcional para o desenvolvimento de uma área de reserva de modelos tendenciais e como arma para a obtenção de consenso” (TAFURI, 1985, p.52). O que nos interessa nesse estudo é refletir, justamente, para onde esse consenso nos leva. O que acontece com a cultura baseada no sistema econômico capitalista e qual é a influencia disso na construção do sentido da moradia atualmente destinada ao povo?

1.2.2 A segunda fase dos CIAM e Le Corbusier

O posicionamento de Le Corbusier nos primeiros CIAM, mais especificamente em Frankfurt e Bruxelas, demonstra, em diversos momentos, seu distanciamento das preocupações específicas do encontro orientadas pela agenda alemã, sobretudo com relação às propostas de habitação mínima engajadas em resolver expressamente o problema do alojamento da população trabalhadora nas cidades. Como atesta Cohen, haviam violentas discordâncias entre Le Corbusier e outros arquitetos, como Hannes Mayer e André Lucart (COHEN, 2014, p.195). Frampton também reconhece uma desconfiança ideológica dos funcionalistas-socialistas, para com Le Corbusier, iniciada desde a década de 1920 e provavelmente desencadeada em função de certas características de seu projeto para o seu edifício da Liga das Nações, como a monumentalidade e a hierarquização de acesso ao edifício pela divisão de classes. (FRAMPTON, 2008, p.191)

O que realmente parecia unir o grupo foi o interesse pelo envolvimento da indústria com a arquitetura e a busca por uma revisão dos modos de vida que fossem reflexo das novas possibilidades tecnológicas. Logo, a ideia da casa como ‘máquina de morar’ era bastante coincidente com o ideário tecnicista que engajava uma ampla série de pesquisas naquele contexto. Trabalhando no desenvolvimento do sistema construtivo para a *Maison Dom-ino* desde 1915, e inteirado sobre as novas possibilidades construtivas do aço e do concreto-armado, Le Corbusier tem controle sobre todos os argumentos, possíveis e impossíveis, para defender suas premissas para a habitação pautada na produção industrial; “a casa de produção em série, saudável (também moralmente) e bela como são as ferramentas e os instrumentos de trabalho que acompanham nossa existência” (LE CORBUSIER apud FRAMPTON, 2008, p.183).

O seu protótipo *Dom-ino*, uma analogia com o jogo de peças standardizado e componível, representava um recurso técnico de produção que serviu como base para muitos de seus projetos. Com relação ao desenvolvimento de sua pesquisa sobre a produção da moradia, a *Immeuble-Villa*, retrata uma das primeiras e mais importantes investigações de Le Corbusier. Naquela ocasião, usando seu projeto para a *Maison Citrohan* como referência, ele idealizou uma ‘célula-base’ de moradia, ou seja, módulos que quando aglutinados formariam conjuntos de grande altura e densidade habitacional. As unidades eram duplex e incluíam terraços ajardinados individuais (FRAMPTON, 2008, p.187). Um dos ensaios da aplicação deste tipo de unidade ocorre no projeto para a *Ville Contemporaine*, em 1922, que tem como

grande característica sua implantação perimetral. Anos depois, a proposta de Le Corbusier para a questão da habitação vai ser revisada através de seu ambicioso e totalizante projeto urbanístico, a *Ville Radieuse*, onde o projeto da unidade de moradia padrão se distingue do modelo anterior:

Enquanto a *Immeuble-Villa* preconizava (como sugere seu próprio nome) o suprimento *qualitativo* da casa com seu 'jardim suspenso' como uma unidade autônoma, o tipo *Ville Radieuse* parece ter-se orientado para critérios mais econômicos, ou seja, para os padrões *quantitativos* da produção em série". (FRAMPTON, 2008, p. 215-216)

Essa nova abordagem, ainda mais focada na produção em série e nas questões quantitativas, para Frampton, pode ter sido influenciada justamente pela ala socialista dos CIAM. Nesse sentido, a mudança de proposta da *Ville Radieuse* (VR) consistiria numa resposta às demandas apresentadas pela discussão da unidade mínima, de modo que os apartamentos, com apenas um pavimento, teriam funções flexíveis permitindo usos noturnos e diurnos diferenciados através de painéis corrediços e divisórias, a fim de otimizar cada centímetro e diminuir a área dos ambientes ao 'mínimo'. "Por meio desses artifícios, o apartamento VR típico destinava-se a ser tão ergonomicamente eficiente quanto as cabines de dormir de um *wagon-lit* (vagão-leito)" (FRAMPTON, 2008, p.216). A série de apartamentos de tamanhos diferentes apresentados conjuntamente ao plano da *Ville Radieuse*, previa que cada unidade fosse dimensionada em função do número total de moradores, sendo previstos no mínimo 13 metros quadrados de área por habitante.

Figura 20 - Plantas de apartamentos para cinco e nove pessoas na proposta de La Ville Radieuse.

Figura 21 – O plano e imagens de La Ville Radieuse.

A ligação de Le Corbusier com a ‘esquerda internacional’, através dos arquitetos vinculados à *Werkbund* e de suas três visitas à URSS, foi também responsável pela evolução do trabalho do arquiteto em questões específicas. Entre elas está seu contato com os protótipos de moradias russas da OSA (unidades dúplex encadeadas), em 1927, e seu encontro com os conceitos de cidade linear. Segundo Frampton, “Essas duas ideias logo emergiram em seu próprio trabalho, a seção duplex cruciforme em 1932 e a cidade ‘industrial-linear’ de 1935” (FRAMPTON, 2008, p.217). Tais referências foram continuamente assimiladas e reformuladas na década de 1940, a primeira delas na *Unité d’Habitation* e a segunda na *Cité Industrielle*. Nesse sentido, aponta Frampton: “As transformações em seus protótipos urbanos da década de 1920, em que a ‘hierárquica’ *Ville Contemporaine* de 1922 se converteu na *Ville Radieuse*, ‘sem classes’ de 1930, implicou mudanças significativas no modo de Le Corbusier conceber a cidade da era da máquina” (FRAMPTON, 2008, p.216); dentre essas mudanças estavam o abandono de um modelo urbano centralizado, que tornava-se então, teoricamente, passível de constituir um sistema urbano de crescimento ilimitado.

Nessa perspectiva podemos perceber que o contato com os ‘*designers* materialistas’ influenciou Le Corbusier no campo formal e projetual, onde houveram interlocuções bastante profícuas, contudo sem desdobramentos impactantes com relação à seu posicionamento político. A sua proposta para uma ‘cidade sem classes’, denota, por outro lado, uma grande influência do socialismo utópico em sua obra. Tal referência aparece constantemente em sua retórica e tem origem no início de sua carreira como arquiteto. Segundo Frampton, em 1907 dois importantes acontecimentos marcaram a vida de Le Corbusier, seu encontro com Garnier e uma visita ao convento de cartuxos de Ema, na Itália. Nesta ocasião “vivenciou, pela primeira vez, a ‘comuna’ viva que viria a tornar-se o modelo sociofísico de sua própria reinterpretação das ideias socialistas utópicas que herdara, em parte de Garnier e, em parte, de L’Eplattenier” (FRAMPTON, 2008, p. 180). Anos depois, o próprio Le Corbusier descreve sua experiência no convento como um momento transformador: “uma autêntica aspiração humana tinha se concretizado: silêncio e solidão, mas também contato diário entre homens” (LE CORBUSIER apud FRAMPTON, 2008, p. 180).

Dentro da historiografia moderna, essas passagens ajudam a justificar, mesmo que minimamente, a ampla defesa do arquiteto pelo fim da propriedade privada do solo, ao mesmo tempo que defende, com veemência, que seus colegas de profissão não se envolvam diretamente com o campo político e sociológico. Le Corbusier demonstrava ter consciência sobre as transições políticas que ocorreram durante a organização da sociedade maquinista, contudo era bastante enfático ao defender que a postura dos arquitetos deveria estar restrita ao seu campo disciplinar; seu discurso no CIAM de Bruxelas evidencia isso:

A arquitetura contemporânea e o urbanismo, sobretudo, se originam diretamente do processo social. Mantenhamo-nos a par, mediante nossas investigações particulares, das formas tomadas pela evolução atual; contudo, vos peço insistentemente, não nos ocupemos aqui de política ou de sociologia. Esses dois fenômenos são infinitamente complexos; a eles se unem a economia, e não estamos qualificados para esse tipo de discussão em um congresso. Repito, devemos seguir sendo arquitetos e urbanistas e, neste terreno profissional, informar aos demais quais são as funções, as possibilidades e as necessidades do campo arquitetônico e urbanístico.⁴⁷ (LE CORBUSIER apud AYMUNINO, 1973, p.236)

Le Corbusier demonstrava acreditar veementemente que a arquitetura moderna, através de sua concretização formal no seio de uma era maquinista, seria capaz de transformar o mundo; nas suas próprias palavras, iria inaugurar um “período universal de construção. Obra

⁴⁷ Tradução nossa.

ativa, otimista, humana, portadora das alegrias essenciais” (LE CORBUSIER apud KOPP, 1990, p.124). Essa condição ideal que ele próprio chama de “Segunda era da civilização maquinista”, estaria fundamentada em uma ‘nova consciência’ que transcenderia as questões técnicas, racionalistas e funcionalistas. Por isso afirma Kopp: “através de seus projetos e de seus escritos assistimos a toda a reorganização da sociedade, é um verdadeiro projeto social que ele traça” (KOPP, 1990, p.124). Dentro dessas premissas, que tem uma natureza distinta da utopia imaginada pelo *Werkbund*, ele não enxergava sentido na criação de distintos tipos de moradias para as diferentes classes sociais, pois, em sua expectativa idealizada, essas divisões deixariam de existir em um futuro próximo. Nessa perspectiva de Le Corbusier afirma:

(A tarefa do urbanismo) é construir o programa de sua ação. [...] Isso implica o abandono dos pontos de vista consagrados, tais como: a classificação das cidades em bairros ricos, bairros de classe média, bairros operários. É com outro padrão que se fará a classificação: bairros residenciais para homens. (LE CORBUSIER apud KOPP, 1990, p.126)

Essa visão utópica de Le Corbusier, explica, de certo modo, seu paulatino distanciamento dos modelos mínimos desenvolvidos no contexto da primeira fase dos CIAM. Em oposição ao ‘mínimo para a existência’, uma abordagem forçada pela realidade dos custos, Le Corbusier defendia através de seus projetos, um modelo de moradia em favor de um ‘máximo para a existência’, passível de ser universalmente distribuído. Por isso, “ao repudiar a abordagem redutivista de arquitetos como Ernst May e Hannes Meyer, Le Corbusier proclamou retoricamente os padrões espaciais de seu *maison maximum*, que era um jogo irônico com o nome de seu carro econômico, *voiture maximum*” (FRAMPTON, 2008, p.216).

Entretanto, esse descolamento da realidade pragmática e da atuação quase burocrática enfatizada pelo reformismo socialista, faz com que o discurso de Le Corbusier torne-se difuso e pouco aplicável na prática, sobretudo naquele contexto. A reflexão de Aymonino sobre a participação de Le Corbusier no CIAM de Frankfurt é bastante crítica: “Le Corbusier não tem necessidade de dados ou estatísticas, de leis ou regulamentos, senão apenas necessita descrever e difundir suas próprias propostas - os pilotis, o teto jardim, a planta livre, etc. - e nesse sentido é, talvez o único ‘otimista’ entre os oradores”⁴⁸ (AYMONINO, 1973, p.93). Dessa maneira, Le Corbusier aborda as questões de um modo bastante totalizante e, ao mesmo tempo, simplista quando propõe a aplicação do taylorismo para o enfrentamento da questão da habitação mínima. O faz apenas nos termos dos avanços técnicos, “como ‘materiais’ para suas próprias propostas

⁴⁸ Tradução nossa.

arquitetônicas”⁴⁹ (AYMONINO, 1973, p.93), sem especificar, para além disso, as demais implicações, inclusive as questões sociais e contextuais, que caracterizam a ação prática. Em resumo, para Aymonino, as intervenções de Le Corbusier “não são nem análises nem, muito menos, propostas projetuais, mas slogans que tendem a ser atos de fé”⁵⁰ (AYMONINO, 1973, p.95).

A segunda fase dos congressos, de 1933 a 1947, como afirma Frampton, foi marcada pelo discurso dominante de Le Corbusier que altera a ênfase do Congresso trazendo a questão do urbanismo de um modo mais abrangente, sobretudo no que diz respeito o planejamento urbano. O quarto Congresso, segundo Cohen, era previsto para ser realizado em Moscou, com a intenção de ampliar os territórios do CIAM, contudo o levante contra a arquitetura moderna no contexto da URSS⁵¹ fez com que os organizadores transferissem o evento de 1933 para Atenas, onde o congresso foi realizado a bordo de um navio que aportou em Marselha. Com o tema: “A cidade Funcional”, o encontro pretendia investigar as questões que inerentes a expansão e renovação urbana; “As discussões se apoiaram em gráficos que mostravam a situação urbana em cerca de trinta cidades, cujas plantas destacavam a semelhança dos problemas de uma cidade para a outra” (COHEN, 2014, p.195).

Banham, analisando o 4º CIAM, recorda o congresso como uma suspensão da realidade da Europa industrial, ainda mais obscurecida pela ascensão do nazismo e pela emergência da guerra, segundo ele, “o cruzeiro pelo mediterrâneo foi claramente um alívio agradável da situação cada vez pior da Europa” (BANHAM apud FRAMPTON, 2008, p.328). Foi nesse congresso “romântico” que se produziu, nas palavras do autor, “o documento mais olímpico, retórico e essencialmente destrutivo que já surgiu dos CIAM: a Carta de Atenas” (BANHAM apud FRAMPTON, 2008, p.328). Contendo cento e onze propostas para a correção de condições levantadas e agrupadas em cinco principais categorias: Moradia, Lazer, Trabalho, Transporte e Edifícios Históricos. Contudo, a Carta de Atenas, somente seria publicada cerca de dez anos depois do evento, “em 1942, anonimamente e, em 1943, em uma edição quase oficial” (COHEN, 2014, p.198), o documento, segundo Cohen, era na verdade uma versão

⁴⁹ Tradução nossa.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Kopp (1990) aponta o ano de 1932 como o momento de encerramento da pesquisa arquitetônica dos construtivistas e a criação da União dos Arquitetos da URSS, baseada exclusivamente na doutrina do realismo socialista, o que minou uma série de importantes realizações que estavam em curso no país no campo da linguagem arquitetônica.

ampliada por Le Corbusier das constatações aprovadas pelos participantes do congresso em 1933.

A ausência da maior parte da delegação alemã, em função da difícil condição enfrentada pelo país, contribuiu para a predominância de Le Corbusier e dos franceses no evento. Banham atribuiu ao congresso de 1933 o mesmo tom dogmático visto nas edições anteriores, entretanto adjetivou o resultado do 4º CIAM como mais ‘genérico’ e menos ligado aos problemas práticos e contextuais. Segundo Banham, o fato do discurso ter se tornado mais genérico teve, ao mesmo tempo, o benefício de ampliar o entendimento da questão urbana e o malefício de limitar a solução dos problemas a uma fórmula universal absolutamente restritiva. Nas palavras do crítico:

A generalização teve suas virtudes, pois trouxe consigo uma maior largueza de visão e insistiu em que as cidades só podem ser consideradas em relação às regiões que as circundam. Contudo, essa generalização persuasiva que confere à Carta de Atenas seu ar de aplicabilidade universal esconde uma concepção muito limitada tanto da arquitetura quanto do planejamento urbano, e, de modo equivocado, comprometeu os CIAM com: a) um zoneamento funcional rígido da planificação urbana, com cinturões verdes entre as áreas reservadas às diferentes funções, e B) um único tipo de moradia urbana, expresso, nos termos da Carta, como “blocos de apartamentos altos e com bom espaço entre si, sempre que existir a necessidade de alojar uma alta densidade de população” (BANHAM apud FRAMPTON, 2008, p.328).

Banham, denuncia a relevância daquele documento, e sobretudo seus efeitos a curto e a longo prazo: “Hoje (1963), trinta anos depois, não reconhecemos nada além da expressão de uma preferência estética, mas na época teve a força de um mandamento mosaico e realmente paralisou as pesquisas sobre outras formas de moradia” (BANHAM apud FRAMPTON, 2008, p.328). Para Frampton, além de ter inibido um exame posterior sobre modelos de moradia alternativos, como estava se fazendo até então através da participação dos arquitetos socialistas, o conteúdo da Carta de Atenas provocou uma considerável mudança de tom. Nesse sentido, “os artigos da Carta pareciam um catecismo neocapitalista cujos decretos eram tão idealistamente ‘racionalistas’ quanto irrealizáveis num sentido mais amplo” (FRAMPTON, 2008, p.329). Isso ocorre num momento em que as exigências políticas e sociais que estiveram na origem do movimento se dissolviam, e o funcionalismo se mantinha como ‘o credo geral’.

Le Corbusier, ainda esteve à frente do quinto congresso, com o tema “Habitação e Lazer”, realizado em Paris, no ano de 1937, em pleno conturbado contexto do pré-guerra. Munido de uma abordagem idealista, “o CIAM estava disposto a reconhecer não apenas o impacto das estruturas históricas, como também a influência da região em que uma cidade

estivesse situada" (FRAMPTON, 2008, p.329). Contudo, os conteúdos deste encontro não ganharam muita repercussão, a proximidade com o grande conflito mundial arrefeceu de certo modo as discussões no campo da arquitetura. Além disso, a própria Carta de Atenas, com seu ambicioso intento de diagnosticar os problemas e descrever ‘medidas corretivas’, permaneceu praticamente desconhecida até 1945. (COHEN, 2014, p.198). Uma das questões que transparecem no 5º CIAM, e que podem servir de reflexão sobre a postura de Le Corbusier, é o discurso efusivo que o arquiteto mantém na defesa de que as forças produtivas, através da ampla conquista de condições materiais, levariam a sociedade maquinista a uma condição justa e igualitária:

O tempo da utopia, tecnicamente falando, está longe no passado. Se acusam nossos planos de serem utópicos é com a intenção de nos reprimir, de nos desencorajar; é por medo de ver o povo reclamar a realização das utopias às custas, evidentemente, de privilégios adquiridos de longa data. Esses privilégios são hoje freios. Com mais entusiasmo do que nunca, podemos responder que atualmente nossas utopias podem ser realizadas. (LE CORBUSIER apud KOPP, 1990, p.142)

Segundo Kopp, buscando encontrar uma ‘autoridade’ que desejasse e tivesse poder para materializar essas “utopias imediatamente realizáveis”, “Le Corbusier colocou sucessivamente suas esperanças em todos os governos, em todos os sistemas, da URSS a Vichy, sem nunca compreender nem mesmo se interrogar sobre a verdadeira natureza desses sistemas” (KOPP, 1990, p.142). Segundo Cohen, a premissa construída pelo CIAM através da Carta de Atenas, de que os arquitetos e urbanistas poderiam contribuir com a modernização técnica e social através de seus projetos os “levou a estratégias de persuasão bem mais eficazes do que a mera divulgação de manifestos” (COHEN, 2014, p.198). Nesse sentido, a rede de contatos políticos e pessoais foi a forma mais decisiva para atuação de determinados arquitetos, do que o diálogo público entre a ‘elite arquitetônica renovadora’ e os líderes políticos e econômicos. Os aliados dos arquitetos modernos estavam presentes em diversos setores, podiam ser nações ou municipalidades, cooperativas, sindicatos e, também, o setor de negócios (COHEN, 2014, p.198). Apesar de não ser o único arquiteto engajado na busca por contatos estratégicos, Cohen aponta Le Corbusier como a figura mais persistente nesse processo de aproximação com os dirigentes de grandes e poderosas companhias industriais.

(Le Corbusier) tendo fracassado em sua tentativa de seduzir com suas ideias os empresários das principais indústrias automotivas francesas – à exceção de Gabriel Voisin – dirigiu-se para a Fiat e a Olivetti na Itália. Durante quase dois anos, manteve relações próximas com o fabricante de sapatos Bat’a, cuja indústria, na cidade morávia de Zlín, havia sido projetada segundo princípios

funcionais. Mesmo assim, foram inúteis seus esforços para realizar trabalhos para a empresa, como lojas, um conjunto habitacional em Hellocourt, no leste da França, e o pavilhão da exposição de Paris de 1937. (COHEN, 2014, p.199)

Para Beatriz Colomina (1994), complementarmente a essa ‘estratégia de persuasão’ existe um outro mecanismo, ainda mais abrangente e poderoso, que fora diretamente assimilado por Le Corbusier: a publicidade. Em sua trajetória, Le Corbusier desenvolveu uma atuação inseparável dos meios de comunicação de massa para divulgar sua obra em uma escala mundial. Seu feito é completamente inovador e, ao mesmo tempo, está totalmente sincronizado com a cultura de massa que emerge no início do século XX. Segundo Colomina, a revisão crítica da obra de Le Corbusier está habitualmente focada em debater a arquitetura através da perspectiva da ‘era da máquina’ sem dar a devida atenção a outro processo, igualmente relevante: a cultura da ‘era do consumo’. Segundo a autora, “Ironicamente, a própria ideia de ‘era da máquina’, que no período serviu como um conceito simbólico, foi amplamente induzida pela indústria da publicidade”⁵². (COLOMINA, 1994, p.156)

Le Corbusier foi um dos maiores entusiastas da indústria moderna, e se destaca entre os demais arquitetos defensores da standardização da arquitetura, por sua declarada e sinalizada relação com grandes empresas privadas. A exemplo disso, a *Maison Citrohan* fazia uma referência direta à marca de automóveis francesa, “sugerindo que a padronização e a excelência de seu design estavam de acordo com os objetos mais avançados da época” (CANÇADO, 2002, p.18); assim como *Les Maisons Voisin*, um conjunto de protótipos habitacionais pré-fabricados, resultantes de sua parceria com a fábrica de aviões *Voisin*, que inclusive, foram comercializadas através de sua revista *L’Esprit Nouveau*. A publicação tinha claro fins comerciais, através da divulgação de produtos, e acima de tudo, publicitava e difundia as ideias e as obras de Le Corbusier.

Segundo Colomina, entre outros interesses, Le Corbusier utilizava sua revista como forma de se corresponder com potenciais clientes. Ele respondia às cartas, muitas vezes enviando esboços de projetos e orçamentos, algumas vezes também chegava a sugerir terrenos para a construção; através dessa comunicação, muitos leitores da revista tornaram-se clientes reais. Dentro da publicação da revista havia também outro mecanismo publicitário, ainda mais persuasivo e complexo; Le Corbusier utilizava diversas imagens de produtos modernos de variados tipos como automóveis, aviões, malas, móveis para escritório, relógios, turbinas, equipamentos industriais, etc., a maioria delas provenientes de catálogos, para ilustrar a

⁵² Tradução nossa.

L'Esprit Nouveau. Através disso, Le Corbusier utilizava a menção desses novos e inovadores produtos como símbolos da modernidade, diretamente vinculados à nova arquitetura que ele estava divulgando⁵³ (COLOMINA, 1994:147).

Em resumo: “Muito mais do que informar da existência desses objetos, o arquiteto estava interessado em se apropriar da modernidade que estes representavam para a construção de uma imagem tão moderna quanto possível para a sua arquitetura” (CANÇADO, 2002, p.53). A estratégia do arquiteto era pouco usual, Le Corbusier selecionava as imagens dos produtos que tinham relação com seu discurso, as anunciava em sua revista e somente depois enviava uma carta para os industriais ou para as empresas cobrando uma remuneração pela publicidade. Essa estratégia muitas vezes foi bem sucedida, gerando inclusive parcerias de trabalho.

O interesse de Le Corbusier na publicidade industrial era duplo: por um lado, os industriais deviam fornecer apoio econômico para seus projetos, editoriais ou outros; Por outro lado, a associação com tais interesses teria um efeito multiplicador devido precisamente à reputação de seus nomes e produtos dentro da cultura de massa. Naturalmente, o ofuscamento dos limites entre publicidade e conteúdo em *L'Esprit Nouveau* foi bastante eficaz não apenas para o produto anunciado, mas também para a divulgação das teorias publicadas.⁵⁴ (COLOMINA, 1994, p.192)

Portanto, a relação de Le Corbusier com a publicidade industrial, com os catálogos de lojas de departamento, com as imagens veiculadas na imprensa, não era passiva, e segundo a abordagem de Colomina, ele teria identificado “na própria existência da mídia impressa uma importante mudança conceitual em relação à função da cultura e à percepção do mundo exterior pelo indivíduo moderno”⁵⁵ (COLOMINA, 1994, p.160). Através dessa compreensão sobre os meios de comunicação, Le Corbusier também alcançou espaço nos circuitos arquitetônicos internacionais, amplificando seu papel de divulgador de um ‘estilo internacional’. Assim como a lógica produtiva demandava a distribuição de seus produtos em grande escala, “o destino dessa arquitetura-máquina moderna – como todos os produtos industriais – era, portanto, ser inevitavelmente disponibilizada em grandes quantidades para sua comercialização em massa” (CANÇADO, 2002, p.18).

Essa relação inseparável entre produção industrial e realização do consumo, mediada pela publicidade, é fundamental para refletir sobre a transição para os novos modos de vida e de um novo modelo de habitação no contexto da sociedade moderna. Tendo isso em vista, que a ‘casa como máquina-de-morar’ era um novo produto a ser distribuído para toda a sociedade,

⁵³ Tradução nossa.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

seu sucesso dependeria “de um marketing à altura de suas ambições revolucionárias; tal qual a própria ideia da ‘Era da Máquina’” (CANÇADO, 2002, p.18). Por isso Colomina argumenta que: “A preocupação de Le Corbusier com as condições contemporâneas de produção é necessariamente uma preocupação com os mecanismos que sustentaram essa produção: propaganda, mídia de massa e publicidade”⁵⁶ (COLOMINA, 1994, p.169).

Conforme problematiza Cançado, ao mesmo tempo que Le Corbusier atuava como promotor do processo industrial moderno, ele agia como entusiasta de uma nova sociedade ideal; ao fazer isso se vinculava a interesses bastante distintos: o interesse da indústria e o interesse dos consumidores, e “uma vez que os interesses das duas partes se distanciavam cada vez mais, havia uma escolha decisiva a ser feita, não somente pelo arquiteto, mas por todas as vanguardas artísticas” (CANÇADO, 2002, p.54). Nessa decisão, entre o ideal da planificação estética e as estratégias do mercado visando o consumo generalizado, o movimento moderno é subvertido pelo grande capital industrial. E, portanto, o “declínio da utopia social determina a rendição da ideologia à política das coisas realizada pelas leis do lucro: à ideologia arquitetônica, artística e urbana resta a utopia da forma.” (TAFURI apud CANÇADO, 2002, p.54).

É por isso que Colomina defende que “a arquitetura moderna não se limita a abordar ou explorar a cultura de massa. É ela própria, desde o início, uma mercadoria” (COLOMINA, 1994, p.195). A exposição “Arquitetura Moderna” de 1932 no Museu de Arte Moderna, e a simultânea publicação do livro: *The International Style: Architecture since 1922*, demonstram uma vanguarda engajada em sua própria legitimação histórica. Esse processo de legitimação surge através da ‘crítica operativa’, segundo Tafuri, uma abordagem da arquitetura “que, ao invés de um exame abstrato, tem como objetivo o planejamento preciso de uma tendência poética, antecipada em sua estrutura e derivada de análises históricas programaticamente distorcidas e finalizadas” (TAFURI apud COLOMINA, 1994, p.195). Essa crítica suaviza as contradições e separa a produção da arquitetura moderna da infraestrutura econômica capitalista.

A frase “arquitetura ou revolução”, repetida diversas vezes por Le Corbusier, demonstra este deslocamento da arquitetura moderna erudita do contexto social e político no qual se insere. Para Kopp, essa polêmica frase do arquiteto, comprometeu, sem intenção de fazê-lo, a relação entre a oposição ‘de esquerda’ e a arquitetura ‘moderna’. “Ao escrever essas três palavras, Le Corbusier atacou, sem dúvida sem saber, um elemento fundamental do ‘dogma’ comunista, o

⁵⁶ Tradução nossa.

da revolução como condição prévia e indispensável a qualquer melhoria das condições de vida das massas” (Kopp, 1990, p.134). Ao divulgar “uma solução possível para o problema da habitação sem uma revolução anterior, Le Corbusier “desmobiliza”; ele é portanto um inimigo político” (Kopp, 1990, p.135).

Na segunda metade do século XX, nem mesmo os arquitetos sustentam essa convicção da possibilidade de sociedade livre de conflitos em curto prazo. Se o funcionalismo do primeiro Movimento Moderno se orientara pela representação positiva da "boa" sociedade e por suas necessidades supostamente naturais, mais tarde, a serviço da reconstrução de países em guerra fria ou governados por ditaduras, isso se torna impossível. Fica evidente que não há como criar objetos coerentes e baseados na satisfação de necessidades, se essas necessidades se contradizem entre si. Também fica evidente que muitas das funções para homens-modelo são violentamente disfuncionais para seres humanos reais. Apesar disso, ainda se espera que a produção formal concilie solicitações das mais díspares. Os projetos de arquitetura devem resultar em objetos bonitos e práticos, lucrativos e baratos, cômodos e estimulantes, fotogênicos e aconchegantes, individualizados e universais, avançados e facilmente compreensíveis. (Kapp, 2005, p.136)

1.3 A habitação social rumo ao contexto neoliberal

1.3.1 A indústria cultural e o indivíduo consumista

Após a Segunda-Guerra Mundial, o Estado de bem-estar social instalou-se por toda a Europa como instrumento político regulador que visava contribuir na dissolução da crise originada pelo sistema liberal. Através desse modelo estatal, constitui-se uma concreta ampliação dos serviços assistenciais públicos abarcando, entre outras, as áreas de renda, habitação e previdência social. Paralelamente à prestação de serviços sociais, o Estado de bem-estar passou a intervir fortemente na área econômica, regulamentando praticamente todas as atividades produtivas a fim de assegurar a geração de riquezas materiais junto com a diminuição das desigualdades sociais (CANCIAN, 2007). Esses procedimentos resultaram na consolidação de uma condição mínima de vida pautada pelo plano econômico.

A forte influência do comunismo sobre as políticas sociais do mundo capitalista durante a Guerra Fria, além dos fortes impulsos socialdemocratas (derivados de uma história de organização da classe trabalhadora e de uma consciência de classe aguda), significou que os Estados capitalistas em geral tiveram de estabelecer um nível mínimo de condições de vida para populações inteiras. (HARVEY, 2016, 154)

A autonomia e a desvinculação entre consumo e produção alcançada pelo Estado de Bem-estar social, tiveram o reflexo imediato de impedir que as crises cíclicas destruíssem o capitalismo. A regulação estatal tinha sentido dentro do modo de produção fordista que passava por uma fase de superprodução. Com isto, grandes planos, apoiados por enormes subsídios concedidos pelo Estado foram postos em prática e a questão da moradia passou a ter uma nova importância. Europa e Estados Unidos, que tiveram graves problemas habitacionais no século XIX, contornaram a questão com políticas públicas previstas pelo Estado de bem-estar social. Em contraposição à estrutura mínima que o antecedia, o governo estatal aumentou sua especialização em todos os setores utilizando meios de intervenção para reduzir o déficit habitacional tanto com políticas de incentivo à compra da casa própria quanto com o subsídio dos aluguéis. (SANTOS, 2010, p.35).

Os direitos sociais foram estabelecidos, por sua vez, para assegurar que as desigualdades de classe social não prejudicassem o pleno exercício dos direitos civis e políticos. Assim, o reformismo do Estado de bem-estar tornou possível compatibilizar capitalismo e democracia. Neste âmbito o conflito de classes não desapareceu, mas se institucionalizou, “a extensão dos direitos políticos e o sufrágio universal possibilitaram canalizar os conflitos de classe para as instituições políticas, transformando demandas sociais em direitos” (CANCIAN, 2007). Como explica Harvey, o Estado de bem-estar, resultante dessas medidas não se aproximou de uma condição socialista, pelo contrário, em sua prática “tinha fortes elementos de discriminação de gênero e era paternalista e até pró-capitalista, na medida que se tornou deselegante, punitivo e burocrático com relação à própria clientela”. (HARVEY, 2016, 154)

A grande indústria que, naquele momento, possibilitou certa distribuição de renda foi responsável por um fenômeno ainda mais profundo, ela revolucionou os modos de vida no início do século XX, e isso ocorreu, entre outros fatores, porque a crescente produção necessariamente implicou em um crescimento do consumo. A experiência de comprar até pouco depois da Segunda Guerra Mundial é, para a maioria da população, bastante restritiva às necessidades básicas. Isso muda com a progressiva ascensão do poder aquisitivo das famílias, que permite a difusão de bens de consumo duráveis em grande escala, dentro dessa dinâmica de crescimento da renda das massas, surge “a possibilidade de consagrar uma parte das despesas para aquilo que agrada e não apenas aquilo de que se tem imperiosa necessidade” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.170).

Nesse sentido, o processo de industrialização vai progressivamente incitando os indivíduos a comprarem por motivos que superam suas necessidades básicas. “Por meio das

estratégias de obsolescência dos produtos, do estilo e da sedução, o capitalismo transformou radicalmente as lógicas de criação e de produção, de distribuição e de consumo” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.48-49). Desse modo, o acesso a produtos dotados de “de estilos, de emoções, de ficções, de evasões, de desejos”, antes limitados à elite social, passam a ser pouco-a-pouco acessíveis à uma massa de consumidores. Nesse momento se consolidam diversas correntes que trabalharam em função da qualidade estética dos produtos estandardizados de forma a reconciliar “criação e padronização, beleza e indústria, arte e técnica moderna” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.133). O desafio de tornar os produtos mais atraentes foi alcançado através de duas estratégias principais: o design de objetos e os novos espaços de venda, sobretudo as lojas de departamento.

As lojas de departamento representam a primeira grande invenção capitalista para resolver o problema da distribuição dos produtos aos consumidores em massa. Além disso, propagam socialmente “a sensibilidade estética, o culto das novidades, os prazeres da moda, da elegância e do luxo” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.145). Por isso, enquanto as obras de arte estão perdendo sua aura, as lojas de departamento estão se consolidando enquanto ‘catedrais do consumo e do desejo’. Através de dispositivos modernos e racionalizados: “entrada livre, rotação rápida dos estoques, preços baixos e fixos, extensão da gama de artigos, compra de grandes quantidades e venda com pequena margem de lucro” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.145; elas criaram um universo de satisfação rapidamente popularizado. A aparente ‘democratização do luxo’ proveniente das lojas de departamento, resulta numa efetiva ‘democratização do desejo’; num primeiro momento para a média burguesia e, progressivamente, para praticamente todos os indivíduos.

Os criadores das lojas de departamentos compreenderam que, nas novas condições da vida moderna, o espaço comercial devia proporcionar algo mais que os valores de uso e a realidade tangível dos objetos; era preciso envolver as mercadorias numa atmosfera específica capaz de transfigurá-las em objetos feéricos, em objetos-fetice. (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.145)

Para além dos produtos materiais, os conteúdos culturais, através do cinema, da rádio, das revistas, etc., também foram subordinados à uma nova condição. Analogamente aos demais produtos de consumo em massa, a reprodução e a distribuição da cultura estariam diretamente condicionadas ao sistema de produção capitalista. Esse processo, segundo Adorno e Horkheimer, desencadeou o surgimento da Indústria Cultural, o modo de fazer cultural e artístico regido pela lógica da produção industrial. Nesse novo contexto, “o cinema e o rádio não tem mais necessidade de serem empacotados como arte. A verdade de que não são nada

além de negócios lhes serve de ideologia” (2002, p.8). A comunicação em massa, sob a prerrogativa da democratização da cultura, inaugura um gigantesco mercado criativo vinculado à crescente população urbana. Para suprir a demanda desse novo ‘público’, e impulsionados pelo interesse econômico, os produtores planificam e estandardizam os conteúdos culturais e utilizam os instrumentos de comunicação em massa para manipular as necessidades individuais através da construção de novas, e alienadas, necessidades universais. Surge neste momento:

Uma arte de massa cujo objetivo não é criar a experiência elitista do Absoluto, da veneração ou do recolhimento, mas lucrar, estimular o consumo de todos através dos prazeres passageiros e imediatos, fáceis, incessantemente renovados e que não exigem nenhum aprendizado, nenhuma competência, nenhum enraizamento ou impregnação culturais particulares. (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.35)

Nesse sentido, a indústria do entretenimento e da diversão, segundo Adorno e Horkheimer, tem um forte poder de desmobilização das massas. Isso é feito desabitando as pessoas do contato com a subjetividade e com sua identidade de classe; “Divertir-se significa estar de acordo. A diversão é possível apenas enquanto se isola e se afasta a totalidade do processo social [...]. Na base do divertimento planta-se a impotência”. (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.44). O cinema é um grande promotor desse tipo manipulação, Segundo Kracauer, os filmes ‘sensacionalistas de sucesso’ espelham a sociedade, mas extraindo da realidade apenas os conteúdos que convém para sustentar a lógica de dominação e de opressão econômica. “Os filmes são o espelho da sociedade constituída. Eles são financiados por corporações que, a todo custo, precisam identificar o gosto do público para obter lucro” (KRACAUER, 2009, p.311). A partir da ótica de 1960, Kracauer reflete o caráter ambíguo, realista e irrealista, desse tipo de filme que alcança diretamente as massas:

Eles pintam de rosa as instituições mais negras e borram de graxa as vermelhas. Mas com isto os filmes não deixam de refletir a sociedade. Ao contrário: quanto mais incorretamente apresentam a superfície das coisas, tanto mais corretos eles se tornam e tanto mais claramente refletem o mecanismo secreto da sociedade. Na realidade não ocorrerá com frequência que uma faxineira se case com o proprietário de um *Rolls Royce*; por outro lado, não é o sonho de todo proprietário de *Rolls Royce* que as faxineiras sonhem ascender até eles? As fantasias idiotas e irrealistas dos filmes são os sonhos cotidianos da sociedade, nos quais se manifesta sua verdadeira realidade e tomam forma os seus desejos de outro modo represados. (KRACAUER, 2009, p.313)

O poder ideológico da comunicação de massa é tamanho, que as pessoas de um modo geral conseguem se identificar com um milionário representado num filme, mesmo aquelas que possuem condições financeiras mínimas. A explicação para esse fato, segundo Adorno e

Horkheimer é que “a ideologia se esconde atrás do cálculo das probabilidades” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.45). Ou seja, o modelo capitalista permite, com uma frequência bastante rara, que certos indivíduos ascendam socialmente; essa minoria absoluta, que muitas vezes enriqueceu graças à própria indústria cinematográfica, surge como um exemplo universal de sucesso passível de ser alcançado por todos, contudo as estatísticas, que são bem menos divulgadas, desmentem completamente essa possibilidade.

É necessário esclarecer que a indústria do entretenimento e, principalmente, os monopólios culturais tem desde sua origem um grande vínculo com os setores mais poderosos da indústria de bens materiais e de serviços, que se consolidaram num momento anterior, como a indústria do aço, do petróleo e da eletricidade. Isso reforça o motivo pelo qual os grandes meios de comunicação em massa vão refletir, na maioria das vezes, os interesses econômicos do grande capital e, portanto, das classes dominantes. Essa indefinição entre cultura e consumo estimula e reafirma parcerias aparentemente improváveis, de tal modo, o setor radiofônico pode se vincular à indústria elétrica, ou o cinema aos bancos, por exemplo. Essas conjugações demonstram a falta de fronteiras entre setores distintos, pois, nessa nova dinâmica do capital, todos são cointeressados e estão economicamente dependentes. (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.12). Por isso podemos afirmar que a Indústria Cultural e os meios de comunicação em massa, assim como os instrumentos de propaganda: a publicidade e o marketing, são indistintos e inseparáveis.

A publicidade é o maior artifício dos monopólios para manter a preferência dos consumidores frente à concorrência. Segundo Adorno e Horkheimer, o aparato midiático da grande indústria se assemelha ao do Estado totalitário, uma vez que tem amplo controle ideológico. Para os autores, a publicidade oriunda do capitalismo industrial funciona como um aparelho de obstrução, que transforma tudo aquilo que não está sob seu estatuto, em ‘economicamente suspeito’. A publicidade, então, comunica para além do que busca vender, ela cria um vínculo entre o consumidor às marcas, uma compreensão de mundo enviesada pela razão econômica. “Durante a guerra, continua-se a propagandear mercadorias que não estão mais à venda, somente a fim de expor e de deixar à mostra o poder industrial. Mais importante que a repetição do nome é, portanto, o financiamento dos meios de comunicação ideológica” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.71).

A mídia impressa, sobretudo através das revistas, representa muito bem a convergência entre a publicidade, que patrocina a veiculação da publicação, e os conteúdos redacionais. A estratégia da revista *L'Esprit Nouveau* de Le Corbusier, descrita anteriormente, está inserida

exatamente neste contexto, que consolida a publicidade enquanto referência para o comportamento de consumo e de significação social ao entrelaçá-la com os conteúdos de interesse dos leitores. Do mesmo modo que, fatalmente, a publicidade ocupa diversas páginas das revistas ela tende a se espalhar em todos os suportes possíveis. “Técnica e economicamente, propaganda e indústria cultura mostram-se fundidas” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.73). Essa fusão, cada vez mais articulada pelos instrumentos publicitários, torna-se natural ao olhar:

Nas grandes revistas semanais americanas *Life* e *Fortune* uma rápida olhadela mal consegue distinguir figuras e textos publicitários da parte redacional. Saída da redação é a reportagem ilustrada, entusiástica e não paga, sobre os hábitos de vida e sobre a higiene pessoal do astro, coisa que lhe traz novas fãs, enquanto as páginas publicitárias se baseiam em fotografias e em dados tão objetivos e realistas a ponto de representarem o próprio ideal da informação, a que a parte redacional só faz aspirar. (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.72)

Outro ponto importante é que a indústria cultural estaria cada vez mais interessada em segmentar a sociedade em nichos de consumo, claramente definidos pelo nível social e consumidor. “Distinções enfáticas, como entre filmes de classe A e B, ou entre histórias em revistas de diferentes preços, não são tão fundadas na realidade, quanto, antes, servem para classificar e organizar os consumidores a fim de padronizá-los” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.12). Ao mesmo tempo essa segmentação, oriunda de uma segregação social, é suavizada por uma falsa noção de igualdade. Tocqueville fala de uma ‘igualdade imaginária’ que surge na era democrática, a despeito de uma desigualdade real. (TOCQUEVILLE apud LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.241)

A resignação sustentada por uma forte ilusão de que o capitalismo é um promotor da ascensão social é importante, pois ela oblitera a real desigualdade que é fundamental para a manutenção do capitalismo. “A desigualdade deriva do simples fato de que o capital é social e historicamente construído como um domínio de classe sobre o trabalho. Para que o capital se reproduza, a distribuição de renda e riqueza entre capital e trabalho tem que ser desigual” (HARVEY, 2016, p.159). Nesse processo os trabalhadores são separados de seus próprios meios de produção e de propriedade para que sejam obrigados a trabalhar de forma assalariada a fim de garantir sua sobrevivência. Essa condição é mantida em níveis salariais cada vez mais baixos, de modo a maximizar o lucro do capitalista. É intrínseco ao capitalismo que: “Qualquer medida para maximizar os lucros equivale a diminuir os salários ou aumentar a produtividade no trabalho” (HARVEY, 2016, p.159).

Por isso a cultura e o consumo em massa são fatores importantes na criação de condições sociais que ofusquem, e ajudem a justificar, o processo de exploração. As liberdades do capital, segundo Harvey, residem na falta de liberdade social, e nessa disputa entre o capital, interessado em explorar o máximo de tempo e rendimento, e os trabalhadores, que tentam defender sua liberdade de não trabalhar até morrer, o que decide a batalha é a força que cada um dos lados consegue empregar (HARVEY, 2016, p.192). A força do capitalismo, portanto, vai ser aplicada contra todos os processos de resistência à sua lógica.

Como afirma Harvey, “o divórcio histórico dos trabalhadores do acesso aos meios de produção implicou uma longa e contínua história de violência e coerção em nome da liberdade de acesso do capital ao trabalho assalariado” (HARVEY, 2016, p.192). Essa violência apontada pelo autor, e historicamente verificada, cada vez mais se distancia de uma intimidação física e torna-se potencialmente subjetiva, sustentada pela razão econômica. Segundo Adorno e Horkheimer, o triunfo da racionalidade técnica se iguala a uma forma de racionalidade da própria dominação, no sentido de constituir mecanismos em que a sociedade se auto aliena. Em síntese, “o ambiente em que a técnica adquire tanto poder sobre a sociedade encarna o próprio poder dos economicamente mais fortes sobre a mesma sociedade” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.9).

Nessa condição, os meios de comunicação terão amplo poder de ratificar essa opressão, de um modo muito pernicioso e sustentado em uma falsa liberdade de escolha. Dentro destas condições, o monopólio privado da indústria faz cada vez menos o uso da força para controlar a sociedade, mas obriga quem não se adapta a ser massacrado por uma impotência econômica e espiritual degradantes. Como sintetiza Tocqueville: “A tirania deixa livre o corpo e investe diretamente sobre a alma” (TOCQUEVILLE apud ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.27).

A raiz desse processo de alienação, contudo, não surge apenas do consumo como foi descrito até aqui, suas raízes são mais profundas e decorrem, entre outros mecanismos, do próprio processo de produção industrial. A produção em série determina que cada trabalhador execute uma pequena ação na linha de montagem, nessa condição cada indivíduo exercita sua função parcial e, portanto, não reconhece o todo. Para Kracauer esse sistema não se restringirá apenas à produção manual e vai dominar a subjetividade como um todo. Nas fábricas, “Para além das capacidades manuais busca-se calcular também as disposições psíquicas por meio de aptidões psicotécnicas” (KRACAUER, 2009, p.95).

Visto que o princípio do processo de produção capitalista não se originou puramente da natureza, deve destruir os organismos naturais que representam um instrumento ou uma resistência. Comunidade popular e personalidade se dissolvem quando o que se exige é a calculabilidade; tão somente como partícula da massa é que o indivíduo pode, sem atrito, escalar tabelas e servir máquinas. (KRACAUER, 2009, p.94)

Portanto, o reincidente uso do termo ‘massa’ para definir o conjunto da população dentro da sociedade de produção capitalista é empregado em oposição ao termo ‘povo’. Segundo Kracauer sempre que o povo [*volk*], “forma figuras” (ou seja produz seus ornamentos, sua cultura), “elas não estão soltas no ar, mas surgem do seio da comunidade” (KRACAUER, 2009, p.92). Já a massa não é formada por indivíduos que acreditam ser formados a partir do seu interior, nela os homens são fragmentos de uma totalidade. Para Adorno e Horkheimer, “A indústria cultural perfidamente realizou o homem como ser genérico. Cada um é apenas aquilo que qualquer outro pode substituir: coisa fungível, um exemplar” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.46).

É verdade que a multidão ‘une’, mas une os sujeitos atomizados da autopreservação que estão desligados de tudo que transcende seus interesses e impulsos egoístas. A multidão é assim a antítese da ‘comunidade’ e a realização perversa da individualidade. [...] O peso e a importância das massas aumentam com o crescimento da racionalização, mas ao mesmo tempo são transformados em uma força conservadora, ela própria perpetuando a existência do aparato. (MARCUSE, 1998, p.89)

A racionalidade individualista, segundo Marcuse originou-se na busca pelo interesse próprio sob uma premissa da construção de um pensamento autônomo, e portanto racional (MARCUSE, 1998, p.75). Contudo, o processo de produção da grande indústria, cada vez mais dominado pela concentração do poder econômico, impôs uma nova conduta aos indivíduos: a eficiência competitiva. “A mecanização e a racionalização forçaram o competidor mais fraco a submeter-se ao domínio das grandes empresas da indústria mecanizada que, ao estabelecer o domínio da sociedade sobre a natureza, aboliu o sujeito econômico livre” (MARCUSE, 1998, p.76).

A racionalidade individualista nasceu como uma atitude crítica e de oposição que derivava a liberdade de ação da liberdade irrestrita de pensamento e consciência e media todos os padrões e relações sociais pelo interesse próprio racional do indivíduo. Ela transformou-se na racionalidade da competição em que o interesse racional foi substituído pelo interesse de mercado, e a conquista individual foi absorvida pela eficiência. Acabou em submissão padronizada ao aparato que ela própria criou e que tudo abrange. Este aparato é a personalização e o tótem da racionalidade individualista, mas esta última exige agora que a individualidade desapareça. (MARCUSE, 1998, p.97)

O que Marcuse resume como ‘aparato’, são os dispositivos, instituições e organizações da indústria em sua situação social dominante. Ao manipular o maquinário sob uma condição de exploração, o homem se submete de modo obediente às instruções e nessa condição resta-lhe apenas adaptar-se ao aparato que o sustenta. “Não há lugar para a autonomia. A racionalidade individualista viu-se transformada em eficiente submissão à sequência predeterminada dos meios e fins” (MARCUSE, 1998, p.80).

Com esclarece Kracauer, “o processo de criação capitalista é um fim em si mesmo”, ou seja, as mercadorias produzidas dentro do seu domínio, não servem somente para serem consumidas, sua prioridade é ampliar infinitamente o lucro. Portanto o crescimento do trabalhador fica vinculado ao crescimento da empresa; “O produtor não trabalha para um ganho pessoal, do qual pode só usufruir em escala mínima – o produtor trabalha para engrandecer a empresa”. (KRACAUER, 2009, p.94). Em concordância a isso Marcuse observa: “Racional é aquele que mais eficientemente aceita e executa o que lhe é determinado, que confia seu destino às grandes empresas e organizações que administram o aparato” (MARCUSE, 1998, p.97).

O que vemos nesse processo é que a premissa de uma racionalidade emancipatória não se sustenta dentro do sistema de produção capitalista, visto que as determinações deste modelo econômico submetem os trabalhadores à exploração e à alienação. “A contraposição entre indivíduo e sociedade, que originalmente deveria fornecer bases para uma reforma militante da sociedade no interesse no indivíduo, vem para preparar e justificar o afastamento do indivíduo da sociedade” (MARCUSE, 1998, p.98). Quando Kracauer afirma que: “O ornamento da massa é o reflexo estético da racionalidade aspirada pelo sistema econômico dominante” (KRACAUER, 2009, p.95), ele sintetiza que a produção cultural e material, antes do que uma vontade autônoma, é o resultado sensível da organização social em torno do trabalho e da distribuição da produção. Por isso, dentro do sistema capitalista, a cultura será determinada e condicionada por uma razão enviesada pelo interesse econômico.

A ratio do sistema capitalista não é a própria razão, mas sim uma razão turva. A partir de um determinado ponto, ela abandona a verdade de qual participa. A “*ratio*” não inclui o homem. Nem a operação do processo de produção é regulada de acordo com as suas necessidades, nem serve como fundamento para as estruturas da organização social e econômica, como tampouco em nenhum momento o fundamento do sistema constitui o fundamento do homem (KRACAUER, 2009, p.97).

Todas essas noções nos levam a compreender que a perspectiva sobre o individualismo do ponto de vista do movimento moderno no início do século XX era de sobremaneira otimista

e idealizada. O discurso de Gropius no CIAM de Frankfurt, em 1929, apesar de não representar completamente toda a vanguarda, demonstra claramente essa controversa expectativa de uma superação do modelo social nuclear, baseado na família patriarcal, para uma condição individualista progressivamente cooperativa, que resultaria, no decorrer do processo histórico, na constituição de um indivíduo com consciência da coletividade.⁵⁷ (AYMONINO, 1973, p.115). Para Gropius, esse princípio seria alcançado através de um ‘Estado Industrializado’ e progressivamente pautado pelo conhecimento científico, por sua vez, interessado em desenvolver formas superiores de produção. Nas palavras de Gropius, surgiria desse modo “a possibilidade de estabelecer uma vida cultural digna para todos mediante o domínio da natureza. Se substitui o individualismo egoísta pelo individualismo social. O indivíduo perfeito é a meta do Estado e a construção da sociedade é o meio para isso”.⁵⁸ (GROPIUS apud AYMUNINO, 1973, p.115). O entusiasmo em sua afirmação é evidente:

Assim, começa hoje a ideia de racionalização, para criar um grande movimento espiritual onde a atuação do homem individual se transforma em uma colaboração benéfica para o bem de toda a comunidade; através da rentabilidade econômica em proveito do indivíduo, pelo caminho da ‘ratio’, aparece a consciência comunitária.⁵⁹ (GROPIUS apud AYMUNINO, 1973, p.115)

O projeto moderno fora constituído sobre uma base de elogio à sociedade maquinista, ao mesmo tempo que buscava, através de sua revisão estética, estripar as mazelas do passado histórico e construir um novo e emancipado mundo, por isso o movimento assumia uma ‘missão social’. “O design extraiu sua energia da vontade utópica de construir um mundo melhor, de reconciliar o artista e o artesão, a arte e a indústria, com a fé no poder dos objetos de melhorar o mundo e as condições de vida de todos” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.233). Contudo apenas essa retórica crítica em favor da forma e da linguagem se perpetuou, enquanto, os ideais coletivistas passaram a ser subordinados a valores adversos como o consumismo e o individualismo competitivo. Dessa forma: “Não foi a serviço da transformação revolucionária que o design atuou, mas das empresas e do bem-estar privado dos indivíduos” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.254).

Segundo Tafuri, ao se destituir de qualquer ambição revolucionária e superar o ideal da utopia, a arquitetura moderna torna-se ‘mecanismo operante’, um suporte à produção e ao consumo em massa. (TAFURI apud CANÇADO, 2002, p.38). Sobre os conjuntos modernos Adorno e Horkheimer afirmam: “Os projetos urbanísticos que deveriam perpetuar, em

⁵⁷ Tradução nossa.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

pequenas habitações higiênicas o indivíduo como ser independente, submetem-no ainda mais radicalmente a sua antítese, o poder total do capital” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.8). O discurso de Gropius sobre a criação de um modelo de “habitação padrão”, ainda no contexto CIAM de Frankfurt, revela como esse deslocamento entre a intenção coletivista e o discurso modernos tornam-se facilmente incorporados pela lógica do capital:

Em correspondência com as características mais relevantes da vida individual no âmbito da sociedade futura e em correspondência com a justa necessidade do indivíduo isolar-se temporariamente do mundo que o circunda, deve-se enunciar a necessidade mínima: Uma moradia, ainda que pequena, para cada pessoa adulta! A habitação mínima resultante dessas considerações prévias representaria o mínimo prático necessário para realizar sua finalidade e seu significado: A habitação padrão!⁶⁰ (GROPIUS apud AYMUNINO, 1973, p.121)

A defesa da ideia de individualização da moradia, estava atrelada a uma premissa de individualidade pautada sobre a coletividade, contudo, sem essa última dimensão a casa opera como espaço para privacidade vocacionado ao individualismo egoísta, um artefato material, que apesar de suas características especiais, torna-se passível de ser incorporada mercadologicamente enquanto produto de consumo individualizado. O ideal da moradia difundido pelo movimento moderno prescindia de um ‘novo homem’, do indivíduo emancipado para dar completude de sentido àquela arquitetura. Contudo o processo de modernização que concentra a propriedade dos meios de produção e submete os trabalhadores a uma condição cada vez mais desigual inviabiliza essa suposta superação descrita por Gropius.

Tocqueville, ao abordar o individualismo dentro das sociedades democráticas o define enquanto uma forma de resignação pacífica e aquiescente, “um sentimento maduro e calmo, que faz que cada membro da comunidade se separe da massa de seus semelhantes; e se aparte com sua família e amigos” (TOCQUEVILLE apud MARCUSE, 1998, p.98). Isso acontece de tal modo que os indivíduos formam seus pequenos círculos próprios e voluntariamente deixam a sociedade ‘entregue a si mesma’. Isso indicaria um gradual desinteresse pela coisa pública e uma concentração cada vez mais exagerada dos indivíduos em seus interesses privados. “A filosofia do individualismo estabeleceu uma conexão intrínseca entre individualidade e propriedade” (HORKHEIMER apud MARCUSE, 1998, p.102)

A partir dos anos 1980, dentro de um sistema neoliberal, ocorre uma conjunção ainda mais potente entre os fenômenos políticos, econômicos, estéticos e tecnológicos. A flexibilização da produção industrial, marcada pela automatização e pela robótica, bem como a

⁶⁰ Tradução nossa.

difusão dos microcomputadores e a virtualização, se refletem numa realidade política e econômica desregulamentada e privatizada. Esses fenômenos levam a produção à uma escala global marcada pela deslocalização das atividades produtivas. Nesse processo surgem novos gigantes da economia global que vão aumentar as possibilidades de distribuição de produtos para ainda mais consumidores. “Iniciou-se uma nova batalha mundial cujo centro é a cultura de massa mundializada, quer se trate dos produtos materiais, quer do *entertainment*” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.226). Com relação ao design, se estabelece uma convivência de estilos:

O decorativo e o subjetivo expressivo não são mais excomungados: em toda parte, na decoração, na arquitetura, no design, na moda, na cozinha, na arte, na música, se afirmam as reutilizações dos códigos do passado, assim como a mistura de gêneros. Resulta daí um novo universo eclético e desordenado, que se vê conviverem o kitsch e o high-tech, o retrô e as linhas futuristas, o irônico e o polido, as formas emocionais e o anonimato funcional. (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.227)

O neoliberalismo tende a acentuar a dinâmica individualista de modo que os objetos não equipam mais os lares, eles equipam pessoas através de um amplo arsenal de objetos de uso individualizado. Os objetos de comunicação demonstram isso claramente, a popularização de celulares, tablets e notebooks se deu até mesmo nas classes mais pobres. “Diminuir o ciclo do consumo de consumo é mais fácil no caso de telefones celulares e dispositivos eletrônicos. A obsolescência programada, a inovação, o modismo e coisas assim estão profundamente enraizados na cultura capitalista” (HARVEY, 2016, p.76). Essa nova fase do capitalismo derruba diversas das antigas compartimentações e permite o hibridismo de gêneros criativos, através de uma série de cruzamentos “produtos de grande consumo se confundem com a moda, a moda imita a arte, a publicidade reivindica a criatividade artista e a arte se aproxima de um produto moda e luxo” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.78).

No neoliberalismo, a segmentação de mercado em vários nichos de consumidores, progressivamente maior, é uma forma de enfrentar a intensificação da concorrência e a saturação dos mercados domésticos. Esse processo ocorre através do marketing e visa atender adequadamente as necessidades específicas dos compradores. Com a separação da sociedade em grupos de consumo é possível manter a lógica da produção em série e distribuir a produção de modo eficiente. “É a época da segmentação extrema dos mercados (clientes e produtos), visando faixas etárias e categorias sociais cada vez mais subdivididas, oferecendo produtos cada vez mais direcionados, explorando micromarcas e necessidades mais diferenciadas” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.228).

Apesar do design vanguardista não se difundir para além das camadas médias superiores, eles contribuem, como já foi dito, para a formação de uma ‘sociedade do desejo’, portanto junto ao interesse de consumir esses objetos cria-se uma expectativa de estetização de vida, de realização do ‘sonho americano’, juntamente com valores ainda mais subjetivos, como juventude, modernidade e liberdade. (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.181). Isso representa a intensificação de um ciclo onde o consumidor, “louco por novidades permanentes e desculpabilizado quanto à ideia de aproveitar ao máximo a vida aqui e agora” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.49), vai renovar constantemente suas necessidades de compra. E mesmo o ‘consumidor mínimo’ constrói o sonho de torna-se um consumidor ilimitado.

A sociedade de consumo ‘é o próprio mito dela mesma, escrevia Baudrillard, um mito sem grandeza, sem exterioridade nem transcendência, mas que constitui ‘um discurso pleno, auto profético, que a sociedade faz sobre si mesma, um sistema de interpretação global’, uma constelação inédita de valores capaz de fazer as massas sonharem. (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.126).

1.3.2 O sonho da casa própria e seu valor de troca

Para Lipovestsky e Serroy, uma legitimação de tipo estético substitui o sistema de justificação moral que o precede, valorizando a leveza da vida consumista, a fruição do presente e uma série de outros conteúdos. Esse conjunto de crenças serve ao capitalismo como forma de “justificar sua ordem, motivar os homens, favorecer a interiorização das coerções e a adesão ao sistema” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.125). Portanto surge um ideal de bem-estar consumista baseado em imagens e estímulos midiáticos e publicitários através de um sistema individualista, mercantil e materialista que promete uma realização democrática da felicidade. Dentre todas essas expectativas não escapará ao sonho do indivíduo o ideal da casa própria.

Como vimos anteriormente, a crescente valorização do hedonismo e do bem-estar, centrado na valorização das fruições materiais, vai justificar o capitalismo através de uma concepção econômica que possibilita “a elevação perpétua do nível de vida, o bem-estar para todos, as satisfações incessantemente renovadas, a perspectiva de uma vida bela e excitante” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.125). Essa perspectiva de progressiva melhora das

condições de consumo pressupõe uma renovação constante dos produtos e das experiências acessadas pelos indivíduos.

Segundo Schwartz, desde o início do século XX, no contexto da *Wekbund*, a moda já demonstrava que a manipulação da forma através dos produtores forçosamente criava uma identidade de marca que induzia os consumidores à adquirir determinados bens. Por outro lado, indica o autor, “tornou-se claro que a forma também é manipulada pelos compradores que, com os objetos comprados, exercem um certo tipo de trabalho cultural” (SCHWARTZ,2007,p.14). Ou seja, os consumidores, através dos objetos consumidos, roupas, móveis, livros, etc, dariam expressão a sua consciência de classe, demonstrariam prestígio cultural e, de um modo diferente, comunicariam as suas circunstâncias subjetivas. “Por outras palavras, o mercado de massas era um domínio caótico que transformava as energias incríveis da produção em energias igualmente impressionantes da representação” (SCHWARTZ,2007,p.14).

Esse potencial de representação das mercadorias, dentro do sistema capitalista, é então anexado ao seu valor de troca. “Mesmo que vantagens culturais posam ter sido achadas nesta conexão e projetos de reforma tenham se baseado nelas, isso subordinou o significado à produção capitalista e à troca de bens”⁶¹ (SCHWARTZ,1996). Os objetos e constructos são preenchidos com novos conteúdos subjetivos. Em meio a isso, a ‘casa’ tanto na sua condição de mercadoria, quanto de suporte de mercadorias, também será ressignificada por esse processo. Segundo Kapp e Lino, o ambiente doméstico após a industrialização capitalista será, por excelência, o lugar da compensação. “Toda a frustração do trabalho deve se justificar pelas conquistas domésticas. Os sonhos de felicidade e realização das classes não proprietárias e não intelectualizadas se condensam nesse espaço e nas possibilidades de consumo que ele oferece” (KAPP e LINO, 2008, p.23).

O habitar existencial beneficia a exaltação da família burguesa tradicional, a redução da felicidade possível à esfera privada, a dependência da propriedade na forma da “casa própria”, a repressão social da mulher como “dona de casa”, a lucrativa e irracional expansão da infraestrutura aos subúrbios, a indústria do lazer programado. A indicação de que “trazer o habitar à plenitude de seu ser” seria uma tarefa individual sugere uma arquitetura feita para desejos íntimos e pessoais, sem interesses coletivos. No fim, as necessidades ditas profundas mascaram necessidades concretas que, assim, se tornam abstratas, como se não nos dissessem respeito; a necessidade concreta de viver em meio a uma coletividade não violenta, por exemplo, se transforma em idílio no interior da cerca elétrica. (KAPP, 2005, p.143)

⁶¹ Traduzido por José R. P. Thiesen

Para Harvey, o que sustenta o ideal de ‘casa própria’ é o supremo direito de propriedade privada, em função disso “os estados capitalistas apoiaram por diversos meios (desde os subsídios ativos até a propaganda e a retórica do sonho da casa própria), de maneira sistemática e crescente, a expansão da casa própria a mais setores da população” (HARVEY, 2016, p.56). Esse direcionamento visa, segundo Harvey, o estímulo ao crescimento do mercado imobiliário como setor de acumulação do capital, contudo ele também tem uma importante função ideológica, a de consolidar o apoio popular e populista ao modelo de produção capitalista

O exemplo norte-americano ilustra o impacto da construção ideológica do conceito de casa própria. O ‘sonho americano’ foi estruturado com base na propriedade da casa enquanto uma conquista fundamental para se alcançar a felicidade. Segundo Fix (2011), até os anos 1920 a interferência do governo federal na habitação era consideravelmente reduzida. A disseminação do desejo pela casa própria começou a ser difundida nesse período através de ações conjuntas entre o governo e os agentes imobiliários, conhecidos então como *realtors*.

Campanhas nacionais propagavam a ideologia da casa própria e combatiam abertamente as alternativas, como habitação multifamiliar e conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado. A campanha - *Make her happier. Build a home first* - é um dos exemplos. Era o período de profissionalização dos *Realtors*. Essa ideologia será dominante nos dois principais partidos, Democrata e Republicano, ao longo da história, e ainda hoje é divulgada pelos *Realtors*. (FIX, 2011, p.8)

Figura 22 - Campanha de difusão da casa própria, nos EUA, anos 1920

Naquele período estava ocorrendo um grande esforço para alterar as bases do modelo de construção de moradia nos Estados Unidos. Anteriormente, segundo Fix, as construções eram feitas sob encomenda, de modo que as pessoas compravam um lote e contratavam um pequeno empreiteiro, enquanto os recursos empregados na construção das casas geralmente

vinham de poupanças e empréstimos pessoais. Poucas empresas comercializavam casas prontas e mesmo assim trabalhavam em pequena escala. A partir da década de 1930 uma série de mecanismos de crédito junto a bancos foram disponibilizadas para a população. O sistema de hipotecas aqueceu a economia através do completo predomínio de agentes privados, o que culminou, na década de 1970 que tornou-se mais barato comprar do que alugar uma casa no subúrbio. A casa própria tornou-se um símbolo para o ‘estilo de vida americano’.

Conforme explica Harvey, toda mercadoria dentro do sistema capitalista tem um valor de uso e um valor de troca, a moradia construída especulativamente, portanto, segue essa mesma lógica. Enquanto o valor de uso pode ser infinitamente variado, o valor de troca está atrelado à uma moeda corrente dentro do mercado financeiro. Desse modo, enquanto a casa tem como ‘valor de uso’ sua função de abrigo, de reprodução diária e biológica, de privacidade e segurança, de memória e afetividade e inúmeras outras qualificações possíveis; seu ‘valor de troca’, dentro do capitalismo avançado, corresponde a um cálculo balizado por expectativas econômicas (HARVEY, 2016, p.29). A descrição de Harvey decompõe os custos envolvidos:

O valor de troca é determinado pelos custos básicos de produção da casa (trabalho e matéria-prima), mas nesse caso são agregados dois outros valores: a margem de lucro do construtor, que disponibiliza o capital necessário e paga os juros de qualquer empréstimo envolvido; e o custo de aquisição, aluguel ou arrendamento da terra. O valor de troca é estabelecido pelos custos reais de produção mais lucro, juros sobre empréstimos e aluguel capitalizado (preço da terra). (HARVEY, 2016, p.29)

Logo, a obtenção do valor de troca torna-se o grande objetivo do produtor imobiliário, enquanto a criação do valor de uso serve apenas como uma mediação desse processo que visa o lucro. O valor de troca da habitação ainda está condicionado à diversas outras questões, também variáveis. Entre elas, Harvey atenta sobre uma especificidade da habitação, trata-se de uma “mercadoria de alto custo” consumível a longo prazo, a qual a maioria das pessoas não tem condições de comprar a vista. Isso implica que para usufruir do valor de uso de uma casa, necessariamente, é preciso alugar ou arrendar uma moradia disponível no mercado, ou, fazer um empréstimo, seja pessoal ou através de financiamento, para que depois de muitos anos se instaure a relação de propriedade.

Outro fator é chamado de “externalidade”, ou seja, são fatores externos à construção em si mesma, que podem fazer o valor da casa variar no decorrer do tempo. Esse fator é cambiável por uma série de fatores e condições sociais, Harvey dá o exemplo de uma casa em bom estado inserida em uma vizinhança onde as construções próximas estão mau conservadas, ou que a

vizinhança apresenta alguma fragilidade social, isso fará o preço dessa habitação diminuir; ao mesmo tempo existe a possibilidade inversa, se houverem melhorias no entorno, o valor da casa aumenta, mesmo sem que haja nenhum investimento direto sobre ela.

Essas duas questões: o fato da casa ser uma ‘mercadoria de alto custo’ e a ‘externalidade’ moldam também a relação dos usuários para com o valor da casa. No primeiro caso, o alto custo faz com que a moradia torne-se uma espécie de poupança, ou seja, um investimento feito à longo prazo que pode ser recuperado na forma de dinheiro a qualquer momento; e embora parte do valor do patrimônio precise ser incorporado ao imóvel em função de sua manutenção, o tempo e seus condicionantes econômicos na forma de juros compostos acarretam predominantemente a valorização da propriedade. Já o segundo caso, a externalidade, faz com que os proprietários tentem controlar, os fatores que valorizam ou desvalorizam seus imóveis, desse modo as melhorias na construção representam, em grande parte, o interesse em proteger um investimento e de aumentar o valor de troca. (HARVEY, 2016, p.31)

A casa própria tornou-se importante para segmentos cada vez maiores da população em muitos países do mundo. Manter e aumentar o valor patrimonial de uma habitação tornam-se objetivos políticos importantes para segmentos cada vez maiores da população e uma questão política prioritária, porque o valor de troca para os consumidores é tão importante quanto o valor de troca obtido pelos produtores. (HARVEY, 2016, p.31)

Ainda segundo Harvey, a economia neoliberal acelerou o processo especulativo nas cidades e a moradia teve um papel fundamental nessa dinâmica. O aumento do valor de troca, e através disso o aumento do lucro, fez com que a casa se tornasse um bom investimento. Nas palavras do autor, ela “torna-se uma fonte conveniente de dinheiro, um caixa eletrônico pessoal, aumentando a demanda agregada e, obviamente, a demanda por habitação” (2016, p.32).

Uma das questões mais cruéis da lógica especulativa é que a busca insaciável pelo valor de troca impede que um grande contingente de pessoas consigam acessar a moradia através de seu valor de uso. Ou seja, o custo elevado da moradia, condicionado pelo mercado imobiliário e pelo rentismo restringe o acesso da população que necessita de uma casa para morar. As casas destinadas à população mais pobre serão aquelas construídas no limite do seu valor de troca, o que tende a influir diretamente na qualidade do seu valor de uso. Ou seja, a lógica capitalista que invariavelmente prejudicará aqueles que estiverem subordinados às mínimas condições de vida.

A provisão de valores de uso adequados das habitações, no sentido convencional de consumo, para a massa da população tem sido cada vez mais refém dessa concepção arraigada do valor de troca. As consequências para a provisão de moradia adequada, e o preço acessível para um segmento cada vez maior da população, tem sido desastrosas. (HARVEY, 2016, p.33).

É necessário ressaltar que a casa possui objetivamente um valor de uso incontestável, e que população mais pobre é a mais sensivelmente afetada pelo modelo de distribuição de moradias que favorece a dimensão especulativa e econômica das cidades. Mesmo em situações de total descontrole formal e legal como o caso das favelas, os espaços edificados precariamente são regidos pelo valor de troca. A grande densidade populacional das favelas e dos bairros pobres exemplifica essa concorrência pelo espaço urbano altamente desigual e financeirizada.

O fator mais importante dos pontos levantados até aqui é que essa manipulação dos desejos, da subjetividade das pessoas com relação à propriedade privada não encontra barreiras físicas. Se por um lado acesso à moradia claramente não é democratizado em nossa sociedade, por outro o desejo pelo consumo e pela propriedade atinge a sensibilidade de todos.

Capítulo 2 – ESCALAS E UM MODELO

2.1 O Brasil e a Moradia mínima

Percorrendo uma trajetória completamente distinta daquela por onde transitaram os países europeus, o Brasil entra no século XX com questões muito próprias de seu passado colonial. Nesse sentido e a partir de distinções essenciais, a formação cultural e econômica do Brasil é estruturalmente dependente da Europa e, progressivamente, dos países que centralizam a hegemonia capitalista. Enquanto na Europa a virada do século XIX para o XX é marcada pelos efeitos da segunda revolução industrial, a realidade do Brasil está subordinada à sua condição predominantemente agrária. Apenas na década de 1930, fortemente influenciado pelos efeitos da crise de 1929, o Brasil altera seu papel de exportador de matéria-prima para também atender o mercado interno com produtos manufaturados.

Com relação à questão da moradia, diversos problemas já enfrentados pelas metrópoles industriais modernas um século antes se repetiam no Brasil naquele momento, como a coabitação, os cortiços e seus decorrentes problemas sanitários (FOLZ, 2002, p.19). De modo também semelhante, o capital privado dominou a construção para a classe proletária no Brasil até a década de 1930, nesse período o Estado apenas interferia no setor imobiliário através da legislação e tentava controlar a especulação através da compra de terrenos e da elevada taxa de terrenos não edificados (FOLZ, 2002, p.26). Após a revolução de 1930 a “A mudança na orientação política, combinada à aceleração da urbanização, com o avanço da industrialização, fará com que a questão da habitação passe a ser vista de outro modo” (FIX, 2011, p.74). A nova legislação trabalhista e previdenciária do governo Vargas buscou atender às demandas habitacionais da população trabalhadora, contudo esses novos mecanismos não barraram a atuação da iniciativa privada, que encontrava na construção de imóveis de aluguel um campo de exploração bastante rentável (FOLZ, 2002, p.40).

Dentre as novas instituições públicas que passam a tratar da questão habitacional surgem os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). “Estes Institutos, que eram organizados por categorias profissionais, construíam conjuntos, alugavam e financiavam moradias aos seus associados” (FOLZ, 2002, p.26). Nesse contexto muitos conjuntos habitacionais foram construídos, alguns deles já incorporavam conceitos da arquitetura moderna. O conjunto Residencial do Realengo, construído no rio de Janeiro nesse período, serve como exemplo da busca pela racionalização de espaço, dentre as tipologias do conjunto

os apartamentos de área mínima tinham apenas um dormitório e “se caracterizavam pela racionalização da planta e pelos exíguos espaços destinados à cozinha e ao banheiro” (BONDUKI apud FOLZ, 2002, p.27). Esse exemplo ilustra a incorporação de um mínimo formal promovido através do Estado e contraposto aos mínimos precários até então estabelecidos pelos cortiços.

Figura 23- Conjunto Residencial do Realengo e desenho do arquiteto Carlos Frederico Ferreira: esquema de sala para a unidade de moradia

A provisão habitacional daquele período também tinha um papel ideológico, como ressalta Fix, baseada nas considerações de Bonduki, “era necessário promover o acesso do povo à propriedade, ‘sem afetar os interesses das oligarquias’” (FIX, 2011, p.75). De tal modo o enfrentamento do problema da moradia tinha a intenção de desmobilizar as revoltas e resistências, logo, os trabalhadores “teriam na casa própria um objetivo capaz de compensar todos os sacrifícios; já o morador do cortiço ou da moradia infecta estava condenado a ser revoltado, pronto para embarcar em aventuras esquerdistas para desestabilizar a ordem política e social” (BONDUKI apud FIX, 2011, p.75). Do ponto de vista da produção, a concessão de crédito aos trabalhadores, mobilizou a concorrência de incorporadores privados interessados em administrar aqueles recursos. Portanto, “essa primeira política habitacional importante funcionou já como suporte ao circuito imobiliário, mais do que como resposta formulada ao problema da falta de habitação ou dos direitos sociais” (FIX, 2011, p.78).

O fim da 2ª Guerra Mundial e suas decorrências políticas e econômicas, levaram o Brasil a uma série de processos de modernização, período reconhecido como Nacional-desenvolvimentismo. O término do conflito mundial provocou uma reorganização das relações internacionais e reforçou a posição dos Estados Unidos em centralizar e desenvolver a expansão do sistema econômico capitalista. Neste novo quadro a América Latina e o Brasil, em especial,

utilizaram o aporte de recursos internacionais como oportunidade de impulsionar o setor industrial e, por conseguinte, promover as bases para o desenvolvimento econômico nacional. Contudo tal desenvolvimento não refletiu na melhoria das condições da população mais pobre:

A produção capitalista foi se consolidando no Brasil (...) e frustrando as expectativas daqueles que esperavam colher os prometidos frutos sociais do desenvolvimentismo. Os desníveis sociais, ao invés de desaparecerem ou diminuírem, acabaram se ampliando, conforme mostravam os estudos sobre concentração de renda, enquanto a dependência semicolonial foi substituída por uma forte presença do capital estrangeiro e do imperialismo em pleno território nacional. Tornava-se evidente que o principal efeito da industrialização capitalista era a valorização do capital e não exatamente o “progresso” e o bem-estar de toda a coletividade. (...) Em síntese, pode-se concluir que o nacional desenvolvimentismo não atendia propriamente os interesses do grosso da nação brasileira como sustentavam os seus ardorosos adeptos, mas beneficiava, sobretudo, as frações mais modernas da burguesia, vinculadas à acumulação monopolista (MANTEGA, 1984, p. 75-6).

E é justamente nesse momento que a arquitetura moderna se estabelece significativamente enquanto agente disseminadora de uma identidade nacional. Como afirma Durand, foi graças a um generoso patronato, representado por instâncias governamentais e particulares, que a formação de um campo autônomo da arquitetura no Brasil consolidou-se. Entre 1945 e 1960, um conjunto de encomendas representaram justamente aquilo que faltava à Le Corbusier na Europa décadas antes, e, substancialmente, o que permitiu que os arquitetos brasileiros concretizassem seus projetos através da estética modernista (DURAND, 1989, p. 154). No campo da crítica operativa do movimento moderno, há um reconhecimento internacional da arquitetura moderna brasileira, através de publicações em periódicos especializados fora do Brasil. A publicação do livro *Brazil Builds* em 1943 leva a arquitetura moderna brasileira a um patamar de expressão internacional.

No campo da habitação, em oposição ao modelo descentralizado dos IAPs, em 1946 foi criado um único órgão federal com a atribuição de solucionar o problema da falta de moradias, a Fundação da Casa Popular. “Nesta mesma época começam também a surgir órgãos estaduais e municipais com a mesma preocupação como a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) em São Paulo e o Departamento de Habitação Popular no Rio de Janeiro” (FOLZ, 2002, p.27). Foi dentro Departamento de Habitação Popular, do até então Distrito Federal, que obras paradigmáticas do ponto de vista da arquitetura moderna foram construídos, como o Conjunto Residencial do Pedregulho.

Figura 24 - Vista do Conjunto e plantas-baixas

Durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, iniciado na segunda metade da década de 1950, que articularam-se as principais mudanças estruturais pela política de desenvolvimento da indústria brasileira. Surge naquele momento o Plano de Metas e, através dele, a implantação da produção de bens duráveis, que vieram a tornar-se mais acessíveis pela ampla difusão do sistema de crédito para a população consumidora. O governo de Juscelino buscou no capital estrangeiro os investimentos para equipar as indústrias nacionais, e adotou medidas que privilegiavam esses empréstimos, facilitando o envio de lucros ao exterior, e adotando uma taxa cambial favorável a essas operações.

Como reforça Durand, o início da década de 1960, através da inauguração de Brasília, marcou o apogeu da arquitetura no Brasil. Na mesma medida, a realização material dos projetos palacianos e o planejamento urbano indicavam a perspectiva de novas e maiores oportunidades de trabalho aos arquitetos. “Brasília constituiu um marco divisório fundamental na história da arquitetura erudita no Brasil, como realização prática das diretrizes racionalistas assentadas na Carta de Atenas, nos anos 1930” (DURAND, 1989, p.256). Apesar do otimismo e da aparente valorização da arquitetura naquele contexto, o Plano de Metas de JK não abrangia nenhum objetivo específico sobre a questão da habitação social.

O Desenvolvimentismo é refletido na arquitetura brasileira principalmente na construção da nova capital – Brasília, objeto do Plano de Metas do Governo Kubitschek, em que a arquitetura torna-se também o reflexo do caráter nacional almejado pelo Estado desenvolvimentista. Os arquitetos tinham como objetivo estabelecer um diálogo entre a arquitetura e o Plano de Metas. À arquitetura, não cabia a tarefa de transformar o cenário social, podia sim, auxiliar a alterar culturalmente o país e, particularmente, impulsionar o seu setor na produção, o da construção civil e, isto, estava muito distante de constituir-se em motor das mudanças radicais da sociedade (BARROS, 2009).

No entanto, a contradição entre aquilo que se produziu e a realidade social já despertavam um certo desconforto com relação à provisão de moradias populares. A política desenvolvimentista, teve como um de seus efeitos o êxodo rural, o que significou um aumento desordenado da concentração de habitantes, sobretudo nas grandes cidades. “O que, a princípio, era um problema habitacional, ou seja, de falta de moradias, passou a ser visto como um problema bem mais amplo: a cidade” (RIBEIRO E PONTUAL, 2009). Contudo, os problemas gerados por uma urbanização acelerada não foram diretamente enfrentados; “A prática governamental em vários níveis, limitava-se à repressão de construção de favelas ou medidas institucionais de levantamento censitário e diagnóstico do quadro de carências habitacionais para a população de baixa renda”. (BARROS, 2009).

Em 1961, o governo do presidente Jânio Quadros formulou um Plano de Assistência à Habitação, em função dos reflexos sociais da crise da habitação. O plano deveria ser garantido pelo Banco Interamericano, bem como a criação de um Instituto Brasileiro da Habitação, sucessor da Fundação da Casa Popular. “O objetivo do plano era construir 100 mil moradias em dezoito meses, devendo os terrenos e as infraestruturas serem fornecidos pelas prefeituras” (BARROS, 2009). Mas ao contrário de privilegiar as camadas de mais baixa-renda, o plano fixava mensalidades de cerca de 20% do salário mínimo, beneficiando apenas os trabalhadores assalariados com empregos estáveis. As propostas contidas no projeto do Instituto Brasileiro de Habitação já prefiguravam em grande parte o Banco Nacional de Habitação, criado depois do golpe do Estado de 1964.

Com a criação do BNH e de sua “solução financeira” para a questão da moradia, uma boa parte dos recursos a investir em habitações confluiu para o setor privado via sistema financeiro habitacional. Na medida em que a concentração social da renda dificultou os programas destinados à habitação popular, o dinheiro do BNH reorientou-se para as classes médias e altas. Mesmo que alguém dispusesse de receita pessoal para construir por conta própria e a seu gosto, os subsídios oferecidos pelo SFH ao pretendente a uma residência ampla e luxuosa tornavam atrativo o endividamento para aquisição ou construção. Daí resultou um conjunto de circunstâncias favoráveis à estruturação capitalista de um certo número de construtoras de grande porte, nas principais capitais onde concentravam as classes abastadas (DURAND, 1989, p.282).

O modelo do BNH fomentou o estímulo ao sonho da casa própria através da difusão da pequena propriedade privada. Segundo Fix, interessaria do ponto de vista político estimular a aquisição da moradia para estimular a ‘estabilidade social e a ordem’. Como cita a autora, o discurso de Roberto Campos, ministro do planejamento do BNH naquela ocasião demonstra claramente essa intenção: “O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter

em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem” (CAMPOS apud FIX, 2011, p.90).

Em outra perspectiva, a transferência, para os próprios trabalhadores, do encargo de mobilizar recursos e mecanismos para a produção da habitação, ou seja, a generalização do auto empreendimento da moradia, resultou num processo massivo da formação das periferias, da cidade ilegal e seus desdobramentos urbanísticos dramáticos. Tal situação foi agravada pela escala do financiamento, foram quase 5 milhões de unidades habitacionais construídas, suficientes para abrigar cerca de 25 milhões de pessoas, segundo Bonduki, em algumas cidades a produção desse período representou cerca de 40% das moradias construídas. Para além disso, esse processo marca e consagra o afastamento ainda maior do arquiteto na participação da produção popular das moradias populares.

Segundo Bonduki, “a partir de 1964, ocorreu um divórcio entre a arquitetura e a moradia popular, com graves repercussões na qualidade do espaço urbano” (BONDUKI, 1998, p.318). Apesar do BNH ter estruturado uma política habitacional, concretizando aquilo que Vargas pretendia para a Fundação da Casa Popular, Bonduki reitera que em muitos aspectos tal instrumento representou um retrocesso em relação ao que foi realizados pelos IAPs - Institutos de aposentadoria e Pensões, sobretudo ao se comparar a qualidade dos projetos dos conjuntos residenciais e os equipamentos coletivos vinculados à eles. “O resultado foram blocos cercados, recriando-se lotes onde se pretendia criar parques; tetos-jardim desativados; espaços junto aos pilotis transformados em garagens e depósitos privados; equipamentos coletivos desativados” (BONDUKI, 1994, p.176).

Em 1965, a revista Acrópole⁶² publicou uma seleção textos de Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império, onde ficava claramente expressa a preocupação pela falta de perspectivas com relação ao papel social do arquiteto dentro da conjuntura nacional. Mais do que isso, os relatos já apontavam a divisão da categoria que ao mesmo tempo que se marginalizava, ao não encontrar emprego nos setores formais para trabalhar de acordo com suas atribuições, ainda mantinha seu isolamento e sua estratificação numa condição social onde a arquitetura se consolidava enquanto um “artigo de luxo”, uma obra de representação da elite. Como a vinculação da arquitetura a um imaginário de privilégio e distinção, naturalizou-se a compreensão de que a arquitetura e sua excepcionalidade não eram imprescindíveis ao ‘mínimo’ demandado pelo mercado popular. O resultado histórico desse processo é

⁶² Revista Acrópole, nº 319, p.23-24.

caracterizado pela falta de planejamento em todas as instâncias, desde o projeto dos conjuntos definidos pelas empreiteiras até seus incontrolados desdobramentos urbanos.

Centralizando praticamente todos os recursos disponíveis para o investimento em habitação e grande parte dos destinados ao saneamento urbano, o BNH difundiu um tipo de intervenção que foi adotado em quase todas as cidades do país, independentemente de suas especificidades urbanas, sociais e culturais, caracterizando-se pela gestão centralizada, ausência da participação comunitária, ênfase na produção de casas prontas por empreiteiras, localização periférica e projetos medíocres (BONDUKI, 1994, p.319).

Apesar da manutenção do discurso desenvolvimentista, o cenário da construção civil manteve sua organização precária. Sem apostar em avanços, o setor não recebeu diretamente nenhum grande investimento no desenvolvimento tecnológico que o encaminhasse para um nível de industrialização ou de pré-fabricação. A continuidade desse modelo, que aparenta ser uma incoerência, na verdade acomodou-se enquanto resultado da racionalidade capitalista através exploração da mão-de-obra desqualificada ao seu limite. O setor da construção civil no Brasil tendeu a inibir a reorganização do seu modelo de produção, afastando-se de uma real modernização, pois, enquanto mercadoria, e através da exploração do trabalho, ela garantia aos setores empresariais uma taxa de lucro muito superior do que qualquer outra atividade produtiva e absorvia a massa de trabalhadores sem especialização que estavam até então desempregadas.

A nova política contemplava a necessidade de estimular um importante setor industrial - o da construção civil, e com isso absorver significativo número de empregados sem qualificação profissional, amenizando as possíveis pressões contra o desemprego que o controle a inflação ameaçava provocar. Não se tratava mais, portanto, de construir moradias para assegurar condições mínimas de vida ao operariado, mas sim, de prover empregos para uma considerável parcela da população, sem alternativas de obter trabalho. (FINEP, 1985, p. 88)

Como afirma Folz, afim de reduzir o preço das habitações, a área das unidades foi reduzida de tamanho (tinham em torno de 50m²), os espaços coletivos dos conjuntos deixaram de ter relevância e também foram paulatinamente suprimidos, os conjuntos de modo geral passaram a evidenciar a falta de qualidade tanto no projeto quanto na construção. Além disso, os conjuntos tornaram-se cada vez mais populosos, chegando à 2500 pessoas, essas unidades de vizinhança de grandes proporções deixaram de se apresentar como uma exceção e se tornaram praticamente uma regra (FOLZ, 2002, p.31). As tipologias padrão desenvolvidas para o BNH eram casas unifamiliares isoladas ou blocos repetitivos de apartamentos de até 4 pavimentos sem elevador.

Figura 25 - Exemplos de conjuntos viabilizados pelo BNH.

Em 1974, o ciclo de prosperidade da economia brasileira chegou ao fim. O grande salto desenvolvimentista e o crescimento industrial e produtivo regidos pelos militares, o chamado "milagre econômico", duraram enquanto as condições internacionais eram favoráveis. O ciclo se encerrou quando os empréstimos estrangeiros se tornaram mais escassos, e quando o preço do combustível aumentou significativamente em função do choque do petróleo. A crise se agravou e setores da burguesia industrial começaram a discordar dos rumos da política econômica. Em 1974, industriais paulistas lideraram a campanha pela desestatização da economia, a fim de que os recursos que o governo destinava às empresas estatais fossem transferidos para o setor privado.

Nesse mesmo momento, os conflitos urbanos se agravavam, simultaneamente a um intenso processo de especulação imobiliária, sem que houvessem reações que defendessem concretamente a função social da propriedade urbana. O que gerou um “quadro de escassez de oferta habitacional para a baixa renda, o crescimento das ocupações de terra e da favelização e a abertura generalizada de loteamentos, totalmente à margem da legislação” (BONDUKI, 1994, p.321). E, se no setor formal os arquitetos já tinham dificuldades de atuar a partir de sua atribuição profissional, no setor informal essa possibilidade de atuação era completamente esvaziada.

Ergueu-se assim, em volta de uma pequena parcela de cidade edificada pelos agentes imobiliários capitalistas de acordo com a legislação (a cidade legal), uma cidade real, habitada precária e predatoriamente por contingentes significativos da população, mas que inexistia perante os órgãos públicos que não reconheciam esta cidade produzida espontaneamente por seus habitantes (BONDUKI, 1994, p.321).

Claramente houveram resistências importantes que assumiram certo protagonismo, como o surgimento nos anos 1980 de ‘novos movimentos sociais’, que conforme aponta Pulhez

(2007), estruturaram-se num momento de contestação contra a ditadura militar e tornaram públicos os conflitos sociais existentes, possibilitando o debate sobretudo através do processo de ocupações de terras realizados pelos movimentos de moradia. Aliados a esses movimentos surgiram grupos de arquitetos que trabalharam diretamente com essa população através de Assessorias Técnicas que produziram relevantes obras através de mutirões. Contudo, pelo próprio caráter do processo de produção desses conjuntos socialmente e politicamente engajados não foi possível alcançar uma escala de produção significativa frente aos desafios colocados pela cidade especulativa.

Com o fim do regime militar em 1985, esclarece Bonduki, esperava-se que todo o SFH, incluindo o BNH e seus agentes promotores públicos, as Cohab's, passassem por uma profunda reestruturação, na perspectiva da formulação de uma nova política habitacional para o país. No entanto, por conveniência política do novo governo, o BNH foi extinto em 1986 sem encontrar resistências, além de todos os problemas internos ao governo, a instituição não possuía respaldo positivo da opinião pública. “Com o fim do BNH, perdeu-se uma estrutura de caráter nacional que, mal ou bem, tinha acumulado enorme experiência na área, formado técnicos e financiado a maior produção habitacional da história do país” (BONDUKI, 2008, p.75).

Segundo Fix, “o colapso do BNH foi seguido por um período de fragmentação institucional das políticas urbanas, com sucessivas transferências de responsabilidades entre ministérios e secretarias” (FIX, 2011, p.111). A exemplo disso, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) ganha relevância na década de 1990 através de acordos políticos e econômicos governamentais. Trata-se de uma empresa publico-privada com a finalidade de executar programas habitacionais, em todo o estado de São Paulo, voltados a provisão de moradia para famílias de com renda entre 1 e 10 salários mínimos. A companhia construiu e comercializou desde sua fundação até 2016 mais de 500 mil unidades habitacionais. Segundo da própria CDHU, a empresa é hoje “uma das maiores companhias habitacionais do mundo e movimenta perto de 1 bilhão de reais por ano, orçamento superior à receita da maioria dos municípios paulistas”⁶³.

⁶³ Informação acessada no site: http://www.cdhu.sp.gov.br/a_empresa/escala-atuacao-cdhu.asp em janeiro de 2017

Figura 26 – Exemplos de conjuntos promovidos pela CDHU.

Na escala municipal, um exemplo bastante controverso foi a realização do Projeto Cingapura que surgiu como iniciativa da Secretária Municipal de Habitação de São Paulo, durante a gestão de Paulo Maluf, e pretendia construir conjuntos habitacionais nos próprios terrenos das favelas. O saldo final do programa, cerca de 13 mil unidades construídas, foi uma realização muito menor do que aquela pretendida inicialmente, 30 mil unidades, além disso, o programa foi acusado de tentar criar uma ‘fachada social’ com a intenção de esconder às favelas da visibilidade urbana. A qualidade da construção também era lastimável, “a implantação de alguns conjuntos não fugiu dos problemas construtivos quando situados em terrenos impróprios e as unidades habitacionais de dois dormitórios que eram de 41,78m² foi diminuindo para 37,93m²” (FOLZ, 2002, p.37). De modo geral, a leitura aplicável a esse projeto tem muito mais a ver com a utilização de projetos habitacionais com a finalidade de criar marketing eleitoral, do que a questão do uso da moradia em si.

Figura 27 - Exemplo de obras realizadas dentro do Projeto Cingapura.

O que aconteceu na escala nacional entre os anos 1980 até os dias de hoje corresponde cada vez mais às consequências dos encadeamentos econômicos numa escala global. “O fim da criação de dinheiro atrelado à mercadoria-dinheiro no início da década de 1970 ocorreu num momento em que as perspectivas de lucro em atividades produtivas eram particularmente

baixas” (HARVEY, 2016, p.222). Naquele contexto o capital, segundo Harvey, sofria uma inflexão nas taxas de crescimento exponencial e os excedentes de financeiros dos países desenvolvidos, entre outras estratégias, buscaram retorno em empréstimos como dívida pública aos países em desenvolvimento. Contudo, quando ocorre a crise da dívida no ‘Terceiro Mundo’ entre 1982 e 1990, incorporam-se uma série de ‘condições’ recomendadas pelas agências internacionais que terão como efeito um controle cada vez maior das grandes instituições financeiras sobre as políticas públicas dos países da América Latina. “Os empréstimos eram acompanhados de ‘condicionalidades’ de reformas pró-mercado, com aumento da interferência direta do Banco Mundial na gestão de cada país” (ARANTES apud FIX, 2011, p.117)

Vários acordos foram feitos pelo governo brasileiro junto ao BM nos anos 1980 e 1990, relativos ao modelo de gestão de financiamento do saneamento e à reestruturação do sistema de transportes. Contudo, a reforma do sistema habitacional brasileiro não chegou a se efetivar nessa época, realizando-se inicialmente apenas o saneamento financeiro do FGTS na Caixa Econômica Federal e a redução drástica do volume de empréstimos. O banco pretendia implantar no Brasil um modelo semelhante ao sistema chileno de financiamento habitacional, que estava sendo transplantado para o México com apoio do próprio BM. (FIX, 2011, p.118)

O que resultou desse processo de dependência do Banco Mundial foi uma “separação crescente das políticas habitacionais da sua função social, em favor de uma gestão de mercado, cada vez mais financeirizada” (ARANTES apud FIX, 2011, p.117). As teses de Lúcia Shimbo, Mariana Fix e Luciana Royer compilam uma enorme contribuição na caracterização dos agentes e dos processos envolvidos no esquema de financeirização da ‘habitação de interesse social’ no Brasil. Essas pesquisas são fundamentais para a compreensão da realidade contemporânea baseada na constituição de um ‘segmento econômico’ que vai potencializar ainda mais o predomínio do valor de troca da moradia ante ao valor de uso e que vai vincular de forma cada vez mais sensível a produção habitacional aos ciclos econômicos do capitalismo.

Como vimos no capítulo anterior o processo de fragmentação social é interiorizado pelo capital como estratégia de criar nichos de mercados consumidores. Para Harvey, a segmentação baseada em raças, etnias e classes dentro do mercado de trabalho e habitação são marcas características em todas as formações sociais capitalistas. (HARVEY, 2016, p.72). Portanto, a criação do ‘segmento econômico’ acaba integrando uma considerável parte da população com mínimas condições de vida a um mercado imobiliário completamente dependente de novos clientes. Por um lado, a existência desse segmento é justificada por uma demanda real, e praticamente emergencial, de um grande contingente da população que realmente necessita de um teto; e por outro, o segmento econômico age assumindo e justificando uma situação de

estabilização e naturalização da pobreza. O ‘ajustamento social’ resultante desses empreendimentos irá se apoiar na construção de um imaginário de desejo pela casa própria e propiciando a expansão da forma mercadoria.

O segmento econômico, segundo Fix, corresponde a “uma invenção político-imobiliária de vulto, que impõe com seu aparente triunfo a derrota de lutas sociais por uma produção da cidade não-mercantil, com a qualidade arquitetônica e urbana definidas segundo outros parâmetros” (FIX, 2011, p.219). O triunfo do segmento econômico se define, portanto, enquanto a produção de um mínimo acessível dentro da cidade formal, onde a qualidade urbana e arquitetônicas também serão mínimas. O Programa Minha Casa, Minha vida, enquanto atual programa de provisão de moradia servirá como modelo para a discussão dos limites do mínimo que a provisão formal de moradia tem destinado à população brasileira.

2.2 O PMCMV

Figura 28 - Exemplo da produção do PMCMV.

(Minha Casa, Minha Vida) O nome do programa – festejado por muitos pelo seu aspecto de slogan publicitário – indica já o tipo de imaginário que se pretendia produzir em torno, mais uma vez, da ideologia da casa própria. Essa ideologia – que tem um campo material amplo para prosperar no Brasil, diante da escassez de alternativas, das ameaças de despejos nas favelas e cortiços, da instabilidade econômica, da insegurança no emprego, da debilidade das redes de proteção social – foi requisitada como parte de um arranjo que ajudou as empresas no enfrentamento a problemas do setor, anteriores à crise, como reconheceram os próprios agentes econômicos. (FIX, 2011, p.141)

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal com o intuito de viabilizar o acesso à casa própria para famílias de baixa renda. Além do objetivo social, que previa a minimização do déficit habitacional do país, que era de aproximadamente cinco milhões de unidades em áreas urbanas em 2009⁶⁴, o programa influenciou diretamente na cadeia produtiva do setor da construção civil, o que gerou dados positivos para as estatísticas de incremento de empregos formais e de distribuição de renda, além de apontar para ganhos significativos em escala para o comércio e a indústria nacional reforçando modalidades pré-existentes.

Como explica Fix, “as políticas de abertura comercial, estabilidade monetária, reformas estruturais, privatizações e desregulamentação financeira”, iniciadas no final dos anos 1980, continuaram em grande medida até os dias de hoje e inseriram o Brasil na mundialização financeira (FIX, 2011, p.2). Frente a isso, o Programa Minha Casa, Minha Vida, para além do enfrentamento das necessidades habitacionais, foi moldado como medida emergencial para minimizar o impacto da crise internacional de 2008, e buscava amparar o crescimento econômico do país, além de criar empregos que garantissem estabilidade social. O programa foi formulado com intensa participação de representantes de grandes empresas do setor da construção civil, mantendo a oferta de crédito no patamar necessário para que o setor pudesse manter o ritmo acelerado de suas atividades (ROLNIK, 2015, p.130).

O PMCMV foi concebido com o intuito de promover o aquecimento da economia por meio do estímulo ao setor da construção civil, segmento que gera demanda expressiva por mão de obra de baixa qualificação, sendo frequentemente mobilizado como elemento de políticas econômicas anticíclicas em momentos de recessão. Tendo em vista os objetivos macroeconômicos por trás de sua criação, para que o programa pudesse atender a todos os seus propósitos, viabilizar a produção de uma quantidade expressiva de novas moradias num curto espaço de tempo revelou-se uma exigência fundamental, o que exerceu influência determinante sobre o padrão de inserção urbana dos empreendimentos. A convergência de interesses de construtoras, governos locais e o Governo Federal em fazer o programa “rodar” suplantou preocupações com aspectos como a qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos e a articulação da oferta habitacional com uma política fundiária abrangente, uma vez que considerações desse tipo afetariam a velocidade de sua implementação. (ROLNIK, 2015, p.130)

O PMCMV subsidia, desde então, a aquisição de imóveis próprios, sendo casas ou apartamentos, para famílias com renda até R\$1.600,00 mas também facilita as condições de

⁶⁴ Dados da Fundação João Pinheiro em 2009

acesso ao imóvel para famílias com renda até R\$ 5000,00, desde que não possuam casa própria ou financiamento em qualquer unidade da federação, ou tenham recebido anteriormente benefícios de natureza habitacional do Governo Federal. A seleção dos beneficiários é de responsabilidade das prefeituras para as famílias que se encaixam na faixa 1 do programa. Nas outras faixas de renda a contratação é feita diretamente com a construtora com financiamento pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

Logo, como aponta Ferreira, O Programa Minha Casa Minha Vida oferece às construtoras privadas, um papel central na definição dos resultados do programa em amplos aspectos já que são elas que incorporam os empreendimentos para as faixas de renda acima de 3 salários mínimos, e possuem autonomia e vinculação direta com instituições financeiras privadas, que acessam os créditos do programa. Já nas faixas de 0 a 3 salários mínimos, as prefeituras passam a ter um papel um pouco mais importante, assim como a Caixa, “já que são elas que definem os empreendimentos, eventualmente (ou muitas vezes) cedem a terra, e intermedeiam os empréstimos da Caixa. Mas mesmo neste caso são as construtoras as responsáveis pela construção dos conjuntos” (FERREIRA, 2015, p.2).

A expressão ‘habitação social de mercado’ formulada por Lúcia Shimbo (2010), resume e revela a confluência entre Estado, mercado imobiliário e capital financeiro, que vem se constituindo no Brasil desde os anos 1990, através de instrumentos institucionais e jurídicos “que prepararam o terreno para a ampliação e a consolidação da produção privada de moradias, inclusive para uma faixa de renda familiar que anteriormente não era atendida pelo mercado formal promovido por grandes empresas” (SHIMBO, 2010, p.23). Essa indefinição entre Estado e mercado acaba por institucionalizar o suporte do fundo público na atuação do setor privado, o que potencializa o processo de acumulação das empresas ligadas à construção civil e o setor privado de um modo geral. Esse suporte estatal ganha tons ainda mais complexos em função do progressivo abandono das políticas públicas de habitação e do sucateamento dos setores da administração pública da área de habitação e desenvolvimento urbano.

Para além dos programas habitacionais formalmente institucionalizados, o histórico da política habitacional brasileira é marcado por diversos mecanismos regulatórios que favorecem determinados atores que fazem parte da estrutura de provisão de habitação e que, em última instância, conformam a política como um todo. No caso do Brasil, esses mecanismos acabam por favorecer, majoritariamente, a atuação do mercado privado, resultando num longo processo de canalização de recursos públicos e semi públicos para esse setor. (SHIMBO, 2010, p.63)

Nessa perspectiva, a principal ação do governo se dá através da economia política e a própria regulação dos demais setores estatais, cada vez mais, flexibiliza-se para atender os interesses do capital. A habitação consolida-se como propriedade privada em *stricto sensu*, o que acaba por obliterar tanto seus valores subjetivos quanto sua dimensão democrática, trata-se da sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, como fora abordado anteriormente. O Estado, pressionado e contagiado pelo mercado, entra no jogo do capital fictício que faz a roda da economia girar mais rápido, no entanto, essa agilidade acaba rompendo de vez com os singelos laços de solidariedade social existentes e desestabiliza uma série de direitos alcançados. Esse processo acaba, também, amortecendo as resistências que haviam se consolidado historicamente, é o caso dos movimentos sociais, que não puderam participar da configuração do programa, e tornaram-se mais uma fração dentre os beneficiários.

O protagonismo dos setores privados no Brasil resulta em efeitos nada otimistas para as cidades, isso porque, como vimos até aqui, a lógica do mercado está baseada no lucro e não em um resposta qualitativa e transcendente para a questão da moradia. A manutenção do modo de produção da construção civil oligopolizado e a introdução do modelo neoliberal no Brasil, deram o suporte necessário para institucionalização do setor privado dentro da gestão das políticas públicas de habitação. Esse processo de ‘privatização’ foi crescentemente amparado pela ‘artificial’ confiança no mercado.

Não é que o mercado seja sempre preferível em relação a gestão pública, é que os ‘fracassos do Estado’, supostamente, são mais prejudiciais que os do mercado. Por isso, as tecnologias do *management* privado são consideradas remédios mais eficazes aos problemas gerados pela gestão administrativa do as regras do direito público⁶⁵. (DARDOT e LAVAL, 2013, p.291)

A eficiência do mercado, no entanto, tem como finalidade o lucro e a acumulação de capital, interesses que divergem completamente das reais demandas sociais e de uma perspectiva urbana qualitativa e igualitária. Dessa mesma lógica, que transforma habitação em mercadoria, se refletem as imagens de periferias que são a repetição infinita de objetos praticamente idênticos que estão à venda e que também tem função de moradia. “O que se vê são conjuntos enormes, monótonos pela repetição infinita de tipos habitacionais, com um padrão construtivo de baixa qualidade arquitetônica” (FERREIRA, 2015, p.2). Ainda assim, a retórica neoliberal, como demonstram Dardot e Laval (2013) fará a defesa de um Estado mínimo, ou seja, cada vez mais enxuto. A evidente contradição desse processo é que o Estado já tem minimizado todas as suas políticas sociais, o PMCMV ilustra justamente o predomínio

⁶⁵ Tradução nossa.

do setor privado nas decisões sobre o crescimento das cidades. “O MCMV injeta fundo público em um sistema no qual os novos espaços são formulados predominantemente segundo os atuais critérios e parâmetros dos negócios imobiliários” (FIX, 2011, p.223). Os efeitos dessa dinâmica claramente demonstram a incompetência do setor privado em decidir o futuro das cidades.

2.3 Escalas e leituras

2.3.1 A cidade

Figura 29 – Exemplo de ‘inserção urbana’ de um dos conjuntos do PMCMV

A concepção do movimento moderno sobre a questão da moradia, sobretudo àquela promovida no âmbito socialista, como vimos no primeiro capítulo, foi construída sob bases que prezavam pela economia de meios a fim de distribuir o máximo de alojamento à população trabalhadora. Apesar de seu caráter reformista, a provisão habitacional desse período estava arraigada em uma perspectiva progressista e, acima de tudo, alicerçada em um ideal de emancipação através da conjunção da arte com as forças produtivas. Mesmo o discurso sobre a relação célula-cidade, onde a moradia era entendida enquanto parte de um organismo urbano, provia ao debate uma visão um pouco mais ampla sobre as necessidades da população através de seu entrelaçamento com os equipamentos coletivos.

Nesse sentido, a escala dos conjuntos habitacionais que atenderiam às massas era mensurada através da capacidade urbana em atender as necessidades individuais e coletivas, e essa reciprocidade entre a célula privada e o espaço público fazia parte de uma única razão. Dentro dessa lógica, fica evidente que a diminuição da área interna das moradias somente é

coerente por estar vinculada a uma maior oferta de espaços públicos e coletivos nas cidades. Ou seja, se por um lado se contingenciava a dimensão das casas, por outro se ampliava o oferecimento de espaços de qualidade fora delas. Além disso, e não por acaso, uma das principais prerrogativas levantadas pelo movimento moderno era o fim da propriedade privada do solo. Contudo, extraído o conteúdo político, a referência moderna na construção de conjuntos habitacionais acabou ficando restrita à formalismos e tecnicismos.

O que vimos até aqui é que a influência do capitalismo dentro processo histórico de formulação do padrão da habitação popular acaba por produzir o deslocamento simbólico da concepção moderna das cidades. Ao inverter à lógica da dimensão pública e coletiva unicamente em favor dos interesses da propriedade privada perde-se o condicionante que dava sentido à razão construída pelo movimento moderno, onde o interesse público era imperativo. O mesmo ocorreu historicamente no Brasil, onde as políticas habitacionais quase sempre estiveram diretamente vinculadas à prerrogativas econômicas dominantes, que mantiveram discursos à favor da modernização, mas se mostraram omissas em promover as contrapartidas urbanas necessárias.

Esse desequilíbrio à favor dos interesses financeiros intensifica as desigualdades, através de uma realidade que se repete em todo o território nacional, extensos conjuntos habitacionais, com moradias muito pequenas, inseridas em contextos urbanos periféricos que são resultado dos mínimos investimentos. Desse modo, a população mais carente é ‘beneficiada’ com uma pequena propriedade, localizada em áreas que não contam com equipamentos públicos e coletivos suficientes ao tamanho de suas demandas.

A análise da produção atual do “segmento econômico” evidencia que, em grande parte dos empreendimentos habitacionais, não têm sido verificadas boas soluções na escala da inserção urbana. O espraiamento urbano, segregação sócio espacial, consolidação de grandes vazios urbanos, bairros monofuncionais, formação de áreas isoladas ou desarticuladas da malha urbana, sem diversidade de usos e grupos sociais, caracterizam padrão de produção das cidades que já se mostrou insustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social. (FERREIRA, 2012, p.64)

Conforme afirma Ferreira, “Se ainda a questão fosse apenas a falta de diversidade e a mesmice do projeto, em uma excelente implantação, respeitosa do relevo, com praças e equipamentos, arborização abundante e facilidades de comércio, esse problema talvez impactasse menos” (FERREIRA, 2015, p.3). Contudo o que acontece com a inserção urbana das unidades é tão catastrófico quanto o que acontece com o desenho das unidades, “o que se vê é a opção por implantações com abuso de movimentação de terra (muito impactantes

ambientalmente), ou em planícies infinitas e áridas, longe da cidade, com uso somente residencial, sem oferta de serviços nem de equipamentos em quantidade e qualidade necessárias e, é claro, sempre muradas” (FERREIRA, 2015, p.3).

Essa condição insustentável das cidades brasileiras é, de fato, sustentada pela razão econômica neoliberal. O mercado e suas práticas ‘exemplares’ legitimam a segregação do solo e a especulação imobiliária. A sociedade, formalmente igualitária no campo jurídico, naturaliza as desigualdades urbanas pois perde, paulatinamente, a crença em sua dimensão coletiva. O espírito de competitividade anula a empatia entre os sujeitos e permite que a segregação sócio espacial seja compreendida e socialmente aceita. Os beneficiários dos programas de auxílio social como o PMCMV tornam-se foco de preconceito dentro de uma lógica social de competição e segregação entre os indivíduos, e alvo da criminalização da pobreza. Dessa maneira, o desequilíbrio urbano, oriundo da desigual distribuição de infraestruturas e investimentos é amplamente naturalizado e admitido. (DARDOT e LAVAL, 2013)

Apesar dos empreendimentos do PMCMV, na maior parte dos casos, oferecerem condições de moradia melhores do que a das favelas ou dos assentamentos precários, os conjuntos do programa acabam mantendo diversas das marcas da precariedade que pretendiam substituir. Além de, em grande parte dos casos, não conseguir promover a melhora da qualidade urbana nos contextos locais onde são implantados, os empreendimentos habitacionais tendem a sobrecarregar os equipamentos existentes e gerar ainda mais conflitos sociais. Desse modo, resta pouco espaço para construção de resistências e para a criação de espaços coletivos que de fato sirvam como continuidade das moradias para além da esfera privada.

Como a disponibilidade de terras não está nos grandes centros urbanos, onde se concentra a maior demanda habitacional, são as cidades pequenas e médias que viraram o alvo da ação das construtoras: pipocam conjuntos do MCMV, em terrenos distantes e com péssima acessibilidade, onde a terra é mais barata, em uma equação mais lucrativa para a construtora. Nas regiões metropolitanas, o programa vem acentuando o processo de espraiamento urbano: a simples possibilidade de aquisição para um empreendimento do programa faz explodir os preços fundiários, fazendo com que até mesmo os conjuntos para faixas de renda média sejam lançados cada vez mais longe (FERREIRA, 2012, p.54).

Essa falta de equipamentos e espaços coletivos de qualidade, potencializa o caráter opressivo das pequenas moradias, uma vez que os moradores não tem muitas opções de espaço e de vivência além de seu espaço privado. Resta, em muitos casos, apenas as áreas comuns dos condomínios que, quase invariavelmente, se resumem à coberturas para churrasqueiras, pequenos e tradicionais parquinhos infantis, campos de futebol ou estacionamentos. Essas áreas

obedecem, em grande parte dos casos, aos mínimos estabelecidos pela legislação municipal de onde se localizam.

Os limites do mínimo, regulamentados pelo Estado através de uma cartilha única como especificações de projeto, contribui para o abandono de planos estratégicos e para o esgotamento das dimensões conflitivas em escalas mais locais. Um evidente contrassenso pois o Brasil é um país de dimensões continentais, com regiões e conformações urbanas bastante heterogêneas, onde seria irracional do ponto de vista social e ambiental institucionalizar um programa federal que possibilita, e condiciona, a produção de em unidades exageradamente padronizadas e compactas distribuídas por todo seu território, não fosse a imperativa razão mercadológica atuando sobre todas as outras.

O desenho do programa é um fator determinante para a reprodução do padrão periférico da moradia da população de baixa renda no país. O protagonismo das construtoras na proposição de projetos e na seleção de terrenos relega a inserção urbana dos empreendimentos a uma questão de relevância secundária, senão inexistente. Embora alguns municípios assumam um papel mais ativo no planejamento da oferta de habitação popular e na alocação de terrenos para essa finalidade, o programa consolida um modelo em que a oferta de habitação se transforma fundamentalmente num negócio, sendo orientada por uma lógica em que a maximização dos ganhos das empresas se torna a principal condicionante do modo como os terrenos são escolhidos e de como os projetos são elaborados. (ROLNIK, 2015, p.131-2)

Como o custo do terreno participa da composição dos preços de venda do imóvel e interfere nos resultados financeiros do agente promotor, a diminuição de área das unidades leva os projetistas a ‘encaixarem’ o máximo de unidades de habitação em um mesmo empreendimento. Portanto a questão da terra é fundamental para a discussão das condições mínimas de moradia. Segundo Fix, o modelo de distribuição de moradias pelo viés do mercado vai paulatinamente resistir à implementação de instrumentos que tentam viabilizar a democratização do acesso à terra. De modo contrário, o setor privado “procura maximizar os ganhos por meio de operações especulativas com a terra, ou seja, busca a valorização de modo dissociado ou prevalente em relação ao circuito de reprodução produtiva do capital” (FIX, 2011. P.142). Segundo Fix, “O Minha Casa Minha Vida não se propôs a enfrentar a questão fundiária, apesar do consenso entre movimentos populares, militantes e pesquisadores da área de que não há como desenvolver uma política habitacional sem enfrentar ‘o nó da terra’⁶⁶ (FIX, 2011. P.142).

⁶⁶ Expressão utilizada por Ermínia Maricato e título de texto da urbanista sobre o assunto, segundo nota da autora.

O programa suplantou orientações do Estatuto da Cidade e os procedimentos de planejamento locais como Planos Diretores e Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS. Como demonstram Lopes e Shimbo, a cidade de São Carlos-SP cresceu fisicamente cerca de 10% em um curtíssimo período de tempo; “foram quase 7 mil unidades novas, construídas em pouco mais de 3 anos, numa cidade que registrava, naquele momento, em torno de 70.000 domicílios permanentes⁶⁷” (2015, p.230). O PMCMV foi, portanto, o agente definidor do desenvolvimento das cidades nos últimos anos sem se aliar à estratégias que ajudassem a lidar com problemas urbanos historicamente construídos. Mesmo características positivas do programa, como a utilização do estoque de terras existente viabilizando a incorporação de terrenos relativamente bem inseridos, correspondeu a uma questão muito mais financeira do que vinculada a decisões de agentes públicos do planejamento urbano.

Após o anúncio do pacote Minha Casa Minha Vida – mesmo antes de as obras se iniciarem – o setor da construção liderou a alta na Bolsa, com destaque para as empresas voltadas ao segmento econômico. Boa parte dos primeiros empreendimentos utilizou estoque de terras das empresas, área de grande extensão que, de outro modo, estaria sem destinação. (FIX, 2011. P.141)

O desenho do programa favorece, sobretudo para a faixa de renda entre 0 a 3 salários, a viabilização de conjuntos em áreas rurais, que tornam-se urbanas através de articulações bastante controversas. “A operação depende da mudança nos limites do perímetro urbano autorizada pelas Câmaras Municipais que, frequentemente, representam os interesses dos proprietários de terra” (FIX, 2011. P.143). Esse instrumento será fundamental para garantir o lucro dos agentes envolvidos; “Apenas essa mudança da venda da terra de hectares (área rural) para metros quadrados (área urbana) é mecanismo poderoso de apropriação de renda” (FIX, 2011. P.143). O aumento vertiginoso do preço da terra ocasionado pela movimentação do setor imobiliário torna cada vez mais difícil a produção de habitação para renda mais baixa, e, consequentemente limita ainda mais a possibilidade de repasse de recursos para a melhoria de qualidade das unidades mínimas.

2.3.2 A unidade

As normas de projeto dentro do programa, em resumo, definem grande parte dos ‘limites’ de desenho para as unidades habitacionais do PMCMV, por meio de uma padronização através do mobiliário que pré-estabelece um layout único, e que de certo modo, ‘trava’ as áreas

⁶⁷ IBGE, 2010.

mínimas para cada um dos cômodos que compõem a unidade. Assim, a missão do projetista, que trabalha em função da lógica da empreiteira, se concentra em projetar com uma equação muito rígida, semelhante a um jogo de encaixar peças prontas, onde o dimensionamento mínimo das normas do programa, torna-se o parâmetro máximo ideal para a viabilização da construção com o máximo lucro.

Ministério das
Cidades

Programa Minha Casa Minha Vida / FAR Especificações Mínimas

Apartamento* / Casa sobreposta* / Village* / Sobrado** (Para contratação com valor máximo de aquisição da unidade de acordo com o item 7.1 do Anexo I da Portaria N° 465, de 03 de outubro de 2011)

Projeto	Unidade habitacional com sala / 1 dormitório para casal e 1 dormitório para duas pessoas / cozinha / área de serviço / banheiro.
DIMENSÕES DOS CÔMODOS (Estas especificações não estabelecem área mínima de cômodos, deixando aos projetistas a competência de formatar os ambientes da habitação segundo o mobiliário previsto, evitando conflitos com legislações estaduais ou municipais que versam sobre dimensões mínimas dos ambientes)	
Dormitório casal	Quantidade mínima de móveis: 1 cama (1,40 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,60 m x 0,50 m). Circulação mínima entre mobiliário e/ou paredes de 0,50 m.
Dormitório duas pessoas	Quantidade mínima de móveis: 2 camas (0,80 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,50 m x 0,50 m). Circulação mínima entre as camas de 0,80 m. Demais circulações mínimo de 0,50 m.
Cozinha	Largura mínima da cozinha: 1,80 m. Quantidade mínima: pia (1,20 m x 0,50 m); fogão (0,55 m x 0,60 m); e geladeira (0,70 m x 0,70 m). Previsão para armário sob a pia e gabinete.
Sala de estar/refeições	Largura mínima sala de estar/refeições: 2,40 m. Quantidade mínima de móveis: sofás com número de assentos igual ao número de leitos; mesa para 4 pessoas; e Estante/Armário TV.
Banheiro	Largura mínima do banheiro: 1,50 m. Quantidade mínima: 1 lavatório sem coluna, 1 vaso sanitário com caixa de descarga acoplada, 1 box com ponto para chuveiro – (0,90 m x 0,95 m) com previsão para instalação de barras de apoio e de banco articulado, desnível máx. 15 mm; Assegurar a área para transferência ao vaso sanitário e ao box.
Área de Serviço	Quantidade mínima: 1 tanque (0,52 m x 0,53 m) e 1 máquina (0,60 m x 0,65 m).
Em Todos os Cômodos	Espaço livre de obstáculos em frente às portas de no mínimo 1,20 m. Deve ser possível inscrever, em todos os cômodos, o módulo de manobra sem deslocamento para rotação de 180° definido pela NBR 9050 (1,20 m x 1,50 m), livre de obstáculos.
CARACTERÍSTICAS GERAIS	
Área útil (área interna sem contar áreas de paredes)	39,00 m²
Pé direito mínimo	2,30 m nos banheiros e 2,50 m nos demais cômodos.
Cobertura	Sobre laje, em telha cerâmica ou de fibrocimento (espessura mínima de 5 mm), com estrutura de madeira ou metálica. Admite-se laje inclinada desde que coberta com telhas.
Revestimento Interno	Massa única, gesso (exceto banheiros, cozinhas ou áreas de serviço) ou concreto regularizado para pintura.
Revestimento Externo	Massa única ou concreto regularizado para pintura.
Revestimento Áreas Molhadas	Azelejo com altura mínima de 1,50 m em todas as paredes do banheiro, cozinha e área de serviço.
Revestimento áreas comuns	Massa única, gesso ou concreto regularizado para pintura.
Portas e Ferragens	Portas internas em madeira. Admite-se porta metálica no acesso à unidade. Batente em aço ou madeira desde que possibilite a inversão do sentido de abertura das portas. Vão livre de 0,80 m x 2,10 m em todas as portas. Previsão de área de aproximação para abertura das portas (0,60 m interno e 0,30 m externo), maçanetas de alavanca a 1,00 m do piso.
Janelas	Completa, de alumínio para regiões litorâneas ou meios agressivos e de aço para demais regiões. Vão de 1,50 m² nos quartos e 2,00 m² na sala, sendo admissível uma variação de até 5%.
Pisos	Cerâmica em toda a unidade, com rodapé, e desnível máximo de 15mm. Cerâmica no hall e nas áreas de circulação internas. Cimentado alisado nas escadas.

Figura 30- Reprodução da tabela de especificações para projeto de empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV, Fase 2 do programa – Resolução para apartamentos. Fonte: Cartilha do Programa divulgada pela CEF, acessada via construtoras.

As normas da CEF são as mesmas para todo o país e tem demonstrado seu poder de flexibilizar a legislação das esferas estaduais e municipais ao se sobrepor à elas, mesmo que isso venha a passar por cima de planos diretores ou códigos-de-obra. Essa flexibilização surge a partir de uma combinação de diversos interesses, sobretudo dos representantes políticos das esferas locais que aceitam as mudanças que vem sobrepor às normas edilícias vigentes, mesmo

que ajam perdas qualitativas, a fim de viabilizar o máximo de moradias sob seus mantados. As regras do programa determinam o padrão mínimo de unidade habitacional que representa uma moradia extremamente compacta, o que pode ser constatado mediante à uma comparação entre o PMCMV e as normativas de outros países conforme indica a tabela:

Tabela1: Área útil das unidades habitacionais (em metros quadrados)

	Um dormitório	Dois dormitórios	Três dormitórios
Brasil			
- MCMV	–	32	–
- Programa atualizado	–	39,8	–
–			
Argentina (<i>Buenos Aires</i>)	35,7	44,2	52,7
Espanha (Catalunha)	20	40	56
França	28	56	76
Inglaterra e Gales (<i>English Partnerships</i>)	44	67	92
Portugal	34	47	59
Venezuela	27,8	33,8	39,8

Tabela1: Área útil das unidades habitacionais (em metros quadrados)Fonte: Análise das exigências de área aplicáveis às habitações do programa «Minha Casa Minha Vida». In PEDRO, J. Branco; BOUERI, J. Jorge (Coord.) – Qualidade espacial e funcional da habitação. Cadernos Edifícios n.º 7. Lisboa: LNEC, 2012. pp. 89-106 (17).

Comparada aos padrões de outros países, fica evidente a exagerada contenção de área do padrão mínimo do PMCMV (sobretudo na Fase 1 do programa) e, principalmente, a ausência da possibilidade de criar unidades com mais ou menos quartos, através da promoção de unidades com um, três ou mais dormitórios. Isso reforça o conjunto de inconsistências sobre o qual se pauta o atual padrão mínimo da habitação no país, que, parte de um pressuposto de organização social antiquado e que contraria absolutamente a heterogeneidade das composições familiares contemporâneas. Além disso, o modelo praticado pelo PMCMV ignora outras possibilidades construtivas como soluções de flexibilidade nos apartamentos e de previsão para expansão dos imóveis, nos casos das casas isoladas.

Se para a produção automobilística a repetição seria sinônimo de aperfeiçoamento e qualidade, no caso das moradias a racionalização da construção leva à repetição infundável de casas iguais, o que tem impacto estético bastante negativo, mas também afeta a riqueza dos espaços construídos, gerando bairros sem personalidade, casas que pecam pela mesmice. Isso quando a adoção de sistema construtivo específico por uma construtora não a leva a repetir indiscriminadamente a tipologia pelo País afora, independentemente das características climáticas e culturais de cada região, o que é mais grave (FERREIRA, 2012, p.86)

A própria CEF, durante a primeira fase do programa, veiculou dentro da cartilha do programa, imagens de plantas-baixas com exemplos de projetos aplicáveis em

empreendimentos do programa, tanto para casas, quanto para apartamentos. As tipologias apresentadas já demonstravam exemplarmente o contingenciamento do mínimo ao atender as regras de dimensionamento do programa dentro de seu limite extremo. Os projetos propostos não faziam nenhuma ressalva sobre o conforto ambiental das unidades, ou sobre a morfologia dos terrenos onde poderiam ser implantados, muito menos sobre as especificidades regionais e a variedade de composições familiares.

Figura 31 - Reprodução da tabela de especificações para projeto de empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV, Fase 1 do programa. Fonte: Cartilha do Programa divulgada pela CEF, acessada via construtoras.

Como retrata Lúcia Shimbo (2010, p.203), a padronização das unidades, orquestrada pelas empreiteiras, possibilita a execução de ciclos mais rápidos de construção, que aumentam, por sua vez, a taxa interna de retorno dos empreendimentos, ou seja, o lucro para as construtoras. Portanto, como a razão que norteia a produção das moradias é econômica e não social, não existe obrigatoriedade para o mercado em criar soluções projetuais específicas para cada ‘empreendimento’ que atente para questões qualitativas e de bem-estar para seus moradores.

Dentro dessa perspectiva, o que realmente importa para as construtoras é o sistema de controle da produção e de seus custos, através da padronização do processo produtivo, ou seja,

a gestão e o controle da obra. Esse fator justifica e sustenta a valorização dos engenheiros de produção no setor da construção civil, já que eles são os profissionais especializados no controle da produção gerindo os processos e os prazos de execução. As tipologias e a forma arquitetônica são questões de segundo plano, e tendem a refletir, à risca, as especificações da cartilha da Caixa Econômica Federal para o dimensionamento mínimo das unidades habitacionais do PMCMV.

Um dos empreendimentos analisados durante a pesquisa: “Produção do Programa MCMV na região central do estado de São Paulo: inserção urbana e avaliação arquitetônica, construtiva e tecnológica”⁶⁸, exemplifica um empreendimento do PMCMV que seguiu quase milimetricamente o projeto apresentado pela cartilha da CEF. A construtora responsável pelo conjunto habitacional mobilizou e direcionou seus recursos para o desenvolvimento dos projetos executivos, inclusive organizando equipes que desenvolvessem tecnologias de execução de elementos pré-moldados *in loco* para agilizar o processo de produção. Neste caso o uso da ‘tipologia da CAIXA’ foi mais do que uma apropriação de uma racionalização sobre a área útil da moradia, ela também permitiu uma economia e de tempo e de investimento com a contratação de um projeto específico para aquele contexto.

Figura 32- Comparativo dos mobiliários e suas áreas de influência: exigência da CEF e recomendação bibliográfica, respectivamente: Fonte: Elaborado pela pesquisa “Produção do Programa MCMV na região central do estado de São Paulo: inserção urbana e avaliação arquitetônica, construtiva e tecnológica”. Base de dados: Projetos dos empreendimentos fornecidos pela CEF/Construtoras.

⁶⁸ Pesquisa do IAU-USP, coordenado pela Prof. Dr. Lucia Zanin Shimbo e pelo Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes. Projeto - Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012.

A planta do apartamento com a indicação do mobiliário especificado pela CEF, ou seja, pautado nas diretrizes de para dimensionamento das unidades da cartilha do programa, demonstra o ‘ajustamento’ das medidas do apartamento às regras do PMCMV, por outro lado, também demonstra a falta de definição para as áreas de influência do mobiliário dos demais ambientes que não sejam os dormitórios, abrindo precedentes para arranjos problemáticos, como na cozinha onde torna-se inviável abrir a porta da geladeira ao mesmo tempo que se abre o forno.

Numa leitura geral sobre o padrão do mobiliário mínimo instituído pelo PMCMV, fica nítida limitação da escolha dos móveis que devem atender a cada um dos ambientes, o que é determinante para o projeto de unidades excessivamente mínimas e que não atendem à outras demandas, por exemplo, as diretrizes não levam em conta a previsão de um espaço para colocar uma mesa para estudo ou mesmo um computador, também não prevê espaço, mesmo que provisório, para o uso de uma tábua de passar, ou de um berço. O programa não refletiu sobre usos e demandas reais e completamente populares, resumindo seu foco em selecionar móveis elementares que atendem apenas as necessidades mais básicas da manutenção da vida.

O uso do mobiliário como referência para o dimensionamento das unidades parece muito mais um recurso heurístico que tenta, sem sucesso, subjetivar o dimensionamento mínimo em favor de uma escala humana, uma forma que se difere da ação de designar uma área em metros quadrados para cada cômodo. Porém, esse modelo não se demonstra mais coerente, pelo contrário, ele influencia negativamente na composição de um modo rígido de distribuição do mobiliário, ou seja, o formato dos ambientes, decidido em função de uma proposta de layout abstrata, restringe outras possibilidades a serem definidas pelos próprios moradores, implicando que tudo fique no mesmo lugar, como peças que se encaixam em seus moldes.

Logo, podemos depreender que as diretrizes não agem em defesa de um modo de morar que respeite os moradores e que garanta qualidade espacial dentro das moradias. O programa mantém-se em função de uma congestão de interesses, oriundos de todas as partes e de todos os agentes do processo. Para além disso, sobra pouco espaço para a discussão da real finalidade da moradia para o povo dentro de seu contexto social.

O problema é que qualidade urbana e arquitetônica é um conceito difícil de se apreender, e milhares de casinhas alinhadas a quilômetros de qualquer facilidade urbana ou conjuntos enfileirados de quatro andares com apartamentos de menos de 40m² são, por incrível que pareça, vistos como um avanço pela maioria dos envolvidos. Da presidente aos prefeitos, o resultado rápido e visível dessa produção maciça é sedutor eleitoralmente e faz brilhar os olhos dos políticos. Para as

construtoras, é lucrativo. E, para os moradores beneficiados, a perspectiva da moradia formal e regularizada, mesmo que não seja nada além de um teto longe de tudo ou de um apartamento de tamanho impraticável, é vista como uma efetiva melhoria de vida (FERREIRA, 2015, p.6).

As suas normas são definidas estruturalmente em um arranjo bastante rígido e formatado, onde os parâmetros de produção, são alicerçados na viabilidade econômica e nos lucros, através do controle da execução. O projeto da unidade em si é um dos fatores menos relevantes dentro do desenvolvimento do programa, tanto que da fase 1 para a fase 2, a única alteração relevante sobre o dimensionamento das unidades foi a exigência de que todas as unidades fossem projetadas cumprindo as normas de acessibilidade, o que por um lado garantiu a ampliação de áreas, mas por outro gerou configurações tipológicas ainda mais restritivas.

Investigando as possíveis origens desse modelo de dimensionamento, localizamos dentro do histórico de provisão habitacional chileno algumas diretrizes de projeto que se assemelham bastante com as disposições normativas para projeto empregadas pelo PMCMV. As normas chilenas, datadas de 1984 também partem do dimensionamento do mobiliário e preveem para além do tamanho dos itens, ‘espaços de operação’ necessários para sua utilização. As descrições através de desenhos chegam a ser mais detalhadas do que as diretrizes brasileiras propostas em 2009 e 2011.

Figura 33 - tabela de especificações para projeto: materiais básicos

El Reglamento Especial de Viviendas Económicas - D.S. N° 168/ 84-, establece estándares habitacionales que constan en Cuadros Normativos, y también un Método de Condicionantes Mínimas que deben ser considerados en las propuestas, para esta línea de acción. (PÉREZ, 2011)

Segundo Rolnik, o Chile serviu como laboratório para as políticas neoliberais na América Latina, durante a ditadura de Pinochet no final dos anos 1970. Sob sua condição de participante do terceiro mundo o país foi submetido “as fórmulas neoliberais propostas pela Escola de Chicago em vários domínios das políticas, reduzindo, em tese, a intervenção do Estado, promovendo a participação do mercado e focalizando subsídios públicos aos grupos de extrema pobreza” (ROLNIK, 2012). Naquele momento setores como serviços públicos e educação e foram privatizados, e importantes políticas públicas, tais como a habitação passaram por reformas. Inclusive, “As reformas dos sistemas financeiro e previdenciário contribuíram para criar fundos privados de investimentos do novo mercado de hipotecas” (Arantes apud FIX, 2011, p.119).

Implementada sistematicamente durante mais de três décadas, inclusive durante os governos da Concertación (coalizão de centro-esquerda), o modelo de política habitacional adotado pelo Chile é quase igual à fórmula do programa “Minha Casa, Minha Vida”: subsídios públicos individuais permitem às famílias de menor renda comprar no mercado produtos ofertados por construtoras privadas. O modelo se completa com disponibilidade de crédito: quanto menor é a renda, maior é o subsídio e menor é a parcela de crédito que entra para viabilizar a compra. (ROLNIK, 2012)

Segundo Pérez, o programa chileno também teve um papel bastante ideológico com o objetivo de estimular o desejo da população pela propriedade privada. Alguns dos slogans da política da casa própria vinculados pelo Ministério de Habitação e Urbanismo diziam: “acessar a casa própria contribui para a segurança e tranquilidade da a família e para a preservação do patrimônio habitacional”⁶⁹ (MINVU 1980 apud PÉREZ); outra frase era: “fazer do Chile um país proprietários dignos agindo subsidiariamente em favor das famílias mais modestas”⁷⁰ (MINVU 1982 e 1989 apud PÉREZ). Segundo Rolnik, o sistema de provisão habitacional chileno praticamente eliminou a produção informal de habitação no país “e criou, ao longo do período, mais de um milhão de soluções habitacionais, transformando-se em grande referência de política habitacional, louvada por organismos e consultores internacionais” (ROLNIK, 2012). Contudo, esse cenário se alterou e hoje existem diversas manifestações sociais denunciando os efeitos negativos das políticas de privatização.

⁶⁹ Tradução nossa.

⁷⁰ Idem.

As centenas de milhares de casas e apartamentos da supostamente exitosa política habitacional chilena produziram um território marcado por uma segregação profunda, onde o “lugar dos pobres” é uma periferia homogênea, de péssima qualidade urbanística e, muitas vezes, também, de péssima qualidade de construção, marcada ainda por sérios problemas sociais, como tráfico de drogas, violência doméstica, entre outros. Para se ter uma ideia, vários conjuntos habitacionais já foram demolidos (!) e muitos outros se encontram em estudo para demolição. (ROLNIK, 2012)

O que resta dessa possível aproximação é perceber que os resultados alcançados pelo ‘modelo’ que inspirou o PMCMV não propicia uma perspectiva muito otimista sobre o futuro do Brasil com relação às cidades, e essa questão será abordada mais a frente relatando o cenário geral da América Latina. Já no que diz respeito ao modelo de dimensionamento, não encontramos informações suficientes para compreender a motivação dessa estratégia de projeto aplicada às moradias; Uma possível abordagem é que o programa chileno, pelo menos até o início de 1980 entregava para a população mais carente as moradias já mobiliadas: “La vivienda básica es entregada con equipamiento de una cama de 1 y 1/2 plaza, 2 camarotes de 2 camas c/u, una mesa de comedor con 6 sillas o banquetas y un lavaplatos y mueble de guardar.” (MINVU 1981 apud PÉREZ). Isso poderia indicar um controle entre a dimensão dos móveis, que estariam de fato padronizados ao desenho das unidades.

2.3.3 O mobiliário

Como foi visto na abordagem sobre a unidade, a especificação para o projeto das unidades foi feita através da prerrogativa de um dimensionamento mínimo condicionado à peças de mobiliário que devem estar espacialmente previstas em cada uma das moradias. Contudo, existe outro dado relevante que consiste em considerar as relações de consumo que o PMCMV desdobra na vida da população que acessa o programa. Nesse sentido é importante salientar que no ano 2013 o Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, passou a oferecer um novo programa de crédito para os beneficiários do PMCMV, possibilitando condições especiais de financiamento para aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, o programa Minha Casa Melhor.

O QUE PODE COMPRAR?

Com os R\$ 5 mil, você pode escolher entre os produtos:

MÓVEIS	PREÇO MÁXIMO DE VENDA
Guarda-roupa	até R\$ 700,00
Cama de casal/beliche, com ou sem colchão, ou cama box de casal	até R\$ 500,00
Cama de solteiro/berço com selo INMETRO, com ou sem colchão, ou cama box de solteiro	até R\$ 400,00
Mesa com cadeiras	até R\$ 400,00
Sofá	até R\$ 600,00
Estante ou rack	até R\$ 350,00
Móveis para cozinha	até R\$ 600,00
ELETRDOMÉSTICOS	PREÇO MÁXIMO DE VENDA
Refrigerador ¹	até R\$ 1.090,00
Fogão ¹	até R\$ 599,00
Micro-ondas ¹⁻²	até R\$ 350,00
Lavadora de roupas automática ¹	até R\$ 1.100,00
TV Digital ¹	até R\$ 1.400,00
Computador ou notebook, com capacidade de acesso à internet	até R\$ 1.150,00
Tablet ² , com tela capacitiva igual ou superior a 7", memória de pelo menos 8GB, câmera, Wi-Fi, slot para cartão de memória e sistema operacional	até R\$ 800,00

Figura 34 - Lista de produtos disponíveis para financiamento pelo Programa Minha Casa Melhor, extraída da cartilha do programa.- Fonte: Website da Caixa Econômica Federal: https://minhacasamelhor.com.br/cartilha_minhaCasaMelhor.pdf acessado em 10/09/2016.

O Programa Minha Casa Melhor possui em sua formulação evidentes sinais dessa pressão pelo consumo de produtos tecnológicos. Na cartilha do programa, entre os eletrodomésticos passíveis de serem financiados estão: TV digital, computador e *tablet*, que, em verdade são eletrônicos. Uma das principais questões a serem consideradas no programa refere-se à distribuição dos valores máximos de cada produto, onde, por exemplo, o valor máximo para a compra de um sofá é de R\$ 600,00, enquanto o valor máximo para um Tablet é de R\$ 800,00; e o valor da TV digital pode chegar a 1400,00. Esse desajuste entre os valores de crédito para itens de mobiliário, eletrodomésticos e itens tecnológicos, induz uma leitura sobre o preço dos produtos e o prazo médio de obsolescência deles.

Segundo dados do DEPEC, a renovação de produtos da linha branca, ou seja, eletrodomésticos ocorre em média a cada 8 anos. Para a linha marrom, ou seja, eletrônicos esse período é ainda mais curto, geralmente chega na média até 6 anos. Já a obsolescência dos móveis, pode variar bastante, dependendo da qualidade do material e do processo de produção. Por isso, dentro da lógica de incentivo ao consumo descartável, faz sentido disponibilizar um crédito maior para produtos, que mesmo que custem mais caro apresentam ciclos de vida mais

curtos, e disponibilizar créditos mais baixos para móveis, já que a qualidade desse tipo de produto tende a variar em conformidade com seu preço.

O DEPEC (Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos) do Banco Bradesco disponibiliza publicamente uma série de apresentações com análises organizadas pela equipe econômica do banco⁷¹. As informações setoriais apresentam dados econômicos sobre diversos segmentos produtivos, e a abordagem dessas estudos é diretamente interessada em divulgar tendências voltadas para investidores interessados no rentismo. O que nos interessa sobre esses dados é que eles revelam os interesses econômicos que sustentam culturas de consumo.

Uma das afirmações sobre a produção de móveis no Brasil diz respeito ao consumo de móveis de madeira: enquanto os móveis retilíneos seriados, que empregam madeira industrializada como MDF e aglomerado é destinada ao comércio em grandes magazines; o mercado nacional de móveis torneados, ou seja, aqueles que possuem maior qualidade e empregam madeira maciça, tem grande parte da produção destinada à exportação e à classe de renda mais elevada. Tal fato demonstra que a população mais pobre acessa móveis com menor vida útil, enquanto a população mais rica tem acesso à móveis mais duráveis. O DEPEC também levanta ‘fatores de risco’ para o investimento no setor moveleiro:

O setor é pulverizado e concorrencial, sendo que a maioria das empresas atuantes no setor é de pequeno porte e de gestão familiar, aspecto este que dificulta a adoção de técnicas modernas de administração e controle. Além disso, há muitas empresas informais, como as marcenarias;

Setor dependente do emprego, nível de renda da população, taxas de juros e condições creditícias. O setor depende também do nível de atividade econômica e da expansão da construção civil (demanda de móveis de escritório e residenciais);

Itens importantes para o setor são: ergonomia, padronização de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e o design para atender às exigências do mercado externo e dos consumidores domésticos de alto padrão;

A demanda de reposição também influencia a produção de móveis. No Brasil, a troca de móveis é baixa quando comparamos com outros locais (nos Estados Unidos a troca de móveis muitas vezes é feita todo ano). (DEPEC, 2017)

Podemos analisar que, do ponto de vista do interesse do capital, certos fatos que são ambientalmente e socialmente interessantes são apontados como fatores de risco para investimento. Por exemplo, o fato da maior parte das empresas atuantes no setor moveleiro ser de pequeno porte, é visto como um problema que dificultaria a “adoção de técnicas modernas

⁷¹ Dados acessíveis em:

https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_industria_de_moveis.pdf

de administração e controle”. Do mesmo modo, a perspectiva de que os móveis no Brasil tem ciclos de vida mais longos por não estarem tão dependentes de trocas sazonais, que é uma questão ambientalmente muito interessante, é analisada como um ponto negativo para a renda de investidores. Claramente é necessário desenvolver a indústria e renovar o maquinário em busca de um aprimoramento tecnológico, contudo o problema é a ampla defesa do setor financeiro pelo monopólio e seus rebatimentos sociais e ambientais

De modo geral essa ação promovida pelo Estado, que estimula o consumo através do subsídio de crédito, revela uma postura deslocada da questão social e que descortina um mecanismo de manutenção da economia através da criação de mais um programa formatado nas bases do PMCMV. Um modelo que está mais vinculado à manutenção dos grandes agentes do mercado e que coloca a questão social em segundo plano. Dessa forma, o Programa Minha Casa Melhor age de forma ainda mais superficial provisionando equipamentos tecnológicos que entram em obsolescência ao invés de garantir o acesso bens que durem por mais tempo, e faz isso se amparando em uma imagem de desenvolvimento e de modernização da sociedade.

O processo de modernização incompleta inclui avanços modernizantes sem abandonar as marcas do atraso. Trata-se de um capitalismo que, mesmo durante o período da industrialização tardia, foi caracterizado pelo assalariamento precário ou pela informalidade predominante nas relações de trabalho. Não estava e não está garantido o que poderíamos considerar um padrão mínimo conquistado pela modernidade: previdência social, moradia, educação universalizada, saneamento básico etc., mas sobre essa base precária está presente a pressão exercida pelo mercado na direção do consumo de produtos de ponta que poderiam ser classificados como supérfluos ou não prioritários. (MARICATO, 2010)

Desse modo, o incentivo de crédito para a aquisição de bens de consumo se combina à uma condição de vida ainda promovida em bases precárias, reafirmando a manutenção desta imposição social que resulta em famílias de baixa renda morando em unidades habitacionais de baixa qualidade, abarrotados de objetos oriundos da oferta de crédito. Essa problemática tem amplo rebatimento no modo de morar proporcionado aos beneficiários do PMCMV. As famílias acabam se endividando com a aquisição de móveis e objetos de baixa qualidade, comprados com financiamento de crédito e parcelados “a perder de vista”, que em períodos muito curtos precisam ser substituídos por outros, no caso similares, num processo interminável que repete a mesma lógica.

Figura 35- Uma moradia do PMCMV faixa 1, visita de campo realizada em 2014. Acervo pessoal

Esse processo de integração da população de baixa renda através do consumo progride para um pacto social de entrelaçamento entre o público e o privado, onde o principal elemento de adesão é o mecanismo de crédito. Tanto no PMCMV, quanto no programa Minha Casa Melhor, é significativo o caráter quantitativo frente o qualitativo, o que nada mais é, do que, o reflexo da razão neoliberal. A substituição do termo ‘habitação’ pelo ‘empreendimento’ não é gratuita, assim como a troca de ‘direitos’ por ‘benefícios’, ou de ‘cidadãos’ por ‘beneficiários’. Apesar dos inegáveis avanços e do empoderamento econômico da população mais pobre, esse modelo de estímulo ao consumo através da injeção de crédito reitera os moldes anteriores ao programa, aonde a facilidade de adquirir produtos tecnológicos de última geração convive com a falta de infraestrutura urbana e a precariedade da moradia.

Como vimos no capítulo anterior, a pressão pelo consumo não é apenas uma questão superficial, ela molda nossa subjetividade enquanto sujeitos, um mundo simbólico e irresistível. O mobiliário também foi completamente transformado ao longo da história, nesse processo que visa a leveza e a reprodutibilidade dos produtos. “Os armários, cômodas e aparadores, pesados e volumosos, cedem lugar aos móveis de plástico, aos equipamentos moduláveis, às cadeiras empilháveis de fibra de vidro, às poltronas de pés tubulares finos” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.185). Nesse segmento surge também o conceito de mobiliário-sistema, através de peças componíveis vendidas separadamente o consumidor pode criar arranjos que atendam às necessidades específicas da sua casa sem que haja um planejamento prévio. Esse processo visa a flexibilidade e a adaptação dos itens de consumo domésticos é alcançado graças

aos novos materiais cada vez mais industrializados e menos manuais; e suas novas possibilidades formais despertam, também um apelo sensível à novos valores de atualidade e versatilidade.

Nos anos 1960, aparecem os sofás infláveis, os móveis biomórficos de plástico, as cadeiras moles e divertidas, as poltronas sensualistas de espuma, as almofadas moduláveis, as cores vivas ou transparentes que, rompendo com a frieza funcionalista, dão ao mobiliário uma aparência não convencional, jovem, versátil. (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.185)

Segundo Lipovestsky e Serroy, a marca de móveis e decoração Ikea, que é tida como um grande exemplo de sucesso comercial, possui lojas em 25 países, chega a renovar um terço dos modelos de seus produtos, através de quatro coleções lançadas anualmente, isso representa cerca de 3 mil itens. Ou seja, a empresa incorporou a lógica de criação de tendências e coleções como ocorre na moda. Para os autores, “trata-se de uma forma de dessacralizar a relação com a mobília, de apresentar coleções de alta rotatividade fazendo o mobiliário alcançar o estatuto de verdadeiro bem de consumo” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.230). Isso faz com que o mobiliário, torne-se um produto barato e facilmente renovável, as próprias lojas de departamento sugerem ambientes e decorações para que as pessoas personalizem e transformem seus espaços domésticos em função de um gosto pessoal. Voltando à leitura das análises de investimento do DEPEC, é exatamente essa renovação a meta do setor financeiro.

Na perspectiva dos moradores-consumidores, a casa será um ambiente personalizável. “Se os grandes conjuntos urbanos se parecem, os interiores revelam, em nossos dias, gostos estéticos subjetivos” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.331). Seguindo isso, a popularização de artigos de decoração dos mais variados estilos é encontrada de modo amplamente acessível, por exemplo em lojas de artigos a partir de R\$ 1,99 em praticamente qualquer cidade brasileira. “O amor à decoração se tornou uma paixão individualista em massa” (LIPOVESTSKY e SERROY, 2015, p.331). Essa ânsia de enfeitar o ambiente doméstico, para Lipovestsky e Serroy, não se constitui de uma vontade de ‘parecer rico’, mas de proporcionar a si próprio algo agradável.

Mais desejados por sua inutilidade – talvez até mais desejados por causa disso – do que por seu valor de uso, porque é esse elemento de inutilidade (enfeites e dispositivos supérfluos, por exemplo) que simboliza a evasão do comprador do universo coletivo para o refúgio da soberania privada (GORZ apud HARVEY, 2016, p.255)

Figura 36- Richard Hamilton, Just what is it that makes today's homes so different, so appealing? 1956.

Figura 37 - Livia Corona - Moving Day. Zumpango, Mexico. 2000

Capítulo 3 – LIMITES E CONTRADIÇÕES

3.1 A América Latina

A produção habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida está inserida em um contexto ainda mais amplo e que ultrapassa a conjuntura política e econômica nacional. Portanto, faz-se necessário situá-la dentro de uma leitura que trata de refletir sobre a condição da moradia na América Latina como um todo. É fundamental reconhecer minimamente as origens desse modelo, e também levantar uma discussão sobre os efeitos danosos que a provisão de moradia oriunda do interesse privado tende a causar a longo prazo.

Para Miotto, as heranças do passado colonial ajudam a justificar, de modo geral, as características do (sub)desenvolvimento dos países da América Latina: a dependência externa, a super exploração do trabalho e a relação de dominação econômica e política sobre a terra. Arelados a esses vícios teriam surgido as heterogeneidades no mercado de trabalho, na estruturas produtivas e tecnológicas, nas diferentes regiões e no espaço urbano. Este processo “se conformou, fundamentalmente, através dos grandes movimentos populacionais e da incapacidade de incorporação de grande parte dessa população nas atividades produtivas e terciárias mais dinâmicas ante o processo de industrialização”. (MIOTTO, 2015, p.226)

As formas de sobrevivência da população no espaço urbano, entre elas as soluções de moradia, tornaram-se problemas econômicos e sociais permanentes e, com o aumento do grau de urbanização dos países, crescentes. Nesse contexto, as políticas habitacionais, de um lado, buscaram mitigar o problema, de outro, enquanto instrumento de Estado, atenderam os interesses das frações de capital de distintas órbitas de valorização para além da esfera produtiva, abarcando também o rentismo patrimonialista típico dos países subdesenvolvidos. (MIOTTO, 2015, p.226)

Seguindo essa inércia, o modelo adotado como referência para a criação do PMCMV foi inspirado em políticas habitacionais que já vinham sendo implementadas, desde os anos 1980, em outros países da América Latina, como México e Chile. De modo geral, essas experiências instituíram um modelo de inclusão social através do consumo, onde a moradia para a população de baixa renda deve ser ao mesmo tempo uma mercadoria, passível de ser acessada por meio de relações de mercado, e uma oportunidade de negócio para empresas privadas. (ROLNIK, 2015, p.131).

Logo, o Programa Minha Casa, Minha Vida foi desenvolvido segundo diferentes modalidades de crédito que são disponibilizados tanto para garantir o consumo quanto para subsidiar a produção. Conforme aponta Aragão (2015, p.1), políticas habitacionais semelhantes, ou seja, baseadas na relação de consumo, foram sistematicamente implementadas em países desenvolvidos a partir da década de 1970. A difusão destes modelos, que se instauram enquanto políticas, está intimamente ligada à expansão do ideal neoliberal durante as décadas de 1980 e 1990 que difundia a redução do intervencionismo econômico e das funções do Estado em amplos contextos.

No restante da América Latina, assim como no caso do PMCMV, essas políticas habitacionais tiveram como aspectos fundamentais a produção em grande escala por empresas privadas e a concessão de subsídios governamentais diretos ao comprador para viabilizar a compra da casa própria por grupos que estariam fora do mercado (ROLNIK, 2015, p.131). A premissa básica desse modelo é que o mercado, ou melhor, o capital privado é, por excelência, mais eficiente para a construção e distribuição de habitações e, desta forma, “o governo deveria atuar para melhorar as condições de funcionamento dos mercados e abandonar, gradativamente, o financiamento público e a oferta direta de moradia”. (MIOTO, 2015, p.179)

Este discurso se encaixa perfeitamente com a política econômica de austeridade, também proposta pelos organismos multilaterais internacionais no momento em que a periferia enfrenta os ajustes no campo produtivo, financeiro, político-ideológico e social. Segundo afirma Mioto, “os documentos da ONU de 1988, do BDI (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do Banco Mundial sugeriam uma série de instrumentos que deveriam guiar a atuação dos Estados sobre a habitação” (MIOTO, 2015, p. 179). Nesse sentido as indicações eram de desenvolver os direitos de propriedade, racionalizar (economicamente) os subsídios sociais, reorganizar a indústria da construção; entre outros.

Esse procedimento acabava por reduzir a moradia a um mero valor de troca generalizado, fomentando o mercado de terras, de crédito, de materiais, etc., cujas dinâmicas responderiam à rentabilidade, à recuperação de custos e, apenas quando estritamente necessário, aos subsídios focalizados nas famílias de baixa renda. Assim, ainda nos anos 1990, vários países (em especial Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, México, Panamá, Peru e República Dominicana) passaram a adotar parte desses instrumentos em consonância ao que já estava acontecendo no Chile e Costa Rica (MIOTO, 2015, p.180-1).

As indicações dos órgãos internacionais tinham clara intenção de retirar do poder público o protagonismo sobre a política habitacional. Apesar de nenhum país da América Latina ter adotado exclusivamente os mecanismos apresentados pelas agências financiadoras

internacionais, sobretudo num primeiro momento, diversos instrumentos propostos foram adaptados e utilizados para a recuperação das economias no início dos anos 2000. Como afirma Mito, “A atuação dos organismos multilaterais obviamente extrapola o campo da habitação e apresenta um receituário ‘modelo’ para política urbana em geral” (MIOTO, 2015, p.179). Nesse contexto, a visão desses organismos tenta aproximar a gestão da cidade à gestão de uma grande empresa:

O interesse dominante desse processo é a apropriação globalizada e empresarial da cidade, que deve ser eficiente (na competição dos recursos), rentável (em certos casos um bem de luxo) e ocultadora dos conflitos (o que significa a construção de um consenso sob a batuta da ideologia dominante). (VAINER apud MIOTO, 2015, p.179)

Tal afirmação é reiterada por Paquette ao retratar que as políticas habitacionais dos países latino-americanos, em sua maioria, “vêm sofrendo, nos últimos 20 anos, marcada inflexão, ao abandonar o princípio dos órgãos públicos construtores e/ou administradores de habitação de interesse social que prevaleceu até então e orientar-se para o estrito financiamento da demanda” (2014, p.195). A partir disso, aponta a autora, um novo modelo operacional instalou-se progressivamente através da construção de conjuntos habitacionais a serem vendidos aos setores sociais mais pobres sob a quase total responsabilidade do setor imobiliário privado.

Esse tipo de resposta institucional à demanda habitacional tende a se espalhar na região, não tanto a partir do exemplo chileno, embora seja o mais antigo (anos 1980 e 1990), mas sim com base na experiência recente do México e seus espantosos feitos quantitativos: desde o início dos anos 2000, foram construídas mais de 7 milhões de unidades no país, por construtoras privadas, na forma de gigantescos loteamentos nas periferias das cidades, que contam, às vezes, com várias dezenas de milhares de unidades idênticas e muito pequenas. Na área das políticas habitacionais, como na da mobilidade, a circulação dos especialistas desempenha um papel relevante na divulgação dos modelos de ação na escala regional, e esse êxito mexicano quantitativo inspirou diretamente o Brasil na elaboração do seu programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) (PAQUETTE, 2014, p.195).

Segundo Paquette, outros países também se miraram no exemplo e adotaram esse tipo de produção massiva ao longo dos anos 2000, como é o caso da Colômbia, que pretendia construir 1 milhão de unidades novas das quais, 650 mil seriam voltadas à produção de moradias de interesse social, por intermédio de políticas como os *Macroproyectos de Interés Social Nacional* (MISN), operações de urbanização de grande porte. A Venezuela estaria também seguindo na direção da produção massiva, apesar de suas especificidades que a distinguem do que ocorre no Brasil, na Colômbia e no México, em função de mecanismos de financiamento e

do papel desempenhado pelo setor privado naquele contexto. O programa venezuelano, *Gran Misión Vivienda*, lançado em 2011, previa a construção de 2 milhões de casas até 2017 (PAQUETTE, 2014, p.195).

Para os países que optaram por esse tipo de política habitacional, não se trata apenas de dar uma resposta institucional à demanda por moradia: o objetivo também, e acima de tudo, é sustentar o crescimento econômico ao estimular o setor da construção. Conforme expressa Miotto, a reorientação dos fundos para a recuperação de créditos transforma os “fundos sociais” para habitação em “fundos financeiros do setor imobiliário” (MIOTTO, 2015, p.231). Nesse sentido, grande parte da oferta de moradia só é acessível à famílias adimplentes e capazes de reembolsar os financiamentos contratados, o que exclui enorme parte da demanda, constituída por populações consideradas pobres, ou até mesmo muito pobres.

Embora as novas políticas habitacionais tenham recebido larga aprovação (principalmente política) por conta de seu desempenho quantitativo, suas carências e impactos negativos as tornam, ao mesmo tempo e cada vez mais, alvos de críticas (Paquette e Yescas, 2009; ONU-Habitat, 2012). Segundo Paquette, tais políticas não poderiam ser compreendidas enquanto real resposta às demandas habitacionais como tem ocorrido, afinal a questão da moradia possuiu uma importantíssima dimensão qualitativa que não pode ser submetida à questão quantitativa. Logo, “o desafio da América Latina urbana é hoje, no mínimo, tanto melhorar as unidades existentes, principalmente dando acesso aos serviços básicos, quanto produzir novas unidades” (PAQUETTE, 2014, p.196).

Os desdobramentos que essa modalidade de produção habitacional tem gerado consequências terríveis e incomensuráveis em todos os países que o implantaram, no campo social verifica-se uma precarização das condições de vida e a imposição de um modo de morar extremamente desgastante. Tal modelo acarreta, quase que invariavelmente, restrições urbanas e infraestruturais, cria bairros dormitórios, monofuncionais, exige mobilidade pendular da população, para além das tensões sociais geradas por segregar bairros vistos como guetos. Isso tudo sem calcular as consequências em outros âmbitos, como, por exemplo, os impactos ambientais e ecológicos, tanto para a produção da matéria-prima empregada nas construções, até o impacto durante a implantação dos grandiosos conjuntos, que resulta na descontrolada expansão urbana através da apropriação de terras até então rurais.

No Chile, onde foi concluída a fase de produção massiva de habitação de interesse social (nos anos 1980 e 1990), já é hora de implementar ações de renovação urbana nos grandes conjuntos habitacionais que foram construídos na

época. Um programa-piloto lançado no fim de 2012 preconiza, em alguns casos críticos, realizar demolições-reconstruções. No México, as questões da renovação já invadiram o debate público, especificamente por causa do altíssimo índice de abandono das unidades sociais construídas desde o início dos anos 2000, estimado em cerca de 20% desse estoque. (PAQUETTE, 2014, p.196)

A necessidade de reformar ou demolir unidades de moradia, pouco depois de quando foram construídas, expressa categoricamente uma contradição socioambiental das práticas habitacionais dentro do contexto da América Latina nas últimas décadas. Esse modelo altamente financeirizado tenta resolver o problema habitacional a *stricto sensu*, mas acaba gerando inúmeros outros impasses muito mais amplos e complexos de se lidar. Os resultados disso, visíveis através dos (anti)exemplos do Chile e do México que, para além dos que já estão se deflagrando nos conjuntos do PMCMV por todo o Brasil, já testemunhariam suficientemente contra a manutenção desses programas habitacionais administrados em função da vitalidade do capital imobiliário.

Figura 38 – Conjuntos residenciais chilenos da década de 1990, passando por um processo de reforma.

É fundamental destacar que a requalificação desses enormes conjuntos mal planejados não é contraditória do ponto de vista da acumulação capitalista. Ela surge potencialmente enquanto nova oportunidade de lucro para o setor da construção civil, através de um novo ciclo de obras. A articulação tanto para reforma, quanto para demolição seguida de reconstrução, acaba incorporando os mesmos agentes, ou seja, as grandes construtoras de capital aberto. A condição do Chile e do México nos faz ponderar que esse valor ‘desperdiçado’ através dessas obras que perdem completamente seu valor de uso, tanto em

função de sua má qualidade construtiva, quanto pela falta de qualidade urbana, poderia ter sido empregado anteriormente de forma a minimizar esses problemas. Afinal os problemas que cercam a questão da moradia do chamado ‘segmento econômico’ são bastante óbvios e previsíveis para qualquer planejador urbano.

Figura 39 - Casas adquiridas com empréstimos Infonavit (Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores) no México, e que foram abandonadas por seus proprietários.

3.2 A contradição e os limites

3.2.1 O limite da produção exponencial

Figura 40 - Livia Corona - 47,547 Homes. Ixtapaluca, México. 2009

O discurso desenvolvimentista é entusiasta de um crescimento progressivo, de modo que as economias dos países capitalistas tem sua ‘saúde’ aferida através famigeradas estatísticas que medem seu vigor econômico frente aos demais competidores globais. Nesse contexto a imprensa econômica pressiona sempre para um crescimento positivo, acelerado e permanentemente sustentado. Contudo, “quando o crescimento fica abaixo dessa norma, a economia é descrita como letárgica e, quando chega a níveis abaixo de zero, isso é considerado um indicador de recessão, ou, quando se prolonga, de depressão” (HARVEY, 2016, p.212).

Como nos alerta Harvey, existe uma contradição latente e inerente ao crescimento exponencial da economia capitalista. O fato de que “O capital gira sempre em torno do crescimento e cresce necessariamente a uma taxa composta” (HARVEY, 2016, p.207), tem um potencial intensamente destrutivo. Em função disso, o capitalismo tem encontrado diversas formas para manter essa taxa de crescimento o mais alta possível: a privatização dos ativos públicos, e do controle de bens comuns, bem como a criação de novos mercados tem sido uma forma eficaz de manter a acumulação de forma acelerada, contudo esse processo tende a esbarrar em limites:

“A quantidade do fluxo contínuo é condição primária da existência do capital. Este deve circular continuamente, do contrário morre. A velocidade de sua circulação também é importante. Se consigo fazer meu capital circular mais rápido do que você faz circular o seu tenho uma vantagem competitiva. Assim, existe uma pressão competitiva considerável para acelerar a rotatividade do capital”. (HARVEY, 2016, p.75-76)

Essa ‘pressa’ em movimentar o capital é determinante para a compreensão da velocidade com a qual as cidades tem se transformado nos últimos anos, sobretudo nos chamados ‘mercados emergentes’. O arquiteto indiano Rahul Mehrotra nomeou este processo, que faz arranha-céus espelhados sejam construídos num piscar de olhos na periferia do capitalismo, de “Arquitetura do Capital Impaciente”. Podemos nos apropriar deste conceito, também, para discutir o modelo de provisão habitacional implantado massivamente na América Latina, que de modo semelhante cria novos subúrbios e bairros-dormitórios com uma velocidade que beira o incompreensível.

Em função do aporte neoliberal as políticas habitacionais da América Latina foram mobilizadas em favor do financiamento e da distribuição de crédito para os segmentos populacionais com menor renda. A pressa dos investidores em receberem o retorno de seus ativos acabou acelerando os processos de segregação e de desigualdade que estavam latentes na condição de subdesenvolvimento da América Latina. Ou seja, de uma hora para outra, exigiu-se um esforço de construção massiva onde até então outras forças sociais e econômicas predominavam em um ritmo muito menos acelerado. O resultado, portanto, não poderia ser muito diferente desse que presenciamos, a reincidência de modelos falidos do passado e a baixa qualidade das edificações. Contudo, também será a ‘paciência’ do capital a reguladora de certos avanços tecnológicos como podemos depreender da afirmação de Fix:

Se o canteiro de obras é ainda pouco pressionado pelo trabalho, algumas mudanças tecnológicas já ocorrem, impulsionadas pelo lado financeiro: o capital financeiro (alimentado por políticas e fundos públicos, vale lembrar) procura impor sua temporalidade. Em alguns casos, a velocidade da obra é compatível com aquela dos fluxos de capital, e as técnicas construtivas são mantidas. Em outros, estas técnicas constituem-se como barreiras e são modificadas, especialmente quando a escala do empreendimento favorece a adoção de formas reutilizáveis, por exemplo. (FIX, 2011, p.222)

Outra questão que surge ao pensar na quantidade elevadíssima de moradias produzidas neste curto período se refere ao déficit. Os dados do déficit habitacional do Brasil em 2008, ou seja, antes do PMCMV indicam a demanda por cerca de 5,5 milhões de novas moradias, em 2014 esse número passou para 6 milhões de moradias. Faz-se necessário ressaltar que o número de moradias precárias e os casos de coabitação também diminuiram, contudo é bastante

relevante que os números tenham se mantido praticamente inalterados após a produção de aproximadamente 1,7 milhões de moradias pelo PMCMV.

Retomando uma questão colocada por Engels em 1872, a questão da moradia está diretamente vinculada ao modo de produção e à divisão social do trabalho, o que significaria, num primeiro momento, na distribuição de casas e não necessariamente na produção de novas habitações. Além disso, é importante refletir que a produção exponencial de casas tenderá a esbarrar com o limite da terra urbana, um recurso cada vez mais contingenciado e raro. Como afirma Harvey, “enquanto instituições e indivíduos tentam garantir seu futuro financeiro pela propriedade de terra e dos recursos inseridos nela. Isso sugere a chegada de um regime de escassez de terra e de recursos” (HARVEY, 2016, p.78). Caminhar nesse sentido é seguir em direção à uma condição inviável, tanto pragmaticamente, quanto como projeto de sociedade.

Além disso, o mercado imobiliário é capaz de gerar grandes crises globais como a que ocorreu em 2008 nos Estados Unidos, e afetar, para além do âmbito moradia todas as outras dimensões da vida, sobretudo da população mais pobre. Segundo Fix, a crise financeira americana teve um efeito abrupto, onda de despejos “iniciada em 2007, deixou bairros inteiros praticamente abandonados nos EUA. Mais de 2 milhões de famílias foram despejadas em poucos anos e outras saíram de suas casas por não conseguir pagar as dívidas hipotecárias” (FIX, 2011, p.1). Como afirma Harvey:

A história do capital está cheia de casos de *booms* e *crashes* em que há forte implicação da contradição entre capital fixo e capital circulante, entre fixidez e movimento. Esse é o mundo em que o capital como força de destruição criativa é mais visível na paisagem física que habitamos. Nem sempre é fácil discernir o equilíbrio entre a criatividade e a destruição, mas os custos que populações inteiras são obrigadas a pagar em consequências de desindustrializações, oscilações de valor de imóveis e renda da terra, desinvestimentos e construção especulativa emanam todos na perpétua tensão subjacente entre fixidez e movimento – tensão que periodicamente e em localizações geográficas específicas, eleva-se a contradição absoluta e, por isso, gera uma séria crise. (HARVEY, 2016, p.79)

Os impactos sociais e ambientais dessas quebras exigem uma urgente reflexão sobre o sentido desse modelo de produção habitacional baseado na produção de extensos conjuntos de baixa qualidade construtiva, e, portanto, baseados numa lógica de descarte e reconstrução intensivas e alienantes.

3.2.2 O limite ambiental

Figura 41 - Overnight City II. Ensenada, México. 2009

Como pudemos ver no decorrer de todo o trabalho, dentro da dinâmica do capitalismo a questão do consumo é tão importante quanto a questão da produção. Portanto o sistema capitalista se apropriou de uma série de mecanismos para renovar as necessidades de compra dos indivíduos. “O capital tem sistematicamente encurtado a vida útil dos bens de consumo, produzindo mercadorias que não duram, forçando uma obsolescência programada e às vezes instantânea” (HARVEY, 2016, p.219). Em função disso são constantemente criadas novas linhas de produtos, sobretudo no setor de equipamentos eletrônicos, assim como é estimulada a rotatividade da moda, que segundo Harvey, tem o poder de enfatizar a falta de elegância do velho, enquanto eleva os atributos da novidade.

Essa dinâmica de produção ilimitada de novidades, contudo, esbarra nos limites do meio ambiente, tanto no âmbito de de prover recursos, ou seja, matérias-primas passíveis de serem manufaturadas, quanto na sua capacidade de incorporar geograficamente o lixo produzido em meio a esse processo. A questão da construção civil e o impacto da moradia nesse setor também são completamente alarmantes. O modelo de moradia difundido no Brasil, e na América Latina como um todo, tem um grande impacto ambiental ao empregar predominantemente recursos como o concreto e o aço. Além disso, a perspectiva de que os conjuntos que vem sendo

construídos possuem ciclos de vida exageradamente curtos, como bem demonstram o caso do Chile e do México, demandam uma discussão mais ampla sobre o reflexo desse tipo de construção, e, principalmente sobre a lógica econômica que o sustenta. Segundo Harvey, “o capital [...] tem de desvalorizar boa parte do capital fixo na paisagem geográfica vigente para construir uma paisagem totalmente nova, com uma imagem diferente” (HARVEY, 2016, p.146).

Uma amostra deste tipo de processo de destruição é visível no exemplo da cidade de Detroit nos Estados Unidos, e diversas outras cidades industriais, contudo a mesma fórmula pode ser deslocada para os grandes conjuntos habitacionais, já que são produtos da indústria da construção civil. Nesses casos, “o capital cria uma paisagem geográfica que satisfaz suas necessidades em determinado momento, apenas para destruí-la em outro e facilitar uma nova expansão e transformação qualitativa” (HARVEY, 2016, p.146). Em função disso, forças de “destruição criativa”, segundo Harvey, são desencadeadas sobre a terra, de modo que alguns grupos se beneficiam e outros são cruelmente impactados, já que esse processo pressupõe uma disparidade de classes.

A questão ambiental está diretamente ligada à problemática anterior que se refere ao crescimento exponencial sob o qual está estruturado o capitalismo. As estratégias que o próprio mercado tem encontrado para lidar com a questão dos colapsos climáticos estão estruturadas em um novo ciclo de substituição de produtos. O chamado ‘desenvolvimento sustentável’ promete manter o mesmo nível de consumo e ainda salvar o planeta, mas de fato acaba tendo muito mais um papel ideológico a favor da manutenção do capitalismo, do que de fato representar um caminho possível. Portanto, “o desenvolvimento sustentável é um beco sem saída, incapaz de resolver os problemas postos pela inadequação absoluta entre uma Terra de recursos finitos e um desenvolvimento infinito” (LIPOVETSKY e SERROY, 2015, p.397).

A compreensão dos governos, que tendem a construir o máximo de unidades habitacionais com o menor investimento possível, reduz a abordagem do problema a uma esfera emergencial e de curtíssimo prazo, que se exime do fato de que as moradias formais são bens necessariamente duráveis. Isso preconiza que se instaure uma reflexão sobre o custo de produção e de manutenção das moradias a longo prazo, transpondo a noção de mínimo historicamente convencionada. Nesse sentido, é necessário rever as lógicas que justificam a economia na produção de moradias baseada na falta de projetos, na exploração dos trabalhadores, no descaso com os temas ambientais. Caso isso não seja revisto não haverá

limites para a piora dessas perspectivas. A produção do PMCMV reflete claramente esses limites:

Na produção atual há casos em que o elevado adensamento demográfico e construtivo de grandes empreendimentos provoca exagerada concentração de moradias e de habitantes, resultando em espaços monofuncionais e soluções pouco agradáveis, com espaços livres insuficientes e pouca fluidez urbana. São muitos blocos iguais, sem a devida preocupação com privacidade, insolação ou ventilação. Há, por exemplo, diversos casos em que o insuficiente distanciamento entre as edificações compromete enormemente a salubridade das unidades, prejudicando a insolação de parte delas (FERREIRA, 2012, p.76).

Apesar de discutirmos essa questão como se fosse uma temática apenas da atualidade é importante ressaltar que a gênese desse modelo de obsolescência e de descarte da produção material está presente desde a origem do modelo capitalista baseado na grande indústria. Segundo Adorno e Horkheimer, o enquanto as casas do centro da cidade tinham aspecto de favelas, “os novos bangalôs às margens das cidades cantam (como frágeis construções das feiras internacionais) louvores ao progresso técnico, convidando a liquidá-las, após um rápido uso, como latas de conserva”. (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.8)

3.2.3 O limite da alienação

Figura 42 - Livia Corona - Student at Neighborhood Park. Fraccionamiento Cuatro Vientos, Ixtapaluca Mexico. 2000

A casa para ‘as mínimas condições de vida’ dos dias hoje, apesar de sua dimensão e qualidade realmente mínimas é, também, abarrotada de uma série de mobílias, equipamentos e objetos culturalmente imprescindíveis. Essa maximização do consumo é aparentemente contraditória com a ideia de ‘mínimo’. Contudo, como pudemos depreender até aqui, essa coexistência entre mínimo e máximo são constitutivas da razão capitalista. Nesse sentido, as ‘condições mínimas de vida’ estarão sempre subordinadas à pressões pelo consumo de itens aparentemente não prioritários, mas que tem profundo sentido na lógica de distribuição de produtos da economia capitalista. Comparando nossas condições mínimas com o *Existenzminimum* formulado pelos arquitetos da primeira fase do movimento moderno, apesar de certas diferenças na aparência, podemos supor que estamos seguindo pelo mesmo trilho deixado por eles. Em consonância com essa visão, Schwartz afirma que ao analisarmos o *Werkbund* “podemos reconhecer os antecedentes de nossa própria pós-modernidade” (SCHWARTZ, 2007, p.14)

A formação de ‘consumidores racionais’, oriundos de uma racionalidade econômica, como já nos referimos, engendra uma grande alteração em nossas sensibilidades e sociabilidades. Segundo Harvey, “estabelece-se uma relação dialética, uma espiral de interações, entre o desejo de dinheiro e uma economia de necessidades fomentada no interior da ordem social” (HARVEY, 2016, p.250). Nesse sentido, a noção de uma vida estável e modesta é questionada perante um desejo insaciável de crescimento financeiro, que anseia por mais e mais bens de consumo. Resulta desse processo a necessidade que o imaginário social assimile uma ‘liberdade’ que consiste numa luta constante dos indivíduos em participar do mercado e ‘ganhá-lo’, em detrimento a uma liberdade pautada na verdadeira autonomia existencial.

O sonho da ‘casa própria’ surge, como vimos, da consolidação desse imaginário individualista que alcança as massas e que sonha com a realização econômica. As pesquisas de satisfação aplicadas por diferentes grupos da Rede Cidade e Moradia⁷², formada por pesquisadores do PMCMV de todo o país demonstraram que de fato a satisfação dos moradores com a aquisição da moradia é bastante elevada, e quando questionado o motivo da satisfação a maioria absoluta dos entrevistados tem como resposta o fato de que realizaram “o sonho da casa

⁷² O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério das Cidades lançaram em 2012 um edital de pesquisa com o objetivo de avaliar o PMCMV, onze das equipes contempladas formaram a Rede Cidade e Moradia e avaliaram empreendimentos em 22 municípios de 6 estados: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

própria”. Em contraposição a isso, o restante das percepções dos moradores sobre o conjunto é bastante negativo, sobretudo para aqueles moradores que saíram de uma condição de aluguel ou de coabitação, eles vão indicar com convicção a piora de acesso à transportes, comércio e serviços; e muitos deles afirmam que se pudessem voltariam à morar na residência anterior. De um modo bastante geral fica evidente a preocupação com a violência e com o tráfico de drogas e o medo das mães em exporem seus filhos à convivência nos espaços coletivos. Mesmo assim, o sonho da casa própria é a prioridade e se destaca em meio ao mar de problemas. A construção do programa, e seu próprio nome: Minha Casa, Minha Vida, como abordamos anteriormente, reforça um comportamento resignado dos beneficiários e tenta solucionar o problema criando inúmeros outros. Segundo Harvey:

“Conceder títulos de propriedade de terra e imóveis com a esperança de que isso gere estabilidade social e econômica para a vida das pessoas marginalizadas não evitará que a longo prazo elas sejam espoliadas e expulsas daquele espaço que já ocupam por direito consuetudinário”. (HARVEY, 2016, p.183)

O PMCMV, assim como as demais políticas habitacionais da América Latina circunstanciadas pelo aporte de crédito, acabam por tirar as famílias de uma condição de precariedade e deslocá-las para uma condição não necessariamente menos precária. A aquisição de uma ‘habitação adequada’, dentro de uma perspectiva formalizadora, não resolve o problema da alienação. Pelo contrário, a discussão sobre “a moradia adequada” tem um viés muito mais voltado a suprir necessidades biológicas do que assimilar as demandas sociais enquanto agenda de desenvolvimento da sociedade e de diminuição das desigualdades. Além disso, pouco se discute sobre o papel formador e pedagógico que as moradias de ‘interesse social’ poderiam promover.

Acima de tudo, seria fundamental, dentro de uma perspectiva de real superação da pobreza, ampliar em todos os campos disciplinares a discussão sobre a qualidade de vida das crianças que moram nos conjuntos habitacionais. Essa questão é ainda pouco discutida e muitas vezes abordada de modo pouco empático, minimizando a questão da educação em termos de acesso à equipamentos de educação formal ou, de forma ainda mais simplista, do problema do transporte até as escolas. Do mesmo modo, o lazer das crianças se resume, muitas vezes, apenas em prever *playgrounds* convencionais e áreas esportivas nos espaços comuns do modelo condomínio. O projeto da habitação mínima tem como resultado a construção de conjuntos que não auxiliam na superação das condições precárias da população em uma escala geracional, ou seja, as crianças que nascem nestes conjuntos tem poucas perspectivas de desenvolvimento pessoal.

A infância, dentro do espaço mínimo da unidade de habitação, fica contingenciada a uma sobreposição de usos predominantemente adultos. A única referência à existência de crianças dentro cartilha do PMCMV consiste na necessidade de prever espaço para duas camas de solteiro e um guarda-roupas em cada unidade; para além dessa disposição genérica nada prevê demandas específicas para os mais jovens. Nessa condição, o espaço para o estudo em casa não cabe no mínimo, essa atividade precisa se justapor a algum outro uso como a mesa da cozinha, caso exista, ou suportes mais precários como a cama ou o sofá. O ‘brincar’ também não tem espaço dentro das unidades, sobretudo dentro dos apartamentos, a brincadeira demanda espaço livre, sem móveis, o que é absolutamente restrito nas unidades.

Figura 43 – Uma conversa entre crianças no estacionamento de um conjunto do PMCMV. Acervo pessoal.

Benjamin, ao se referir sobre a conduta exemplar de Pestalozzi na educação comenta que no final de sua carreira o pedagogo dedicou-se a ensinar crianças no instituto de Iferten, ali em condições realmente mínimas, não haviam lavatórios e todos os alunos pela manhã recebiam um jato de água fria vindo de canos de madeira no pátio, e em seguida iam para a aula. A aparente fragilidade da situação, era revertida por Pestalozzi, de modo que: “A dureza que as crianças tinham que experimentar jamais vinha dos homens, mas era apenas a dureza da madeira, da pedra, do ferro ou de qualquer outro dos materiais que elas manuseavam para mais tarde poderem ocupar com honra o seu lugar entre os cidadãos.” (BENJAMIN, 2002, p.159). O

que fica claro nessa passagem é que mesmo em condições mais restritas pode existir dignidade, desde que exista respeito e uma perspectiva de desenvolvimento através da educação, da cidadania e da humanidade.

O que vemos na condição atual, em um mundo já bastante amparado por condições técnicas que ‘amolecem’ a dureza da natureza, é que a dureza dos homens tem se fortalecido de um modo estarrecedor. A lógica do interesse privado que predomina frente ao interesse público permite a realização de um mundo desumano. A contingência do mínimo é cruel pois está construída sobre sua antítese, a acumulação do máximo que poucos conseguem usufruir. Desse modo, ao mesmo tempo que a dimensão e a qualidade das moradias dos pobres se consolida no imaginário e na realidade social, as mansões e os prédios da população mais rica tornam-se cada vez mais absurdamente espaçosos e luxuosos.

A economia mundial exige mercados de consumo em constante expansão para dar saída à sua produção crescente e para que não despenquem suas taxas de lucro, mas, ao mesmo tempo, exige braços e matéria-prima a preços irrisórios para baratear os custos da produção. O mesmo sistema que precisa vender cada vez mais, também precisa pagar cada vez menos. (GALEANO, 2009, p. 27)

Ao mesmo tempo que, em nome da austeridade econômica e da redução do déficit orçamentário, os governos limitam os serviços públicos, a riqueza dos bilionários nunca cresceu de modo tão acentuado. A concentração de renda fica evidente através de dados alarmantes; “em termos globais, a renda de 1% dos mais ricos cresceu 60% em 20 anos, e para 0,01% dos mais ricos esse crescimento foi ainda maior” (OXFAN apud HARVEY, 2016, p.157). Contudo, a alienação sobre a qual estamos condicionados, e que opera sobre a égide da razão econômica, não nos permite mal parar para refletir, não há tempo. Dentro da mesma prerrogativa da Indústria cultural, “Nada deve permanecer como era, tudo deve continuamente fluir, estar em movimento. Pois só o triunfo fundamental do ritmo de produção e reprodução mecânica garante que nada mude, que nada surja que não possa ser enquadrado” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p.29). O limite da alienação, mantém as coisas como elas estão.

Em um mundo onde a educação é um privilégio e o aprisionamento da consciência impede de toda maneira o acesso das massas à experiência autêntica das formações espirituais, já não importam tanto os conteúdos ideológicos específicos, mas o fato de que simplesmente haja algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada e desviando a atenção do segredo conhecido por todos. (ADORNO, 2002, p.102)

CONCLUSÃO

Figura 44 - Livia Corona - Two Joint Houses as Model Home. Ensenada, México. 2000

Desequilíbrios. O contemporâneo tem sido marcado por uma flagrante coexistência entre escassez e abundância, fome e obesidade. As revistas de comportamento veiculam imagens de luxuosas mansões e divulgam a existência de um estilo de vida que simula o paraíso na terra; no mesmo momento e de uma maneira tão informativa quanto a outra, o noticiário exhibe imagens de grandes assentamentos compostos por barracas, onde milhares de refugiados apenas sobrevivem em meio à guerra. Ambas imagens, a mansão e as barracas atingem diretamente nossa sensibilidade. Mas seguimos.

O máximo e o mínimo não encontram ponto de equilíbrio sob o domínio do capital, e parecem se afastar mais e mais um do outro. A ‘razão turva’ e o ambiente repleto de distrações do capitalismo tardio acomodam contradições sociais que beiram o absurdo. Como já haviam constatado Adorno e Horkheimer, o potencial da grande indústria dentro do presente sistema, é incapaz de ser direcionado à uma finalidade positiva e democrática, em suas palavras: “A ideia de ‘exaurir’ as possibilidades técnicas dadas, de utilizar plenamente as capacidades existentes para o consumo estético da massa, faz parte do sistema econômico que se recusa a utilizar suas capacidades quando se trata de eliminar a fome” (2002, p.36).

Nesse sentido, “A padronização cultural, de forma bastante paradoxal, aponta para a abundância potencial, bem como para a pobreza real” (MARCUSE, 1998, p.98). Vivemos, portanto, num momento de superprodução industrial como jamais se viu na história, possuímos recursos técnicos abundantes e, apesar das preocupações ambientais, continuamos a extrair matérias-primas em uma velocidade impressionante. Enquanto isso, as moradias destinadas à população mais pobre da América Latina são marcadamente envolvidas pela escassez, pelo mínimo de projeto, pelos mínimos recursos, o mínimo de espaço e o mínimo de cidade.

Schwartz no epílogo de sua obra, *The Werkbund: Design Theory and Mass Culture*, afirma que no período entre guerras, quando se deu a construção dos grandes subúrbios da *Neues Bauen*, a ‘economia’ concretamente tomou outra forma; “como as entranhas expostas de uma sociedade quase falida, ela foi vista em termos de eficiência e racionalidade meio-fins, de pobreza e propriedade”⁷³ (SCHWARTZ, 1996). Os objetos e artefatos produzidos pelos artistas: móveis, casas e afins, estavam subordinados à processos e forças distintas. Estabelecidas tais peculiaridades, as mercadorias passam a ser vendidas de diferentes maneiras, “especialmente na área de habitação, a economia era caracterizada pela escassez, e em tal mercado a vitrine não mais precisava exatamente das mesmas sutilezas e charmes”⁷⁴. (SCHWARTZ, 1996)

Apesar da consideração de Schwartz estar centrada em uma conjuntura muito específica, ela demarca um ponto de transição e nos ajuda a refletir sobre a fragilidade da questão da moradia. Mesmo naquele momento, apesar de todo o esforço do grupo alemão em idealizar a superação da contingência econômica em direção à utopia, a escassez foi um fator determinante para a produção de novas moradias populares. Porém, enquanto a economia de meios predominou sobre o campo de obras voltadas para o ‘social’, uma série de prédios corporativos e mansões, voltados para a ‘alta sociedade’ foram construídos sem que se poupassem gastos.

Giancarlo De Carlo, ao analisar o desenvolvimento ideológico do movimento moderno, aponta as consequências da Declaração do CIAM de 1928; e os efeitos daquelas formulações no decorrer do tempo. Seu relato irretocável descreve claramente a contradição real que assola a questão da moradia e deflagra, afinal, quais são os limites do mínimo?

Hoje (1968), quarenta anos depois do Congresso constatamos que aquelas propostas transformaram-se em casas, bairros e subúrbios e depois em cidades inteiras, manifestações palpáveis de um abuso perpetrado de início com os pobres e em seguida com os nem tão pobres assim: álibis culturais para a especulação econômica mais feroz e a incapacidade política mais obtusa. E, no

⁷³ Traduzido por José R. P. Thiesen

⁷⁴ Idem.

entanto, os “porquês” tão esquecidos com tanta displicência em Frankfurt ainda têm dificuldades para assomar abertamente à superfície. Ao mesmo tempo, temos o direito de perguntar ‘por que’ a moradia deve ser o mais barata possível, e não, por exemplo, relativamente cara; ‘por que’, em vez de fazer todo o esforço possível para reduzi-la a níveis mínimos de superfície, de espessura, de materiais, não deveríamos tentar torná-la espaçosa, protegida, isolada, confortável, bem equipada, rica em oportunidades de privacidade, comunicação, intercâmbio, criatividade pessoal. Ninguém, na verdade, pode dar-se por satisfeito com uma resposta que apela para a escassez de recursos disponíveis, quando sabemos o quanto se gasta em guerras, na construção de mísseis e de sistemas antibalísticos, nos projetos de exploração da Lua, nas pesquisas voltadas para o desfolhamento das florestas habitadas por guerrilheiros e na imobilização dos manifestantes saídos dos guetos, na persuasão secreta, na invenção de necessidades artificiais, etc. (DE CARLO 1968 apud FRAMPTON 2008, p.337/8)

A presente pesquisa aborda a questão da moradia destinada ao povo e a justificativa econômica de transformar suas dimensões e sua qualidade construtiva e urbana em seus limites mínimos. Durante todo o processo de formação dos arquitetos brasileiros é hegemônica a presença de historiografias que tratam da arquitetura apenas através da circulação e do consumo, essas enciclopédias, pautadas por uma visão eurocêntrica, apesar do regionalismo crítico de autores como Frampton, acabam mascarando todo o aspecto da produção. Refletir sobre esse processo de ensino de arquitetura é fundamental para problematizar como a demanda por moradias resulta em programas como o Minha Casa, Minha Vida.

Em contrapartida à essa perspectiva existem exemplos virtuosos de produção habitacional na América Latina, como o trabalho das cooperativas uruguaias, onde a ajuda mútua é fundamental para entender o processo de produção. Em Cuba, como bem descreve Roberto Segre em sua obra: *Arquitetura e Urbanismo da Revolução Cubana*, houve um grande esforço de planejamento urbanístico e arquitetônico em estreita colaboração com o campo social. O México também teve movimentos de participação coletiva através de programas de auto-gestionamento, bem como a Venezuela que durante o período de Chávez desenvolveu cartilhas de auto-construção. Possibilidades que vem sendo ensaiadas, mas que sofrem os impactos da globalização e da economia neoliberal.

O segredo de todo este processo é que a relação com o trabalho e com a produção são fundamentais para um desenvolvimento social mais justo. Segundo Segre (1991), falar sobre o hábitat exige que se refira também aos espaços públicos: aos edifícios voltados para a educação, a cultura, a saúde, a educação, a produção, enfim, a todos os elementos que circunscrevem a vida social e que são promotores de relações sociais:

A unidade habitacional é tão-somente uma parte do sistema, cuja solução em termos territoriais deve ser integral. Mas esse conceito não significa voltar aos traçados ideais de Le Corbusier. Pelo contrário, o âmbito de vida da sociedade é construído de maneira fragmentária, no processo de relação dialética que se estabelece entre a ordem ‘distante’ de planejadores e arquitetos e o ‘próximo’ dos usuários. (SEGRE, 1991, p.247)

Para Segre, a solução para a questão da habitação demandaria um sistema aberto de organização do espaço, de integração de funções, de elementos tecnológicos, e sobretudo, da participação dos próprios habitantes em diversos níveis do processo de projeto e de construção. Além disso, ele ressalta a importância da busca por parâmetros que correspondam a uma significação cultural da forma e do espaço, ou seja, uma expressão estética. “Nos projetos do ‘saber’ profissional, chegou-se ao limite mínimo da sobrevivência material nas múltiplas soluções anunciadas para a habitação. Ficam excluídas a prosa ou a poesia que cada momento da vida cotidiana deve possuir” (SEGRE, 1991, p.247-248).

Essa prosa ou poesia surge quando o povo participa ativamente do processo de construção das cidades, através da educação, das trocas entre os diversos agentes da produção, da solidariedade, da coesão social e da preocupação com os espaços coletivos. Cabe nessa constatação a possibilidade de criar um mundo simbólico que supere o consumismo doentio e a concorrência legitimadora de limites tão desumanos. Contudo, a questão da provisão habitacional tornou-se um assunto tratado majoritariamente por arquitetos ou governos, pensado como política pública e não como política exercida pelos sujeitos.

A conclusão desta pesquisa nos encaminha para uma reflexão sobre o sentido da arquitetura e da produção habitacional na América Latina. O capitalismo, para além de um modo de produção, é responsável por difundir um modo de consumo. Estratégias como a da publicidade constroem e direcionam nossa subjetividade, o consumismo atinge diretamente nosso desejo afim de sustentar uma economia baseada na produção desmedida e descartável. Como afirma Bauman, a sociedade tem assimilado o consumo como uma vocação, “ao mesmo tempo um direito e um dever humano universal que não conhece exceção” (2008, p.73).

Portanto, olhar para os limites e questioná-los, por mais angustiante que seja, nos conduz a uma reflexão sobre o caminho coletivo que temos trilhado e o alto custo social e ambiental que estamos arcando em função da manutenção desse arranjo econômico e produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas. In: Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, José Xaides de Sampaio. Observatório de ensino - O ensino sem práxis. Revista Móbile nº2 - CAU/SP. São Paulo, 2014.
- ALVES, Rubem, Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação. São Paulo, Edições Loyola, 2006.
- ANDRADE, Vanilza da Costa. Programa Minha Casa, Minha Vida no contexto mundialização do capital. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, 2014.
- ARANTES, Pedro Fiori, Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma / Pedro Fiori Arantes. - São Paulo, 2010.
- AYMONINO, Carlo. La vivienda racional. Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930. Barcelona, Gustavo Gili, 1973.
- AYMONINO, Carlo. Orígenes y desarrollo de la ciudad moderna. Gustavo Gili, 1972.
- BARROS, Mariana C. Construção e Divulgação do Desenvolvimento Nacional. O caso da Arquitetura. Conferencia: XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética, At Fortaleza, CE, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo – A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BENJAMIM, Walter. A Obra de Arte na era de suas técnicas de reprodução. In: Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BENJAMIM, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Editora 34, 2002.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação Social no Brasil-Arquitetura Moderna. Lei do inquilinato a Casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- BONDUKI, Nabil Georges; KOURY, Ana Paula; MANOEL, Sálua Kairuz. Análise tipológica da produção de habitação econômica no Brasil (1930-1964). In: Anais 5º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Carlos: SAP/EESC/USP, 2003.
- BONDUKI, Nabil. “Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula”. In: Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n. 1, p. 70–104, 2008.

BOUERI, J. Jorge; PEDRO, J. Branco; SCOARIS, Rafael O. – Análise das exigências de área aplicáveis às habitações do programa «Minha Casa Minha Vida». In PEDRO, J. Branco; BOUERI, J. Jorge (Coord.) – Qualidade espacial e funcional da habitação. Cadernos Edifícios n.º 7. Lisboa: LNEC, 2012. pp. 89-106 (17)

BRUNA, Paulo J. V; Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento. São Paulo, EDUSP / Perspectiva, 1976.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CANÇADO, Wellington. Lugares-Comuns CLASSIFICADOS: arquitetura e consumo - Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Belo Horizonte/2002.

CANCIAN, Renato; Estado do bem-estar social: História e crise do welfare state - Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação 29/05/2007 – acessado em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

CASELLI, Cristina Kanya. 100 anos de habitação mínima. Ênfase na Europa e Japão, Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, Orientador: Gilda Collet Bruna, 2007.

CASTRO, André Roriz de e SHIMBO, Ioshiaqui. Uma reflexão sobre o padrão mínimo de moradia digna no meio urbano brasileiro: estudo dos métodos de cálculo da Fundação João Pinheiro Fundação Seade. RBEUR, V.8, 2006.

COELHO, António J.M.B. Análise e avaliação da qualidade arquitetônica residencial. v. II. Rumos e factores de análise da qualidade arquitetônica residencial. 1994. Tese (Doutorado) - Universidade do Porto, Porto, 1994.

COHEN, Jean-Louis. Pontos de fuga. In: O futuro da arquitetura desde 1889. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

COLOMINA, Beatriz. Privacy and Publicity: Modern Architecture as Mass Media. Cambridge, Mass. : MIT Press, 1996.

DARDOT, P.; LAVAL C. La nouvelle raison du monde: Essai sur la société néolibérale. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

DE CARLO, Giancarlo. “Legitimizing Architecture: the revolt and the frustration of the school of architecture”. In BEKAERT, G. (ed.), *Forum*, vol. 23 n° 1, 1972, p. 3-51.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DURAND, Jose Carlos. Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985. Editora Perspectiva, São Paulo, 1989.

EISENMAN, Peter. O fim do clássico: o fim do começo, o fim do fim. In: NESBITT, Kate (org). Uma nova agenda para a arquitetura: uma ontologia teórica (1965-1995). Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p.233-252.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano. 1. ed. São Paulo: Fupam, 2012.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil Qual o papel da profissão? Arqtextos (São Paulo), v. 133.07, p. 133.07, 2011.

FERRO, Sérgio. A propósito da pesquisa arquitetônica. [1999]. Texto inédito. Tradução: Marina Yagima.

FERRO, Sérgio. Arquitetura e trabalho livre. Organização e apresentação de Pedro Fiori Arantes. Posfácio: Roberto Schwarz. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FINEP. Habitação Popular: Inventário da ação governamental. São Paulo, FINEP/Projeto, 1985.

FIX, Mariana de Azevedo Barretto. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

FOLZ, Rosana Rita. Mobiliário na Habitação Popular. Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos - USP, orientador: Ricardo Martucci, 2002.

FRAMPTON, Keneth - História Crítica da Arquitectura Moderna. 3ª edição, Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar: a escola do mundo avesso. Porto Alegre, Coleção L&M Pocket, 2009.

GREMAUD, Amaury P. et al. Economia Brasileira Contemporânea. 4a edição. São Paulo: Atlas, 1996

HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

IAB SP - Arquitetura e Desenvolvimento Nacional - depoimentos de arquitetos paulistas. São Paulo, Pini, s/d.

JAMESON, Fredric. O Pós-Modernismo e a Sociedade de Consumo. In: KAPLAN, E. Ann (org.). O Mal-Estar no Pós-Modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

JAMESON, Fredric. Pós-Modernismo - A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio, São Paulo: Ática, 2002.

KRACAUER, Siegfried. O ornamento da massa: ensaios. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

KAPP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. Na cozinha dos modernos. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.15, n.16, 2008.

KAPP, Silke. Por que Teoria Crítica da Arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: Maria Lúcia Malard. (Org.). Cinco Textos Sobre Arquitetura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, v. , p. 115-167.

KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Nobel, 1990.

LASCH, C. A Cultura do Narcisismo. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LEBOW, Victor. Price Competition in 1955 - Journal of Retailing. 1955. Acessado em: <http://hundredgoals.files.wordpress.com/2009/05/journal-of-retailing.pdf>

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LOPES, João Marcos; SHIMBO, Lúcia Zanin. “Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: Condições e Contradições do PMCMV”. In. Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros / organização Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, Maria Beatriz Cruz Rufino. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

MARCUSE, Herbert. Tecnologia, Guerra e Fascismo. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo - desigualdade, ilegalidade e violência. São Paulo, 1995.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, Legislação e Desigualdade. Estudos avançados, v.17, n. 48, p.151-157, 2003.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da Cidade Periférica em: O Estatuto da Cidade: comentado / organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

MATTOS, Liana Portilho (Org.). Estatuto da Cidade Comentado. Belo Horizonte: Ed. Mandamentos, 2002.

Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros / organização Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, Maria Beatriz Cruz Rufino. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

MIOTO, Beatriz Tamaso. As políticas habitacionais no subdesenvolvimento : os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/2013). Tese (doutorado): UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Orientador: Wilson Cano. Campinas, 2015

NOGUEIRA, Priscila Silva. Práticas de arquitetura para demandas populares. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2010.

PAQUETTE, Catherine. Políticas de investimento urbano na América Latina. In: Os desafios do desenvolvimento da América Latina – Dinâmicas Socio-econômicas e políticas públicas. Institut des Amériques. AFD, Agence française de développement, Paris, 2014

PÉREZ, Rugiero. Experiencia chilena en vivienda social. 1980-1995. *Revista INVI*, 13(35), 2011.

RIBEIRO, Cecilia e PONTUAL, Virgínia. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. *Revista Vitruvius*, nº109.07 ano 10, jun. 2009

ROLNIK, R.; REIS, J.; KLINTOWITZ, D. ; BISCHOF, R. . Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha Casa Minha Vida? Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

ROLNIK, Raquel. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socio-espaciais e segregação. Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015.

RUBANO, Lizete Maria. Cultura de projeto: um estudo das idéias e propostas para habitação coletiva. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP em Setembro de 2001.

SACKS, Cèline. São Paulo. Políticas Públicas e Habitação Popular. São Paulo: EDUSP, 1999.

SAMPER, Germán. La evolución de la vivienda. Colección SomoSur. Editorial Escala, Bogotá, D. C. 2003

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. O Estado e os Problemas Contemporâneos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília; CAPES; UAB, 2010.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira, São Paulo, Hucitec, 1993

SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. São Paulo, EDUSP, 1999.

SEGNINI, Francisco Jr. A prática profissional do arquiteto em discussão. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, orientador: Ualfrido Del Carlo, 2002.

SEGRE, Roberto. América Latina fim de milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura. São Paulo: Ed. Nobel, 1991.

SEGRE, Roberto. Arquitetura e Urbanismo da Revolução Cubana. São Paulo: Ed. Nobel, 1986

SHIMBO, Lúcia Zanin. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos - USP, orientador: Cibele Saliba Rizek. São Carlos, 2010.

SCHWARTZ, Frederic J. As Novas Formas da Cultura na Era Industrial. in Deutscher Werkbund: 100 Anos de Arquitetura e Design na Alemanha 1907-2007, 9–15. München: Prestel Verlag, 2007.

SCHWARTZ, Frederic J. The Werkbund: design theory and mass culture before the First World War. New Haven/London: Yale University Press, 1996.

TAFURI, Manfredo. Projecto e utopia. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

TEIGE, Karel. The Minimum Dwelling. Cambridge, Estados Unidos: Massachusetts Institute of Technology . 2002.

Teorias e Concepções da Modernidade, Notas de aula, curso de pós-graduação, IAU-5907, 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1998.

VILLAÇA, Flávio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global Editora, 1986.